



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UNB PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

BIANCA LARISSA DE MESQUITA SOUSA

**SITUAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO
“PLANALTO SOJEIRO” DE SANTARÉM - PARÁ**

Planaltina - DF

Agosto de 2022

BIANCA LARISSA DE MESQUITA SOUSA

**SITUAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA NO
“PLANALTO SOJEIRO” DE SANTARÉM - PARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural

Orientador: Sérgio Sauer

Planaltina - DF

Agosto de 2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ss SOUSA, BIANCA LARISSA DE MESQUITA
SITUAÇÃO SOCIOPRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR
CAMPONESA NO "PLANALTO SOJEIRO" DE SANTARÉM - PARÁ Planaltina
/ BIANCA LARISSA DE MESQUITA SOUSA; orientador SÉRGIO
SAUER. -- Brasília, 2022.
123 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Meio Ambiente e
Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília, 2022.

1. Soja. 2. Amazônia. 3. Políticas públicas; . 4. PRONAF
5. Agronegócio . I. SAUER, SÉRGIO , orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Iniciar o mestrado acompanhado da pandemia do Covid-19, foi um período marcado por insegurança e medo, principalmente por estar longe de casa. Nesse sentido, a presente pesquisa exigiu muita persistência, escolhas e coragem. Os resultados expostos aqui só foram possíveis devido às contribuições diretas e indiretas de várias pessoas.

Agradeço a Deus, por me permitir realizar tantos sonhos nesta existência, por todo amor, dando-me força e coragem para seguir.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sérgio Sauer, por prontamente me ajudar sempre que o procurei, por toda paciência, compreensão e empenho em me orientar.

Também quero agradecer minha família, que sempre tiveram grandes expectativas e sempre me incentivaram nesse processo. Vocês são a razão da minha vida e de toda as minhas conquistas, especialmente minha mãe, Adriana Mesquita.

À Brenda Mesquita e Hugo Camargos, pelo encorajamento, paciência, compreensão e apoio constante nas grandes e pequenas coisas.

Ao Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, aos professores e professoras que contribuíram durante o processo de construção teórica, por tornarem as aulas remotas um momento menos solitário dessa trajetória na pandemia do Covid-19.

Ao Prof. Dr. João Paulo Soares de Cortes, que me inseriu no Projeto Odisseia, por me incentivar ingressar no mestrado e prontamente me ajudar sempre que o procurei.

Um reconhecimento de minha gratidão para todos pesquisadores e participantes dos projetos Odisseia e Odisseia, que, por meio deles, pude vivenciar experiências que contribuíram fortemente para o amadurecimento e, mais que isso, para o autoconhecimento do meu perfil científico. Em especial Emilie Coudel e Stéphanie Nasuti, que viabilizaram o acontecimento dessa pesquisa de forma colaborativa com o projeto Odisseia.

Agradeço aos agricultores familiares camponeses do Planalto Santareno, que me receberam muito bem em suas casas, por toda atenção e informações compartilhadas durante as reuniões comunitárias do Projeto Odisseia.

Às minhas colegas da turma 2020, por todos os encontros (remotos), companheirismo e incentivos.

À CAPES, o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Também agradeço a Luísa Falcão, Sabrina Santos, Caio Giustina, e Anderson Borges, pelas conversas, conselhos e indicações de leituras. Obrigada especial ao meu colega Marco Reis, por todo empenho na colaboração da construção dos mapas da dissertação.

Ao Instituto Cultural Boanerges Sena, por toda atenção e por disponibilizar material para o desenvolvimento da pesquisa.

Minha gratidão à todas e todos.

E você aprende que realmente pode suportar... que realmente é forte, e que pode ir muito mais longe depois de pensar que não se pode mais.

William Shakespeare, O menestrel

RESUMO

A agricultura familiar camponesa tem um papel fundamental na produção de alimentos de qualidade e na utilização sustentável dos recursos naturais no Planalto Santareno. A partir do final da década de 1990, o avanço da fronteira agrícola na Amazônia colocou o Planalto como território de expansão e epicentro produtivo de monocultivos da região, com investimentos privados e apoio dos poderes públicos federal, estadual e municipal, ameaçando práticas sociais e produtivas dos agricultores familiares camponeses. Levando em consideração o confronto de racionalidades na produção de alimentos, de um lado, com base na soja, que é uma agricultura *comoditizada*, e, de outro, pelo cultivo histórico da agricultura familiar camponesa, esta dissertação discute os principais desafios e perspectivas da agricultura familiar camponesa no Planalto Santareno, especialmente devido às ameaças da expansão da monocultura agrícola. A pesquisa, utilizando metodologias qualitativas e quantitativas, é composta de análise documental, pesquisa de campo, análises de dados primários do Projeto Odisseia e técnicas de geoprocessamento. Foi complementada com entrevistas semiestruturadas e pesquisas de dados secundários. O negócio da soja avança consideravelmente no Planalto Santareno, provocando transformações nos espaços de reprodução social e nos sistemas produtivos dos agricultores familiares camponeses, sendo que, de forma direta ou indireta, o Estado é o maior responsável pela reconfiguração territorial por apoiar (crédito, assistência técnica, pesquisas) e fomentar a expansão do agronegócio monocultor nos municípios no Planalto. A pesquisa identificou que a soja é o principal produto financiando pelo PRONAF, mas a agricultura familiar camponesa, que tem pouco ou nenhum acesso ao crédito, é obrigada a se adaptar para sobreviver. As principais dificuldades e consequências estão relacionadas à pulverização (contaminação química) e à migração de pragas (contaminação biológica) para as plantações dos agricultores familiares camponeses, comprometendo ou destruindo a produção “tradicional”. Os relatos também destacaram a falta de apoio e investimento do poder público na construção e conservação de estradas, postos de saúde e escolas, gerando reivindicações e demandas por reestruturação do PRONAF, com condições reais de acesso ao crédito, e políticas públicas de apoio aos agricultores familiares camponeses.

Palavras-chave: soja; Amazônia; políticas públicas; PRONAF.

ABSTRACT

Peasant family farming plays a key role in the production of quality food and the sustainable use of natural resources in Planalto Santareno. From the end of the 1990s, the advance of the agricultural frontier in the Amazon placed the Plateau as a territory of expansion and productive epicenter of monocultures in the region, with private investments and support from federal, state and municipal public authorities, threatening social and productive practices of peasant family farmers. Taking into account the confrontation of rationalities in food production, on the one hand, based on soy, which is a commoditized agriculture, and, on the other hand, by the historical cultivation of peasant family agriculture, this dissertation discusses the main challenges and perspectives of agriculture peasant family in the Planalto Santareno, especially due to the threats of the expansion of agricultural monoculture. The research, using qualitative and quantitative methodologies, is composed of document analysis, field research, analysis of primary data from the Odisseia Project and geoprocessing techniques. It was complemented with semi-structured interviews and secondary data surveys. The soy business advances considerably in the Planalto Santareno, causing transformations in the spaces of social reproduction and in the productive systems of peasant family farmers, and, directly or indirectly, the State is most responsible for the territorial reconfiguration to support (credit, assistance technique, research) and to encourage the expansion of monoculture agribusiness in the municipalities in the Planalto. The research identified that soy is the main product financed by PRONAF, but peasant family agriculture, which has little or no access to credit, is forced to adapt in order to survive. The main difficulties and consequences are related to spraying (chemical contamination) and the migration of pests (biological contamination) to the plantations of peasant family farmers, compromising or destroying “traditional” production. The reports also highlighted the lack of support and investment by the government in the construction and conservation of roads, health centers and schools, generating claims and demands for restructuring PRONAF, with real conditions of access to credit, and public policies to support farmers peasant family

Keywords: soy; Amazon; public policy; PRONAF.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização dos municípios do Planalto Santareno - Pará	24
Figura 2 - Apresentação do PIB per capita dos municípios analisados.....	26
Figura 3 - Área financiada de produtos no Brasil pelo PRONAF	36
Figura 4 - Valor dos contratos de custeio agrícola por produto no Brasil - PRONAF.....	37
Figura 5 - Total de custeio agrícola por municípios - PRONAF.....	38
Figura 6 - Valor dos contratos de custeio agrícola de soja por municípios.....	38
Figura 7 - Evolução da área plantada do cultivo de soja na Região Norte.....	45
Figura 8 - Notícias ligadas ao avanço da soja e construção do Porto da Cargill.....	52
Figura 9 - Evolução da área plantada do cultivo de soja no Planalto Santareno - Pará	53
Figura 10 - Evolução da quantidade produzida de soja no Planalto Santareno.....	54
Figura 11 - Notícia das mudanças da paisagem rural do Planalto Santareno.....	56
Figura 12 - Terminal graneleiro da Cargill no porto da cidade de Santarém - Pará.....	57
Figura 13 - Silos para armazenamento de grãos em Santarém - Pará	58
Figura 14 - Infraestruturas da soja no Brasil	60
Figura 15 - Zoneamento Participativo da Agricultura Familiar no Planalto Santareno	65
Figura 16 - Atividades que os agricultores familiares camponeses deixaram de fazer.....	66
Figura 17 - Principais dificuldades para produzir no Planalto Santareno	67
Figura 18 - Acesso a serviços e equipamentos públicos no Planalto Santareno	69
Figura 19 - Vista da rodovia Santarém-Curuá-Una.....	70
Figura 20 - Presença de silos e secadores da rodovia na Santarém-Curuá-Una.....	71
Figura 21 - Espaços de convívio e serviços da comunidade Secretaria	72
Figura 22 - Principais desafios para produzir na zona S2 – Curuá-Una Norte	73
Figura 23 - Presença do monocultivo na comunidade Secretaria.....	74
Figura 24 - Percepção dos agricultores sobre serviços e relação com outros atores.....	75
Figura 25 - Reunião na zona S2 - Curuá- Una Norte	76
Figura 26 - Uso do solo na zona S2 - Curuá-Una Norte e localização das comunidades	77
Figura 27 - Áreas de interação das comunidades com os campos de monocultivo	81
Figura 28 - Mudanças cobertura do solo no Planalto Santareno	82
Figura 29 - Campos de cultivo da agricultura familiar camponesa.....	85
Figura 30 - Matriz FOFA sobre a situação da agricultura familiar camponesa	87
Figura 31 - 1ª Romaria da Terra e das Águas no Planalto Santareno.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização dos municípios do Planalto Santareno.....	25
Tabela 2 - Número de estabelecimentos agropecuários dos municípios	31
Tabela 3 - Área dos estabelecimentos agropecuários em htab por condição do produtor.....	32
Tabela 4 - Estabelecimentos e agricultores familiares camponeses no Planalto Santareno	33
Tabela 5 - Evolução dos preços das terras no Planalto Santareno.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução da produção agrícola no Planalto Santareno.....	34
Quadro 2 - Características socioprodutivas das comunidades	78
Quadro 3 - Dificuldades e perspectivas dos agricultores no Planalto Santareno	83

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BCB – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICBS – Instituto Cultural Boanerges Sena

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MMA – Ministério do Meio Ambiente

ONU – Organização das Nações Unidas

PIN – Programa de Integração Nacional

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RESEX – Reserva Extrativista

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	19
A FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO PLANALTO SANTARENO	19
1.1 Área de estudo: história e formação social e econômica do Planalto	20
1.2 Surgimento do conceito e características da agricultura familiar camponesa	26
1.3 Situação socioproductiva da agricultura familiar camponesa no Planalto	30
Conclusão do capítulo 1.....	40
CAPÍTULO 2	42
A EXPANSÃO DO MONOCULTIVO DA SOJA NA AMAZÔNIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS NO PLANALTO SANTARENO.....	42
2.1. “Soja, uma esperança para Santarém”	46
2.2. A instalação do terminal graneleiro da Cargill Agrícola S.A	57
Conclusão do capítulo 2.....	61
CAPÍTULO 3	62
DESAFIOS SOCIOPRODUTIVOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES CAMPONESES NO PLANALTO SANTARENO	62
3.1. Diagnóstico da agricultura familiar camponesa no Planalto Santareno	64
3.2. Desafios socioproductivos dos agricultores familiares camponeses frente à expansão dos monocultivos de soja no Planalto Santareno.....	70
3.3. Perspectivas da agricultura familiar camponesa no Planalto Santareno.....	83
3.4. Matriz FOFA sobre a situação socioproductiva da agricultura familiar no Planalto Santareno	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS	95
ANEXOS	108

INTRODUÇÃO

O avanço da fronteira agrícola na Amazônia configurou o Planalto Santareno como território de expansão e epicentro produtivo de monoculturas. Esse avanço vem ocorrendo desde o final da década de 1990, principalmente das lavouras de soja, com incentivos, investimentos privados e apoios dos poderes públicos federal, estadual e municipal.

O Planalto Santareno é uma região constituída pelos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. Localizado no Oeste do Pará, concentra diferentes formas da agricultura familiar camponesa ao longo do território. Essa, desempenha um papel essencial na salvaguarda do conhecimento tradicional e na gestão do meio ambiente, apesar das pressões e mudanças na configuração socioespacial, produz para o próprio consumo e para o comércio local dos municípios, movimentando a economia rural e urbana.

É nesse contexto que se insere o trabalho do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Observatório das Dinâmicas Socioambientais na Amazônia (INCT Odisseia). Fui voluntária no INCT Odisseia no “Zoneamento Participativo da Agricultura Familiar no Planalto Santareno”, entre os meses de abril a julho de 2019, trabalhando na coleta de dados, reuniões comunitárias e elaboração dos relatórios. Essa etapa permitiu caracterizar o território e orientou a coleta de dados na definição dos locais onde seria realizado a pesquisa. O zoneamento foi uma etapa da pesquisa mais ampla “Consolidação da agricultura familiar no Planalto Santareno”.

Essa experiência possibilitou conhecer algumas comunidades que vivem cercadas pela soja e, durante o levantamento de dados, ouvi inúmeros relatos de agricultores sobre o quanto suas atividades produtivas vêm sendo fragilizadas. Entre os inúmeros motivos relatados, está o próprio avanço da soja provocando, principalmente, o surgimento de pragas que atacam e comprometem a produção dos agricultores camponeses familiares. Então, essa observação e convivência de campo despertaram a minha atenção para dimensões que originaram a pergunta de pesquisa.

A participação no projeto INCT Odisseia e a experiência e o contato com as comunidades de agricultores familiares camponeses me despertaram e motivaram a continuar estudando a realidade santarena. Além do conhecimento e da experiência pessoal, o levantamento realizado pelo projeto Odisseia é a fonte principal desta pesquisa. Ao mesmo tempo, enquanto dissertação de mestrado trilha caminhos próprios tanto na produção de dados (levantamento de informações) como na construção e reflexão teóricas.

Os dados coletados da pesquisa “Consolidação da agricultura familiar no Planalto Santareno”, fazem parte dos projetos Odyssea e INCT Odisseia. O Projeto Odyssea (2016-2019), financiado pela União Europeia (H2020-RISE), reuniu várias redes de pesquisa brasileiras e internacionais para responder da melhor maneira aos desafios do desenvolvimento sustentável, apoiando políticas públicas e organizações sociais de saúde e meio ambiente na Amazônia. O projeto baseia-se em uma articulação com os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), em particular com o INCT Odisseia, coordenado pela Universidade de Brasília – UnB (ODYSSEA, 2022).

O INCT Odisseia tem como objetivo entender os diferentes níveis de interação das dinâmicas sociais e ecológicas no contexto das mudanças climáticas, ambientais e sociodemográficas com a finalidade de encontrar, junto aos atores locais e a formuladores e executores de políticas públicas, possíveis soluções sustentáveis para adaptação, tendo como foco a Amazônia, Cerrado e Caatinga.

Entre as atividades realizadas em conjunto pelos projetos Odyssea e INCT Odisseia, está a já mencionada pesquisa “Consolidação da agricultura familiar no Planalto Santareno”. Esta foi construída por meio de um processo de ciência cidadã, envolvendo sindicatos de agricultores familiares camponeses (STTR) e lideranças comunitárias que apresentaram suas demandas e reivindicações ao observatório. Além de especificar os objetivos, estabeleceram regras e critérios de como as informações poderiam ser levantadas e o que poderia ser divulgado. Um ponto importante para os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais era a capacitação de jovens e lideranças, as/os integrar nas atividades de pesquisa e do observatório. As pesquisas lideradas por Cortes *et al.* (2020) e Coudel *et al.* (2022) apresentam o processo do zoneamento e alguns resultados da pesquisa.

Tendo firmado uma parceria, os STTRs de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra e pesquisadores/as dos projetos Odyssea e INCT Odisseia, lançaram uma campanha de coleta de dados, buscando entender o impacto das grandes mudanças econômicas e ambientais sobre as comunidades rurais. Com o aplicativo de celular KoboToolBox, dezoito (18) jovens pesquisadores comunitários aplicaram questionários junto a 544 famílias de agricultores familiares e organizaram reuniões com lideranças de trinta e duas (32) comunidades. As perguntas foram construídas e trabalhadas junto com os STTRs e jovens, para ser bem adequada, relevante e entendível.

Os resultados dos questionários da pesquisa “Consolidação da agricultura familiar no Planalto Santareno”, compõem duas bases de dados dos projetos Odyssea/ Odisseia: Banco de dados da comunidade (<https://doi.org/10.18167/DVN1/8R3OT1>) e Banco de dados da família

(<https://doi.org/10.18167/DVNI/Y9WMSU>). Nesta dissertação foram analisados dados da base de dados família.

As condições mais amplas de existência e resistência da agricultura familiar camponesa, diante do crescimento das lavouras da soja no Planalto Santareno, são pouco estudadas. Torna-se, portanto, importante ampliar discussões da recente expansão da monocultura agrícola, principalmente da soja (que ocorre em regime de rotação com as culturas de milho, arroz, sorgo e do milheto).

Considerando desafios, ameaças, mas também interações e formas de produção da agricultura familiar camponesa e do agronegócio no Planalto Santareno, o grande questionamento e originalidade deste estudo tem como pergunta de pesquisa: quais as principais dificuldades dos agricultores familiares camponeses para produzir no Planalto Santareno? Essa pergunta suscita ou se desdobra em outros questionamentos, os quais também norteiam a pesquisa: como o Estado tem contribuído na promoção da fronteira agrícola? Como essa contribuição reflete na agricultura familiar camponesa? Como o Estado tem contribuído no fortalecimento da agricultura familiar camponesa?

Com base nessas perguntas, utilizando metodologias qualitativas e quantitativas, compostas de análise documental, pesquisa de campo, análises de dados da base do Projeto INCT Odisseia, além de pesquisas de dados secundários, o objetivo geral da pesquisa foi investigar os principais desafios e analisar perspectivas produtivas e sociais da agricultura familiar camponesa no Planalto Santareno.

Tal objetivo foi traçado por meio de três objetivos específicos complementares: 1) identificar a atuação do PRONAF no Planalto Santareno e sua influência na reconfiguração do território; 2) Analisar a percepção dos agricultores familiares camponeses sobre suas condições socioprodutivas na região do Planalto Santareno; 3) investigar as consequências provocadas pela expansão da monocultura agrícola no Planalto, considerando confrontos de racionalidades na produção de alimentos, de um lado, o cultivo da soja, baseada em uma agricultura comoditizada, e, de outro, a produção da agricultura camponesa familiar camponesa.

Esta pesquisa é importante, entres outros fatores, pela relevância política, social e econômica da própria agricultura familiar camponesa no Planalto Santareno. O estudo/debate proposto na dissertação confronta interesses empresariais e econômicos do grande capital, ou seja, o agronegócio da soja. Este provoca profundas transformações nos espaços de reprodução social, com mudanças socioambientais, inclusive, conforme afirmam Cortes e coautores (2020), o enfraquecimento e, em casos extremos, o desaparecimento de comunidades rurais no Planalto Santareno.

Ainda, do ponto de vista político, justifica-se também a necessidade desta pesquisa em discutir e problematizar qual foi e ainda é o papel do Estado tanto na promoção da fronteira agrícola (expansão dos monocultivos) como no apoio (ou não) e no fortalecimento da agricultura familiar camponesa do Planalto Santareno. A importância social e econômica dos agricultores familiares camponeses vai além da produção agropecuária. É importante para o comércio dos municípios tanto na produção como no consumo, promovendo e dinamizando a economia rural e urbana.

No intuito de identificar o papel do Estado na promoção da fronteira agrícola e no fortalecimento da agricultura familiar camponesa do Planalto Santareno no âmbito de políticas públicas, foi selecionado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para análise, considerando o objetivo e importância da criação desse programa para os agricultores familiares camponeses em 1996, porém, a partir de 1999 o programa passou por mudanças, abrangendo distintos grupos de agricultores presentes no segmento.

Nesse sentido, os esforços nessa análise consistiram em verificar o perfil do PRONAF no Planalto Santareno, os dados foram coletados plataforma do Banco Central do Brasil, identificando se os custeios agrícolas são direcionados para atividades mais tradicionais, como para produção da agricultura familiar camponesa ou para produtos da agricultura empresarial, que compõem a fronteira agrícola.

A abrangência temporal da dissertação e análise dos dados primários, considera o período da coleta de dados do projeto Odisseia, realizada no “Zoneamento Participativo da Agricultura Familiar no Planalto Santareno” em 2019.

Para entender apoios históricos à chegada da soja no Planalto, foram pesquisados também fontes jornalísticas. Notícias e artigos de opinião, divulgados na imprensa local e/ou regional, demonstram a adesão, ou busca de adesão, da opinião pública à implantação dos monocultivos na região.

Para identificar a evolução dos monocultivos no Planalto, foi realizada uma pesquisa multiescalar, com base nos dados do Produção Agrícola Municipal (PAM) do IBGE. Essa pesquisa permitiu identificar a expansão da área plantada de soja nos estados da Região Norte, em escala estadual. A escala municipal concentrou nos três municípios que compõem o Planalto Santareno (Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos), que são os maiores produtores da região.

Na sequência, o estudo da agricultura familiar camponesa se deu com base nos dados do projeto INCT Odisseia com o “Zoneamento Participativo da Agricultura Familiar no Planalto Santareno”, realizado em 2019. A dissertação, em escala comunitária, concentrou a

análise em três comunidades pertencentes ao município de Santarém: Comunidades Tipizal, Secretaria e Santos da Boa Fé.

As comunidades foram escolhidas por serem comunidades representativas do Planalto Santareno, além de serem representativas, são comunidades que tiveram mais envolvimento (conhecimento empírico) com conversas e observações durante as reuniões comunitárias com os agricultores familiares camponeses no âmbito do projeto INCT Odisseia. Esse contato e conhecimento possibilitaram um olhar mais direcionado sobre a realidade local, a partir de diálogos com as pessoas que residem nas comunidades. Essa escolha foi influenciada também pelo fato de serem comunidades onde as áreas familiares camponesas sofrem influências diretas das lavouras de soja.

Cabe explicar que o título “Planalto sojeiro” é um alerta, um olhar mais crítico sobre essa visão hegemônica do território do Planalto Santareno, principalmente por conta do domínio dos monocultivos de soja, porém, não reflete a realidade total do território, como vamos observar adiante.

A dissertação está organizada e dividida em três capítulos. O capítulo 1 está concentrado na formação social do Planalto Santareno; pretende investigar as origens do agricultor familiar camponês santareno; pontuar os conceitos utilizados na dissertação; e problematizar sobre qual foi e ainda é o papel do Estado na promoção da fronteira agrícola e no fortalecimento da agricultura familiar camponesa. Para tanto, abordamos o papel do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no âmbito de custeio agrícola para as produções de soja e mandioca no estado do Pará e no Planalto Santareno, considerando o confronto de racionalidades na produção da soja e mandioca.

O capítulo 2 se debruça em abordar como foi o processo da expansão do monocultivo da soja na Amazônia e no Planalto Santareno, pontuando os acontecimentos históricos ligados à chegada do monocultivo no território, a fim de evidenciar as ideologias que buscaram o “desenvolvimento” para a região por meio da expansão da monocultura política do agronegócio. O capítulo também aborda o processo de instalação do terminal graneleiro da multinacional Cargill Agrícola S.A em Santarém – Pará – e quais eram as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares camponeses antes da chegada da soja e após.

O capítulo 3 se debruça em apresentar a realidade local atual das comunidades rurais do Planalto Santareno, é apresentada a percepção de agricultores familiares camponeses sobre suas condições socioprodutivas no Planalto Santareno frente à expansão do monocultivo. Ainda, o capítulo 3 analisa como o processo hegemônico de desenvolvimento da agricultura empresarial está ligado às perspectivas dos agricultores familiares camponeses. Diante disso, recorreremos

novamente aos dados primários da base de dados do projeto Odisseia e auxílio dos relatórios das reuniões comunitárias. Encerramos a dissertação no capítulo 3, discutindo a importância da reprodução da sociedade camponesa, seus conhecimentos e a valorização da mão de obra familiar.

Também foram consultados e analisados relatórios públicos de experimentos realizados sobre a soja no Planalto Santareno e manchetes de fontes de jornais disponibilizadas pelo Instituto Cultural Boanerges Sena de Santarém. Como dito anteriormente, esta pesquisa tem os dados primários ligados às ações do projeto Odisseia, ao mesmo tempo que trilha seus próprios caminhos na produção de dados e na construção de uma reflexão teórica.

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO PLANALTO SANTARENO

Os debates desenvolvidos neste capítulo partiram de temas que apontavam a necessidade de aprofundamento frente a tais questões. Assim, esse capítulo tem como objetivo abordar a história e formação social e econômica do Planalto Santareno.

Depois do movimento de compreender o percurso histórico da formação do Planalto Santareno, pontuamos os conceitos utilizados na dissertação, principalmente, diante da generalidade da “agricultura familiar”, conceito importante para entender o território. A ampla bibliografia sobre o tema foi essencial para a compreensão e organização do conhecimento quanto aos elementos conceituais.

Outra fase do capítulo tem como foco investigar a cobertura do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Planalto Santareno. Destaca-se que a decisão de trazer o debate sobre o papel do PRONAF foi para problematizar a sua função na reconfiguração do território, considerando o confronto de racionalidades na produção de alimentos, de um lado, pela soja, baseada em uma agricultura comoditizada, e, de outro, pela mandioca, baseada na lógica de agricultura camponesa, e os dois tipos de produção são financiados pelo PRONAF. O programa foi criado para amenizar a dificuldade encontrada por meio do agricultor familiar em permanecer no espaço rural por meio de linhas de créditos acessíveis.

Um dos grandes desafios desse processo foi acessar e tratar dos dados de cobertura para custeio agrícola para os dois tipos de produção. Partimos do pressuposto de que as novas dinâmicas incidentes sobre o Planalto Santareno promovem de forma significativa a destruição das unidades camponesas, redefinindo uma nova configuração produtiva do território.

Consequentemente, o Planalto Santareno vem se tornando palco das variadas dinâmicas que incidem sobre o seu território, dinâmicas orientadas com a expansão da pecuária, da indústria madeireira e, mais recentemente, do agronegócio. Nesse processo, a terra é o elemento fundamental para a expansão das atividades, além dos incentivos governamentais e criação de infraestruturas, gerando interesse e pressão sobre territórios. Diante disso, orientou-se para a necessidade de trazer à luz dados sobre a distribuição e acesso à terra, por condição do produtor no Planalto Santareno.

1.1 Área de estudo: história e formação social e econômica do Planalto

Santarém tem 361 anos de fundação, e é também a cidade mais importante e antiga da Amazônia Oriental. Santarém era inicialmente habitada por indígenas, são os habitantes pioneiros da região. Esse é o caso dos indígenas Tapajó e Tupaiú, Tupinambá, Arapium, Borari, Maytapu, Munduruku e Cara Preta e Arara Vermelha e Jaraqui, já viviam nessas terras antes da chegada dos portugueses (VAZ FILHO, 2010). Porém, foi por volta de 1626 que a capitania portuguesa chegou à região de Santarém em uma expedição comandada pelo capitão Pedro Teixeira. Essa capitania liderada por Pedro Teixeira foi considerada a mais importante, pois conseguiu navegar pelo rio Tapajós contatando os nativos que ali habitavam (PREFEITURA DE SANTARÉM, 2015).

Santarém foi fundada no dia 22 de junho de 1661 pelo padre português João Felipe Bettendorf durante missões jesuítas na região. Nesse período ainda não havia o formato de cidade nem o nome que se conhece hoje, mas o dia em que o padre instalou a missão na aldeia dos Tapajós foi o que deu início a formação do município (ARQUIDIOCESE DE SANTARÉM, 2022).

Um fato que deve ser destacado desse período, conforme pontua Giustina (2020), é perceber a força da colonização na determinação identitária de tais locais, as aldeias indígenas foram substituídas por agrupamentos organizados pelos missionários e os nomes de Santarém, Alter do Chão, Boim, Vila Franca e Pinhel não são os mesmos daqueles localizados em Portugal não por acaso.

No século XVII, com a ocupação da Amazônia por diversos grupos, dentre eles os ingleses, espanhóis e holandeses, em busca das chamadas “drogas do sertão”, que eram cacau, salsa, cravo e guaraná, começaram a buscar a mão de obra dos indígenas Tuapius por serem ótimos pescadores e caçadores e por saberem onde encontrar as “drogas do sertão” (IBGE, 2015).

Em 1758, a aldeia de Tapajós foi elevada à categoria de vila, recebendo o nome de Santarém. Em 1777, a cidade contava com uma população urbana de 403 indígenas e 333 portugueses e mestiços, num total de 736 habitantes, sendo um dos maiores núcleos urbanos do interior da Amazônia (HOEFLE, 2013). Santarém finalmente foi elevada à categoria de cidade em 24 de outubro de 1848, pela Lei Provincial n.º 145, de 24 de outubro de 1848 (IBGE, 2022).

Belterra e Mojuí dos Campos eram distritos de Santarém, fato que mudou. Belterra recebeu a elevação à categoria de município mediante a instituição da Lei N.º 5.928, de 28 de

dezembro de 1995 (PARÁ, 1995). Mojuí dos Campos foi emancipado por meio da Lei Nº 6.268, de 27 de dezembro de 1999 (PARÁ, 1999).

De acordo com a Prefeitura Municipal de Mojuí dos Campos (2022), dois plebiscitos foram realizados nos anos de 1995 e 1999, momentos em que a população votou pela emancipação a favor da separação da Vila de Mojuí dos Campos do município. Somente em maio de 2009 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou o plebiscito de 1999. Porém somente em 2012 a população foi às urnas eleger seu primeiro prefeito municipal e vereadores, com a posse em janeiro de 2013.

Há dois argumentos centrais sobre a emancipação de Belterra e Mojuí dos Campos. Para alguns agricultores familiares camponeses, essas emancipações foram um ato de “salvação” da população local, por conta dos conflitos de interesse e formas de usos da terra e do território promovido pelo do agronegócio da soja, que avançava consideradamente no Planalto Santareno a partir da década de 1990.

Gomes e coautores (2017) apontam que Belterra e Mojuí dos Campos foram emancipados de Santarém motivados também pelas transformações desencadeadas pela implantação da BR-163 e pela Hidrelétrica Curuá-Una. De outro lado, tendo como exemplo e tratando-se de Mojuí dos Campos, de acordo com a Prefeitura Municipal de Mojuí dos Campos (2022), o constante aumento da população, progresso e o “desenvolvimento” que ocorriam na Vila, deixavam clara a necessidade de emancipação. O Planalto Santareno já se configurava como território de interesse do capital industrial antes da emancipação dos municípios.

A formação do campesinato santareno teve como grande influência diversos fatores, entre eles, segundo Borges (2020), a exploração da borracha, que iniciou em meados do século XIX, e a seca que ocorreu na Região Nordeste do País no ano 1877, que foi responsável por gerar fome e mortes e levou uma parcela dos nordestinos a migrar para o Centro-Oeste e para o Norte brasileiro. Ainda de acordo com o autor supracitado, o segundo momento de grande fluxo de nordestinos à Amazônia ocorreu no contexto da 2ª Guerra, durante o governo Vargas, quando houve a necessidade de deslocar mão de obra para a retomada da exploração da borracha. Borges (2020, p. 46) complementa:

Tal busca foi possibilitada graças à iniciativa do governo quanto ao alistamento de muitos nordestinos, os quais foram motivados a ir para a Amazônia em busca do látex e, assim, ficaram conhecidos como “soldados da borracha”. Destaca-se que suas motivações partiram tanto da oportunidade de enriquecer rápido quanto pela grande seca que aconteceu na região nordeste do País.

Leroy (1989) aponta que houve no primeiro momento o descobrimento dos seringais na região do Tapajós, muitas colônias agrícolas foram financiadas pelo governo da Província do Pará e pelas elites locais para receber essa mão de obra e direcioná-la para trabalhar nos seringais.

Cabe destacar que foi no Planalto Santareno, em Bela Terra, atualmente município de Belterra, onde foi implantada a empresa americana Ford Motor Company (1934-1945), sendo uma extensão do projeto de Ford iniciado no distrito de Fordlândia. Um projeto ambicioso que promovesse a industrialização no “interior da selva” e a construção de uma cidade em meio à floresta, com o *plantation*¹ da seringa e exploração do látex (ouro branco) (CONCEIÇÃO e SILVA, 2020), e durou até o final da 2ª Guerra Mundial.

Hoefle (2013) afirma que o empreendimento atraiu mão de obra regional e nordestina para sua composição e operação, com o fim da 2ª Guerra Mundial, com a ocupação japonesa das zonas produtoras do Sudeste Asiático e com o surgimento da borracha sintética, a Ford desistiu da experiência e devolveu as terras à União e vendeu a infraestrutura ao estado do Pará (HOEFLE, 2013).

Borges (2020) também pontua sobre o declínio da Ford Motor Company, a empresa tentou impor sua lógica de desenvolvimento apropriando-se de extensas áreas de terras, alterando relações de produção e implementando o assalariamento para as forças de trabalho, condicionou o declínio da experiência Ford. Costa (1998) complementa que a empresa não conseguiu força de trabalho necessária, pois o camponês negou-se a trabalhar diretamente e a se submeter ao modelo implantado de assalariamento, preferindo a sua autonomia.

Em Belterra, ainda é possível encontrar traços da época do projeto da Companhia Ford, como a arquitetura da casa no estilo americano criada pela Companhia Ford. Recorrendo novamente a Borges (2020), complementa que:

Após a crise da borracha, a força de trabalho camponesa regional, de origem paraense e nordestina, migrou para outras atividades extrativas voltadas à subsistência. Ademais, também contribuiu para a ocupação de outras áreas, como, por exemplo, a do Planalto Santareno. Além disso, ressalta-se que parte dessa força de trabalho camponesa que migrou para a região do Planalto Santareno se deparou com famílias de cearenses que já haviam explorado a borracha nos anos 1910.

¹ O termo em inglês (*plantation*) faz referência às grandes unidades produtivas privadas (fazendas, engenhos, plantações), mas também a uma lógica ou sistema de produção, baseada em monocultivos com trabalho escravo. Empregada, conhecida e traduzida como “plantação” (em português, significa qualquer atividade agrícola, independentemente da escala ou da exploração da mão de obra), por autores brasileiros clássicos como Caio Prado Júnior (1942, p.23), não expressam a lógica ou o sistema da *plantation*.

Famílias essas que, conforme sustenta Leroy (1989), estavam vivendo do cultivo do algodão na região. Hoefle (2013), complementa que o extrativismo da seringueira nativa nunca foi de grande escala em Santarém, apesar disso, no auge da borracha a cidade foi um centro significativo na comercialização do produto. A população no município de Santarém aumentou significativamente nesse período, indo de 9.271 habitantes em 1872 a 34.944 habitantes em 1920 (IBGE, 1920).

Cabe destacar que na Amazônia os indígenas já tinham relação com a floresta como provedor de alimentos, a colheita, a caça, a pesca já são seus recursos antes da vinda do branco, e os colonos só tiveram neste terreno que aprender com eles (PRADO JR, 1963). De acordo com Borges (2020), os camponeses que se estabeleceram na região, mais especificamente nas colônias agrícolas do Planalto Santareno, passaram a viver da exploração extrativa e da agricultura de pequeno porte.

Mais tarde, com o golpe militar de 1964, a Amazônia tornou-se objeto de implantação dos projetos e obras desenvolvimentistas e de modernização conservadora², consolidando uma política de expansão econômica agropecuária no Brasil. Através da pecuária extensiva, grandes projetos de mineração, energia e infraestrutura rodoviária e fluvial, o regime militar opera um segundo ciclo massivo de ocupação da Amazônia (MESQUITA, 2011).

As políticas de colonização e incentivos fiscais desencadearam uma forte migração para a Amazônia como válvula de escape para os problemas sociais de outras regiões (SKOLE *et al.*, 1994). Sauer e Martins (2016) discorrem que essa política tinha dois objetivos centrais: a) ocupar espaços vazios do território nacional e b) minimizar conflitos pela posse da terra nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. Diante disso, nos anos 1970, tem-se a criação das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, atraindo novas frentes migratórias que chegaram à região, expandindo o seu contingente populacional, principalmente das áreas situadas nas proximidades da estrada, como o Planalto Santareno (BORGES, 2020).

De acordo com Cunha (2009), o processo de colonização da Amazônia a partir dos anos 1970 voltou-se para a implantação do grande capital na região, inclusive atraindo mão de obra para viabilizá-lo. Assim, a partir das estradas, colonos nordestinos e do Centro Sul do Brasil

² A modernização conservadora é um conceito que expressa as transformações socioeconômicas no meio rural, cujos efeitos foram bastante penosos para os trabalhadores rurais e muito favoráveis às elites agrárias, agrícolas e agroindustriais em função do modelo empresarial adotado pelo capital, aumentando a concentração fundiária (DELGADO, 2010).

passaram a ocupar áreas próximas à estrada, desenvolvendo atividades ligadas à agricultura de pequeno porte (COSTA, 2012).

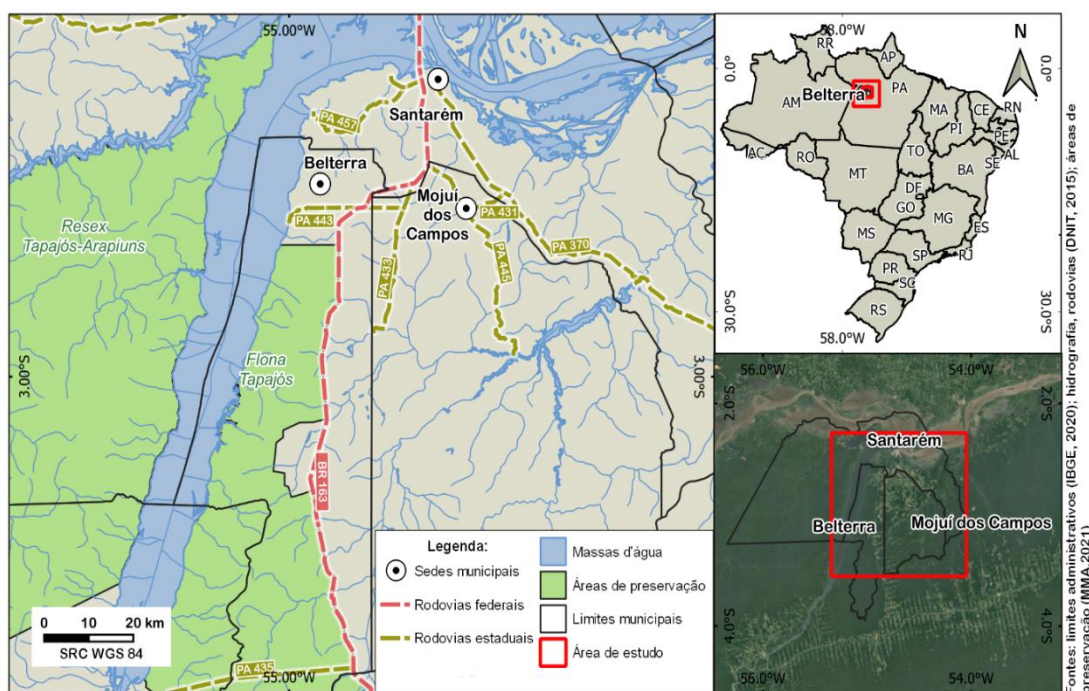
A exploração da borracha, que iniciou em meados do século XIX, a seca responsável por gerar fome e mortes na Região Nordeste do País no ano 1877 e a construção da rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163) influenciaram na migração para o Planalto e na formação do campesinato Santareno. Tratando-se do Planalto, Conceição e Silva (2020, p. 22) pontuam que:

Em meados do século XX, o povoado de Belterra tinha seu padrão de organização espacial, territorial, político, econômico e da vida dos seus povos com base nas atividades extrativas e ribeirinhas. A caça, a pesca, a coleta de produtos da floresta e a agricultura de subsistência consistiam em seu modo de vida amazônico.

Haesbaert (2004) afirma que esses povos faziam usos das terras, das águas (rio) e das florestas de forma coletiva e solidária, como condição substancial para reprodução social da vida nos múltiplos territórios. Essa também é a realidade dos agricultores familiares do Planalto Santareno.

A partir daqui, contextualizaremos a situação atual do local de estudo, o Planalto Santareno, região constituída por áreas dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos (Figura 1).

Figura 1 - Localização dos municípios do Planalto Santareno - Pará



Fonte: Elaborado a partir de dados do DNIT (2015) e MMA (2021).

O município de Santarém é o principal centro urbano que interliga aos meios de acesso a Unidade de Conservação Floresta Nacional do Tapajós, localizada no oeste do estado do Pará. Entre os rios Tapajós e Arapiuns encontra-se a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. A Resex foi a primeira unidade de conservação extrativista criada no estado do Pará.

Além das lavouras de soja, as principais atividades econômicas dos municípios do Planalto Santareno advêm da indústria de transformação, de serviços industriais de utilidade pública, do comércio varejista, de atividades auxiliares dos transportes, do comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, da exploração florestal e extrativa mineral, da agricultura, da pecuária e de serviços relacionados.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) aumentou entre 2000 e 2010 (Tabela 1). Nesse período, Mojuí dos Campos ainda era considerado distrito de Santarém, por isso o IDH é o mesmo.

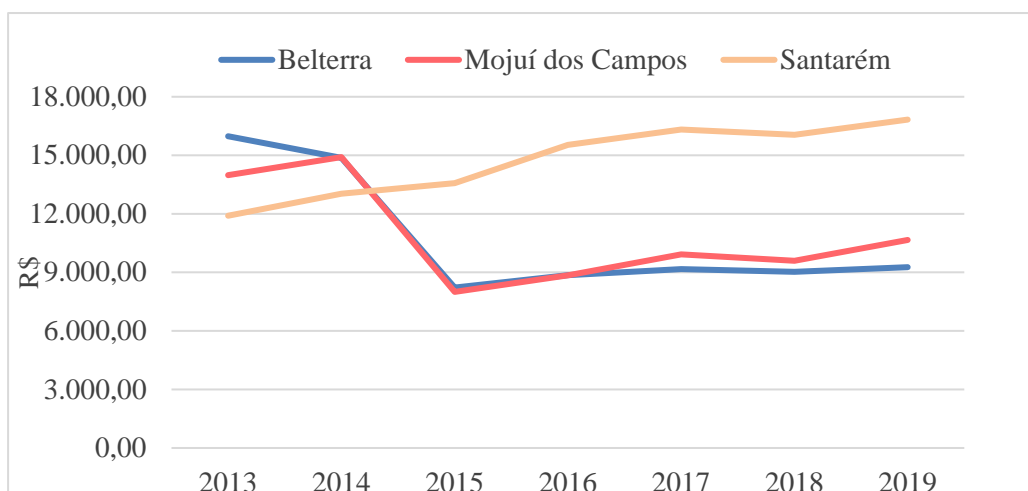
Tabela 1 - Caracterização dos municípios do Planalto Santareno

Município	Área Territorial (km²)**	População Estimada ***	Densidade Demográfica (hab/km²)*	IDH (Ano 2000)	IDH (Ano 2010)
Belterra	4.398,418	17.944	3,71	0,396	0,588
Mojuí dos Campos	4.988,236	16.282	3,2	0,555	0,691
Santarém	17.898,389	308.339	12,87		

Fonte: Elaborado a partir de dados do *IBGE (2010), **(2020) e ***(2021).

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita é um indicador utilizado na macroeconomia que ajuda a medir o grau de desenvolvimento econômico de um país ou região. O PIB per capita de Santarém foi o que mais cresceu nos últimos anos (Figura 2).

Figura 2 - Apresentação do PIB per capita dos municípios analisados



Fonte: PAM, IBGE (2019). Elaboração própria.

Santarém também apresenta a melhor classificação do PIB em nível estadual em 2019, ocupando a oitava posição, Mojuí dos Campos ocupa 117ª e Belterra a 119ª posição no estado. Apesar do argumento de geração emprego e renda dos setores favoráveis ao cultivo da soja no Brasil, Teixeira e coautores (2012) explicam que o número de empregos é diminuto se comparado com outros setores da economia. Ainda, a renda gerada pela soja fica concentrada nas mãos de poucos, característica histórica da formação territorial do Brasil (TEIXEIRA *et al.*, 2012).

1.2 Surgimento do conceito e características da agricultura familiar camponesa

A Amazônia, por sua diversidade biológica e características socioculturais, ao longo de vários séculos tem sido pressionada por ciclos vinculados à exploração de recursos naturais. A região experimentou um modelo de economia de exportação essencialmente extrativista logo após a colonização portuguesa, no século XVI, variando entre produtos extraídos, intensidade, ciclos de exploração e importância econômica (BUNKER, 1984).

Conseqüentemente, os ciclos chegavam ao fim, principalmente, pelo esgotamento dos recursos explorados, pela exploração indevida e exagerada, causando danos irreversíveis para a natureza. Até que outro ciclo iniciasse, como foram os ciclos das drogas do sertão, a extração de cacau, a exploração de tartarugas e a extração de látex para a produção de borracha (GOMES, 2018).

O extrativismo sustentável e pioneiro da Amazônia, realizado por populações tradicionais do território, detentores de conhecimentos e práticas tradicionais, é o tipo de

extrativismo que tem contribuído para a preservação e manutenção de vastas áreas naturais, o que envolve a agricultura familiar, coleta de produtos vegetais, a caça e a pesca.

Na Amazônia, o extrativismo de produtos da biodiversidade beneficia direta e indiretamente centenas de milhares de famílias, além de contribuir para a manutenção e conservação de sistemas ecológicos e serviços ambientais (SIMONI, 2010), como é o caso da agricultura familiar camponesa do Planalto Santareno.

Diante da generalidade da “agricultura familiar”, há um debate conceitual sobre o sujeito camponês e agricultor familiar. O presente estudo considera como o mesmo sujeito o camponês e agricultor familiar camponês no Planalto Santareno. Mediante a constatação, faz-se um esforço em pontuar tal decisão.

Nos últimos anos, a agricultura familiar camponesa ou o termo “agricultor familiar camponês” assumiu novos significados no contexto da questão agrária contemporânea. Considero que tal fato foi influenciado por duas vertentes principais: a) o campesinato, que lutou contra a estrutura agrária latifundiária e por acesso à terra, passa, a partir da Lei 11.326/06, a ser contemplado por políticas públicas, na qualidade de agricultor familiar (VALADÃO *et al.*, 2022) e b) a agricultura familiar passa, então, a ser concebida, no sentido capitalista, como um “segmento produtivo e social da sociedade rural”, diferenciando-se dos termos até então empregados, como agricultura de “pequena produção” ou de “produção camponesa” (LUNARDI *et al.*, 2000). Assim, a agricultura familiar nasceu das lutas por reconhecimento e direitos empreendidas por uma miríade de atores, especialmente pelos movimentos sindicais do campo (NIEDERLE *et al.*, 2014).

A Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público. Conforme a legislação, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (MAPA, 2022a).

No âmbito acadêmico, o conceito de agricultura familiar ainda é intensamente debatido, destaca-se: Shanin (1980), Wanderley (1996), Lunardi *et al.* (2000) e Marques (2008) concordam que o campesinato se refere a um modo de reprodução de vida e consideram que o agricultor familiar, mesmo que inserido no mercado, guarda ainda muito de seus traços camponeses.

Esse é o caso dos agricultores familiares camponeses do Planalto Santareno, cuja origem vem da tradição camponesa e a base principal está no reconhecimento da importância da lógica

familiar. Concordando com Ghizelini e Araguão (2019), a agricultura familiar não é sinônimo de campesinato, mas o campesinato é uma forma de agricultura familiar, embora nem toda agricultura familiar seja a expressão do modo de vida camponês:

O conceito de agricultura familiar, desde seu surgimento, vem se consolidando não apenas como um conceito abstrato, mas como realidade objetiva, de formas de vida que se organizam diante de uma realidade intensamente industrial, urbana e capitalista, que nega e tem dificuldade em reconhecer o rural enquanto espaço de vida (GHIZELINI e ARAGUÃO, 2019, p. 91).

Na perspectiva de Wanderley (2017), observa-se que teve uma ressignificação do camponês para o agricultor familiar, de certa forma, permanece um camponês adormecido, uma vez que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção, reprodução e a instância imediata de decisão.

Camponês e agricultor familiar são, com base no conceito de Wanderley (2003), o mesmo sujeito social, pois a agricultura familiar camponesa é baseada na unidade de produção gerida pela família e se expressa nas práticas sociais. O agricultor familiar camponês também é considerado pluriativo. Segundo Costa (2012, p. 117-118):

[...] aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativa, agrícola e não agrícola – desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação.

Costa (2012) também propõe a teoria da eficiência reprodutiva, ao explicar a relação da razão camponesa e das leis gerais de reprodução capitalista, nas quais os camponeses tendem a mudar, tomando decisões que garantam a sua reprodução social, ao entrar num processo muito intenso de inovações (investimento), quando se sentem ameaçados em seu processo de reprodução enquanto seres sociais. Os camponeses só não mudam quando suas condições de reprodução são plenamente atendidas ou quando as possibilidades de mudança são bloqueadas como é o caso das mediações institucionais expressas nas políticas de crédito, de assistência técnica e de extensão rural (MELO Júnior, 2015). Nesse sentido, a família acessa os mercados apenas quando necessário para sua reprodução (SCHNEIDER, 2009).

Na metade do século XX, os trabalhadores rurais brasileiros passaram a ser chamados de “camponeses”. Passaram a se organizar em associações e a reivindicar direitos (terra,

salários, assistência do Estado, etc.) perante os proprietários das terras, os latifundiários (ANDRADE, 1989) e o Estado.

Entre anos de 1940-1960, houve processos marcantes de mobilização das massas, principalmente de trabalhadores do campo. Entre as mobilizações, lutas e movimentos sociais, encontravam-se as Ligas Camponesas. Esse importante movimento social alcançou inúmeras vitórias para a população do campo até então às margens dos direitos trabalhistas e sindicais (ARAÚJO, 2010).

Mais tarde, a partir da década de 1990, a noção de agricultura familiar surge, dando lugar de destaque a um ator social, político e econômico no Brasil (GHIZELINI e ARAGUÃO, 2019). O reconhecimento da agricultura familiar se refere a um movimento ou esforço cognitivo e, às vezes, político-retórico para requalificar e renomear a forma como os camponeses e pequenos produtores eram até então definidos (SCHNEIDER e CASSOL, 2017). Ainda de acordo com Schneider e Cassol (2017), a agricultura familiar passa a ser entendida como uma categoria social diversa e heterogênea pelos estudiosos e cientistas e vista pelos gestores governamentais, atores e organizações sociais.

A consolidação da agricultura familiar camponesa no Brasil, no âmbito político, tem dois marcos históricos. O primeiro, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, deu origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A promulgação do Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996 (BRASIL, 1996), se configura como a primeira política pública federal, de abrangência nacional, voltada exclusivamente para a produção familiar.

O segundo marco histórico foi a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar (BRASIL, 2006).

Antes de avançarmos, precisamos fazer um parêntese para explicar os conceitos que abrangem as situações abordadas na pesquisa. Na abordagem, consideramos o conceito de fronteira agrícola de Oliveira *et al.* (2021), entendida como um processo de posse e incorporação de novas áreas, naturais ou subutilizadas; produção agrícola em larga escala; modernização de áreas rurais, com uso intensivo de tecnologias; e produção de commodities.

Compreendemos que a fronteira agrícola vai além desses aspectos, nesse sentido, consideramos também a perspectiva de Martins (1996, p. 27), aborda que a fronteira é essencialmente o lugar da “alteridade”, é uma “realidade singular”. Também “lugar de encontro dos “diferentes”, um lugar de descoberta do outro e de desencontro”, pois é também lugar de

conflitos decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos.

A fronteira agrícola é uma expressão do agronegócio, assim, consideramos Barros (2018) sobre a hegemonia do agronegócio, que se sustenta no modelo agroexportador de *commodities*, em grande escala e com uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos, não permitindo outra forma de produção agrícola, com grandes investimentos em tecnologia e mecanização; formas de gestão e controle da força de trabalho assalariada; e, ainda, aparato midiático que dissemina as ideias necessárias para convencer que esse é o único modelo viável de produção de alimentos.

1.3 Situação socioprodutiva da agricultura familiar camponesa no Planalto

A agricultura familiar camponesa no Planalto Santareno, cuja origem vem da tradição camponesa e a base principal está no reconhecimento da importância da lógica familiar, tem um papel fundamental na produção de alimentos de qualidade e na utilização sustentável dos recursos naturais, parte fundamental da formação social e produtiva da região.

O Planalto Santareno vem se tornando palco das variadas dinâmicas que incidem sobre o seu território, atraindo diversos produtores rurais (atores) oriundos de diversas regiões do país, que estavam em busca de terras mais baratas para a prática agrícola (OSORIO, 2018).

Essas novas dinâmicas são orientadas com a expansão da pecuária, da indústria madeireira e, mais recentemente, do agronegócio. No Planalto Santareno, as grandes mudanças ocorridas na região estão ligadas à expansão da fronteira agrícola, ocasionando mudanças sociais associadas às transformações no uso da terra.

Como sintoma dessa dinâmica, enormes extensões de terras amazônicas passaram por processo de desmatamento e foram submetidas à intensificação e à diversificação dos modos de exploração dos recursos naturais (VIEIRA *et al.*, 2014). Nesse contexto, a reprodução das atividades do monocultivo no Planalto Santareno está intimamente ligada à disponibilidade de terras.

Desta forma, a terra passa a ser o elemento fundamental para a expansão das atividades. É nesse sentido que podemos utilizar as ideias de Bernardes (2022), isso tem provocado um constante aumento no valor das terras, tanto nos locais onde o agronegócio já se instalou quanto naqueles que estejam propensos ao seu desenvolvimento. Da mesma forma que tem gerado interesse e pressão sobre territórios legítimos de proteção constitucional, resultando em conflitos por terra e na desigualdade da distribuição de terras no país.

De acordo com relatório anual “Conflitos no Campo Brasil” de 2022 da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2021, as 1.242 ocorrências de violência por terra no Brasil envolveram 164.782 famílias. A maior parte de violências por terra registrada em 2021 concentrou-se na Região Norte, com 488 conflitos (CPT, 2022). Fazendeiros e empresários somam 42% dos mandantes identificados por trás dos atos de violência. O poder público (federal, estadual e municipal) também ocupa uma posição de destaque nesse ranking, respondendo pela autoria de 17% dos conflitos. Este processo se concentra em duas frentes principais:

Uma delas se volta contra grupos sociais (indígenas e quilombolas) que, entre todos que lutam por terra, são os únicos cujo acesso aos territórios legítimos é objeto de proteção constitucional e de uma sistemática legalmente definida de reconhecimento e demarcação; a outra frente avança contra grupos sociais (posseiros) que representam o elo mais fraco da disputa sobre as terras públicas. Na sequência, envolvida em 170 conflitos, está a categoria dos sem-terra, que, na atual conjuntura, se encontra praticamente excluída do acesso à terra para trabalho e moradia (CPT, 2022, p.27).

Em Santarém, Sauer e Pietrafesa (2013), analisaram a situação da expansão da soja, observaram que além da apropriação indevida e fraudulenta de terras públicas, a expansão da soja é feita também com a substituição de comunidades rurais inteiras por monocultivos.

Ainda sobre a desigualdade da distribuição de terras, buscamos identificar a situação sobre a estrutura fundiária dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos por condição do produtor em relação às terras (Tabela 2), cabe destacar que os dados apresentados na tabela 2 e 3 incluem às áreas de várzeas também.

Tabela 2 - Número de estabelecimentos agropecuários dos municípios

Município	Tipos de Agricultura	Proprietário	Concessionário (ou assentado aguardando titulação definitiva)	Arrendatário	Parceiro	Comodatário	Ocupante	Produtor sem área	Total
Belterra	Não familiar	114	-	1	-	1	-	-	116
	Agricultura familiar	343	42	-	1	-	2	2	390
Mojuí dos Campos	Não familiar	175	2	3	-	1	5	-	186
	Agricultura familiar	1.309	3	7	23	3	43	1	1.389
Santarém	Não familiar	992	63	3	2	12	28	15	1.115
	Agricultura familiar	5.335	645	14	22	23	115	110	6.264

Zero absoluto, não resultante de um cálculo ou arredondamento (-).

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).

Elaboração própria.

Na totalidade dos três municípios, em 2017 possuíam 1.417 estabelecimentos agropecuários de agricultura não familiar e 8.043 estabelecimentos da agricultura familiar camponesa, porém, em Belterra, ao verificarmos o número de estabelecimentos agropecuários em hectares, por condição do produtor nos municípios, observamos que os estabelecimentos agropecuários não familiar possuem maiores áreas (Tabela 3).

Tabela 3 - Área dos estabelecimentos em hectares, por condição do produtor

Município	Tipos de Agricultura	Proprietário	Concessionário (ou assentado aguardando titulação definitiva)	Arrendatário	Parceiro	Comodatário	Ocupante	Produtor sem área	Total
Belterra	Não familiar	x	-	x	-	x	-	-	30.412
	Agricultura familiar	x	784	-	x	-	x	x	15.425
Mojú dos Campos	Não familiar	55.294	x	x	-	x	423	-	58.666
	Agricultura familiar	73.597	x	x	336	x	181	x	74.460
Santarém	Não familiar	58.319	2.537	x	x	193	628	-	62.169
	Agricultura familiar	100.129	16.416	x	x	370	738	-	118.344

Zero absoluto, não resultante de um cálculo ou arredondamento (-). Valor inibido para não identificar o informante (X).

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).
Elaboração própria.

Em 2017, na totalidade dos três municípios, as unidades de agricultura não familiar representavam 151.247 hectares e 208.229 hectares da agricultura familiar camponesa. Tendo o exemplo Belterra sobre os estabelecimentos não familiares possuírem maiores hectares do que a agricultura familiar camponesa, tal situação é gancho sobre a problemática de apropriação de terra em Santarém, Solinge (2016) retrata que, em Santarém, as lógicas de apropriação da terra e dos recursos naturais pelos cultivadores de soja, são: 1) apropriação por posse de terra pública devastada com proposta de regularização fundiária pelo Programa Terra Legal; e 2) apropriação por compra de terras, com averbação em cartório, e de origem da matrícula desconhecida ou inexistente.

Considerando que o presente estudo tem como foco os agricultores familiares camponeses do Planalto Santareno, recorreremos ao levantamento realizado por Nasuti et al. (2020), esse levantamento é importante por apresentar os agricultores e agricultoras cadastrados nos STTR em cada Município e o recorte dos agricultores e agricultoras do Planalto Santareno (Tabela 4).

Tabela 4 - Estabelecimentos e agricultores familiares camponeses no Planalto Santareno

Municípios	Estabelecimento de agricultores familiares por Município - Censo IBGE (2017)	Agricultores e agricultoras cadastrados nos STTR em cada Município (2019)	Agricultores e agricultoras cadastradas nos STTR no recorte do Planalto Santareno (2019)	Famílias entrevistadas pela pesquisa Odisseia (2019)
Santarém	6.264	22.000	5.000	185
Belterra	390	4.900	3.600	162
Mojuí dos Campos	1.389	2.000	2.000	197
Total	8.043	28.900	10.600	544

Fonte: Adaptado de Nasuti *et al.* (2020)

Observamos que os dados do IBGE não representam a metade dos agricultores e agricultoras cadastrados nos STTR em cada Município. No Planalto há comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, além de agricultores familiares. Vindos do Nordeste, Sul e Centro-Oeste, os agricultores começaram a chegar no século 19 e se instalaram nas terras firmes da região. O fluxo se intensificou nos anos 1940-1950 e disparou nos anos 1970 (NASUTI *et al.*, 2020).

Sobre a situação produtiva, até 1980 o principal cultivo no Planalto Santareno era o algodão, o que foi mudando no decorrer do tempo. Atualmente, o Planalto Santareno apresenta um cardápio variado de produção. Recorrendo aos dados da cartilha do Observatório das Dinâmicas Socioambientais na Amazônia, elaborada por folhes *et al.* (2020), observamos que de 1920 a 1930 era realizado o cultivo de algodão, próximo à Serra do Piquiatuba; a partir de 1950, iniciou-se o cultivo de arroz, que contribuiu para a incorporação de grandes áreas agrícolas no Planalto; de 1970 a 1980, iniciou-se o cultivo de pimenta-do-reino, que motivou a incorporação de novas terras antes destinadas à exploração de madeira (Quadro 1).

Quadro 1 - Evolução da produção agrícola no Planalto Santareno

Ano	Produção
1920 - 1930	Cultivo de algodão próximo à Serra do Piquiatuba
1950	Cultivo de arroz, que contribuiu para a incorporação de grandes áreas agrícolas no Planalto
1970 - 1980	Cultivo de pimenta-do-reino, que motivou a incorporação de novas terras antes destinadas à exploração de madeira
1990	Horticultura (alface, couve, cebolinha e cheiro-verde) e fruticultura (abacaxi, maracujá, melancia e mamão)
2000	Diversificação da produção com a introdução de uma maior variedade de espécies de hortaliças e frutíferas, além do surgimento de agroindústrias artesanais

Fonte: Elaborado a partir de Folhes *et al.* (2020).

A partir da década de 1990, teve início a produção de horticultura de alface, couve, cebolinha e cheiro-verde e, também, a fruticultura de abacaxi, maracujá, melancia e mamão. A partir dos anos 2000, o Planalto Santareno passou a ter uma diversificação da produção com a introdução de uma maior variedade de espécies de hortaliças e frutíferas, além do surgimento de agroindústrias artesanais (FOLHES *et al.*, 2020).

Foi a partir da década de 1990, também, que o agronegócio do monocultivo alcançou e avança no Planalto Santareno, ameaçando a reprodução social familiar camponesa e gerando consequências socioambientais no território. A expansão do cultivo de grãos teve como primeiro e mais marcado efeito uma violenta valorização das terras cultiváveis no Planalto Santareno (PUTY, 2007) (Tabela 5).

Tabela 5 - Evolução dos preços das terras no Planalto Santareno

Ano	Preço/hectare
1999	R\$200,00
2001	R\$500,00
2003	R\$1.000,00
2005	Até R\$3.000,00
2019	Até 15.000

Fonte: Adaptado a partir de Puty (2007, p.51) e Giustina (2020).

Em 2019, o preço por hectare de terra na região de Santarém variava entre R\$12.000 até R\$15.000 (GIUSTINA, 2020). Cabe destacar que foi em meados da década de 1990 que o Governo Federal passou a subsidiar o agronegócio com políticas e programas de apoio para incrementar as exportações de *commodities* agrícolas (MARANHÃO e VIEIRA FILHO, 2016).

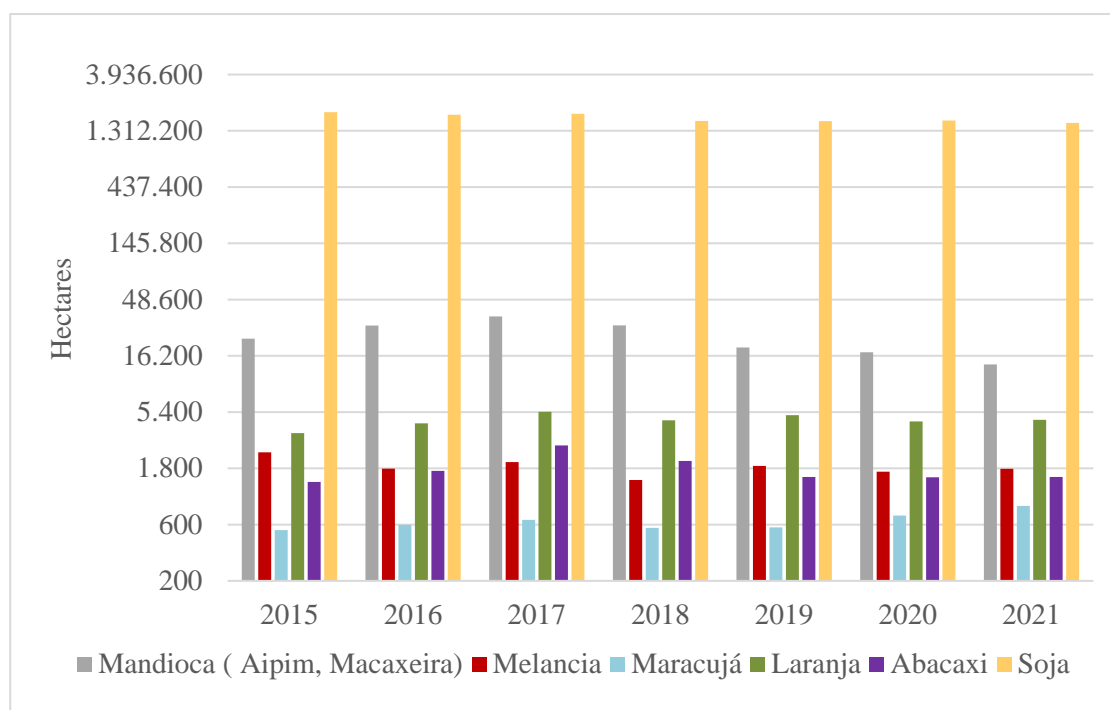
Desde a trajetória dos primeiros movimentos migratórios para a região, os produtores de caráter familiar sempre buscaram a reprodução das famílias, enquanto os patronais buscavam o domínio do território (BORGES, 2020). A agricultura familiar camponesa, por sua vez, apesar de sua importância, até meados da década de 1990 não usufruía de nenhum tipo de política pública com abrangência nacional (SCHNEIDER *et al.*, 2020). Diante disso, surge em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no intuito de fomentar melhores condições sociais e econômicas para se manter neste espaço.

O PRONAF é uma estratégia vinculada às políticas públicas direcionadas ao agricultor familiar, com objetivo de apoiar e promover incentivos aos produtores para trabalhar a terra não somente para sua subsistência, mas para proporcionar rentabilidade (MALYSZ *et al.*, 2012).

A partir de 1999, com o início do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, o PRONAF passou por mudanças, visando aumentar sua abrangência para distintos grupos de agricultores presentes no segmento. Souza e coautores (2013) apontam que uma das principais críticas ao programa refere-se à distribuição dos recursos entre as regiões e entre tipos de agricultores familiares.

O PRONAF, atualmente, apresenta quatro linhas de atuação: crédito de custeio e investimento destinado às atividades produtivas rurais; financiamento de infraestrutura e serviços a municípios de todas as regiões do país, cuja economia dependa fundamentalmente das unidades agrícolas familiares; capacitação e profissionalização dos agricultores familiares por meio de cursos e treinamentos aos agricultores, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; financiamento da pesquisa e extensão rural visando a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares (BNDES, 2022). Considerando o papel do PRONAF, verificamos nas Figuras 3 e 4 a área financiada de produtos no Brasil pelo PRONAF e valor dos contratos de custeio agrícola.

Figura 3 - Área financiada de produtos no Brasil pelo PRONAF



Fonte: Banco Central do Brasil (2021).
Elaboração própria.

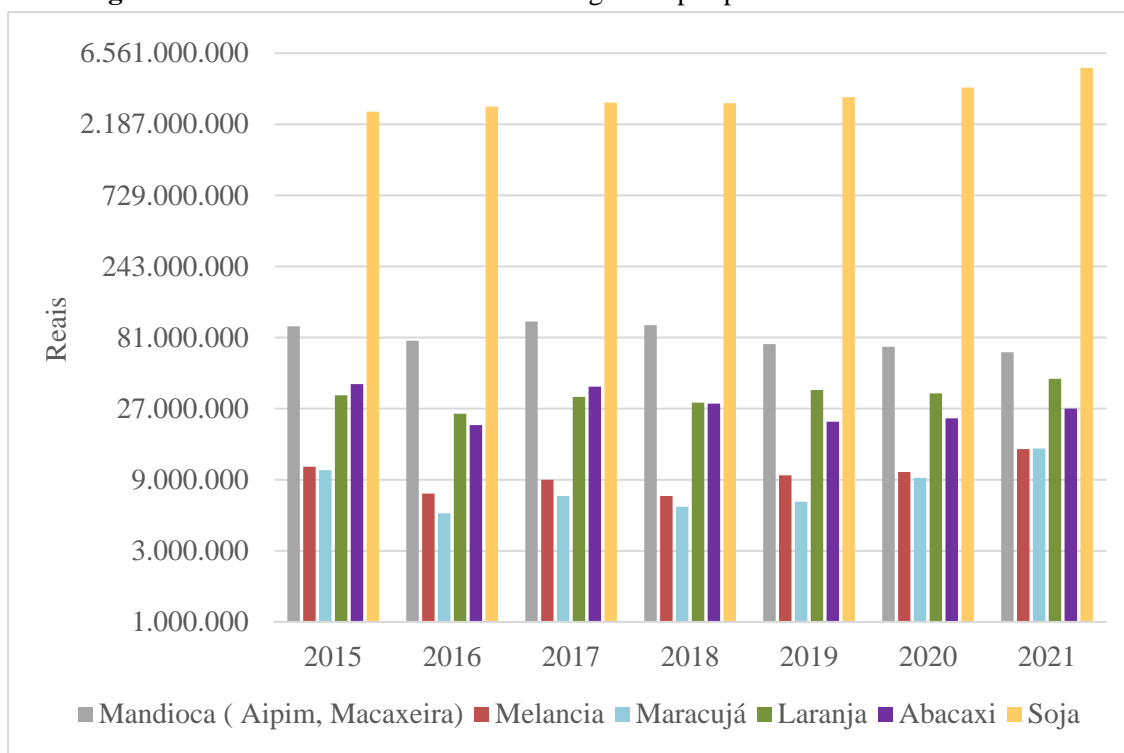
Em 2021, a soja teve uma área de 11.827.596 hectares financiada no Brasil, a mandioca, por sua vez, mesmo sendo uma cultura basilar da alimentação, principalmente na Amazônia paraense, teve a área total financiada para o custeio agrícola de 166.408 hectares.

O PRONAF tem fomentado a produção da monocultura de soja no Brasil, Carneiro (1997) já apontava que agricultura familiar camponesa sobrevivia em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer a grande produção do processo de modernização da agricultura brasileira. Observamos que o fato apontado por Carneiro, permanece após 25 anos. Saron e Hespanhol (2012), também observaram que os recursos do PRONAF destinados ao agronegócio sempre foram mais elevados, e a ampliação do crédito rural disponibilizado ao agronegócio foi proporcionalmente superior ao da agricultura familiar camponesa.

As mudanças implementadas após 1999 no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, revelam a dualidade na política de desenvolvimento rural no Brasil. O agronegócio da soja e a agricultura familiar têm sido apoiados a partir do mesmo instrumento de crédito rural subsidiado, sendo que que a soja concentra a maior parte dos recursos. Neste novo formato de atuação do programa é pertinente a discussão em torno das políticas de apoio à agricultura familiar camponesa e o questionamento do modelo da política de desenvolvimento rural.

Tratando-se do valor dos contratos de custeio agrícola por produto pelo PRONAF no Brasil, o financiamento agrícola da soja foi 41 vezes maior que o da mandioca (Figura 4). O agronegócio da soja é o principal produto que recebe financiamento de custeio agrícola pelo PRONAF no Brasil, o valor dos contratos de custeio agrícola para soja em 2021 foi R\$ 24.049.768.339,00 e para mandioca R\$ 583.513.013,00.

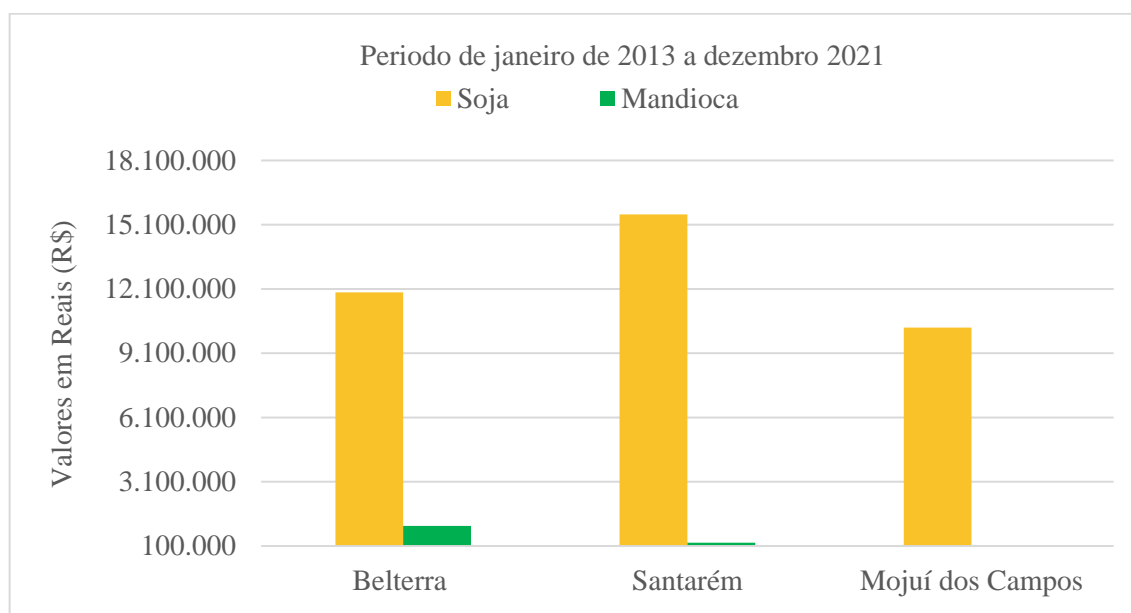
Figura 4 - Valor dos contratos de custeio agrícola por produto no Brasil - PRONAF



Fonte: Banco Central do Brasil (2021).
Elaboração própria.

No Planalto Santareno, a situação não é diferente, o agronegócio da soja é o principal produto que recebe financiamento agrícola pelo PRONAF (Figura 5). Os valores são referentes ao total de financiamento de janeiro de 2013 a dezembro 2021 das atividades relacionadas com produção de soja e mandioca, independente da modalidade, o que inclui: aquisição de insumos para indústria familiar; atendimentos a cooperados; beneficiamento ou industrialização; cooperativas de créditos; covid-19; lavoura; pastagem; pesquisa e assistência técnica agropecuária; serviços profissionais técnicos; taxa de retenção; estiagem; extrativismo de espécies nativas; florestamento e reflorestamento e integralização de cotas-partes.

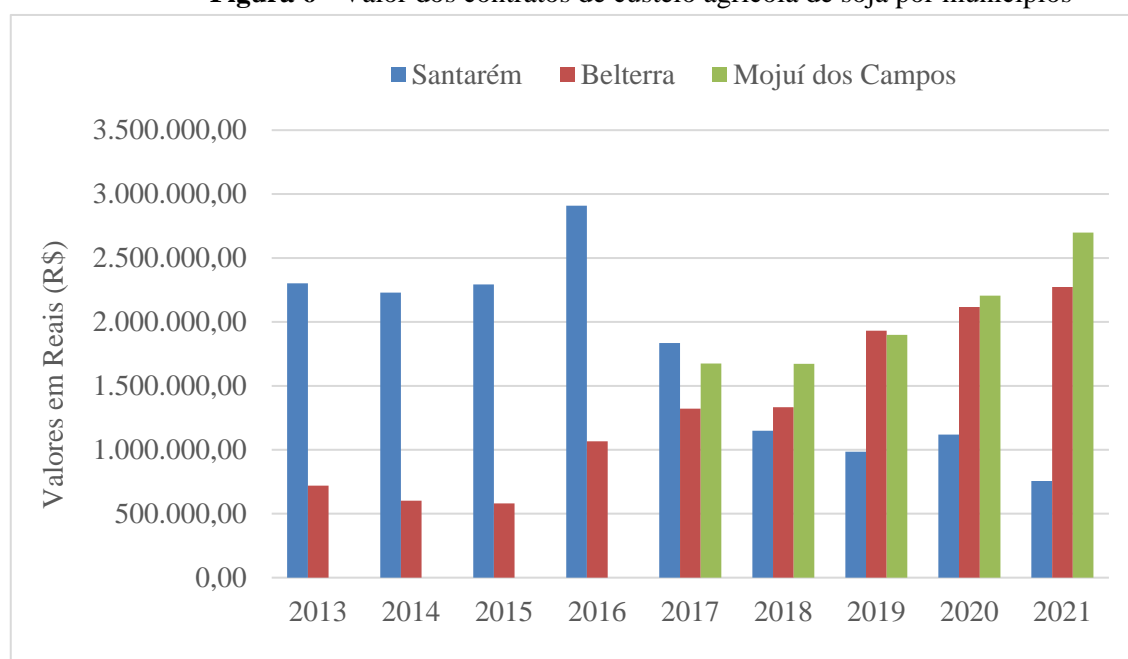
Figura 5 - Total de custeio agrícola por municípios - PRONAF



Fonte: Banco Central do Brasil (2021).
Elaboração própria.

Conforme indicam os dados do Banco Central do Brasil (BCB), de janeiro de 2013 a dezembro 2021 a mandioca recebeu R\$ 1.297.124,25, enquanto para a produção de soja foram R\$ 37.822.926,80, ou seja, 36 vezes mais do que a mandioca. Tratando-se de custeio agrícola, somente da modalidade para lavouras de soja, observamos a seguinte situação por ano no Planalto Santareno (Figura 6).

Figura 6 - Valor dos contratos de custeio agrícola de soja por municípios



Fonte: Banco Central do Brasil (2021). Elaboração própria.

Até 2016, Santarém era o principal município a receber custeio agrícola para soja pelo PRONAF. Depois desse período, os municípios de Belterra e Mojuí dos Campos tornaram-se líderes no recebimento, enquanto Santarém passou a receber menos recursos (que pode estar associado à estagnação de vendas e da disponibilidade de novas terras em Santarém). Tratando-se de custeio agrícola, somente da modalidade para lavouras, no período de 2013 a 2021, a soja recebeu o valor de R\$ 37.673.848,03 de custeio, enquanto a mandioca recebeu somente R\$ 687.122,19.

O agronegócio da soja está incorporado ao processo da Revolução Verde, que consistiu na modernização da agricultura a partir de 1960, estimulando a lógica de expansão das fronteiras agrícolas do sul ao norte do Brasil (SAUER, 2008). Essa expansão ocasionou profundas transformações nos biomas brasileiros, no setor produtivo agropecuário e nos modos de vida no meio rural, consequentemente também para a agricultura familiar camponesa (BARBOSA; MOREIRA, 2017).

O Estado, aqui representado pelo PRONAF, financia a soja, apesar dos custos sociais e ambientais decorrentes dessa agricultura empresarial no Planalto Santareno. Na mesma linha, Mesquita (2011) já apontava que o Estado brasileiro na Amazônia, de forma direta ou indireta, é o maior responsável por essa reconfiguração territorial e, portanto, pelo conflito territorial que daí emerge.

Suas empresas estatais e o financiamento público ofertado, junto com o grande capital, funcionam como uma avalanche sobre os territórios e áreas secularmente apropriados, obrigando a uma nova reconfiguração desse espaço com exclusão de antigos sujeitos, que agora, desorganizados e dispersos, não conseguem reconquistá-lo e muito menos serem alocados em outros territórios (MESQUITA, 2011, p. 52).

De acordo com Jesus e Vieira (2015), as lutas dos agricultores familiares camponeses persistem na busca de alternativas e superação dos desafios para continuar com seu modo de vida, além de ter uma participação relevante na produção de alimentos, tornando-se o principal responsável para o abastecimento do mercado interno. Santos (2011) complementa que o avanço da fronteira agrícola pelo modelo de agricultura capitalista e tecnificado é um dos processos capitalistas ligados à terra que mais gera impactos socioambientais no meio rural.

Para tal, três momentos foram importantes para que a agricultura capitalista no Brasil se consolidasse, Guilherme Delgado (2012) aponta: i) o primeiro denominado “modernização conservadora”, de 1965 a 1985; ii) o segundo de “transição da modernização conservadora à economia do agronegócio”, em que ocorreu, por falta de recursos, o desmonte do projeto de

modernização conservadora da era militar e iii) no início dos anos 2000, a “reestruturação da economia do agronegócio”, em que ocorreu uma reprimarização do comércio externo brasileiro por meio das exportações brasileiras. Barros e coautores (2020) chamam atenção para o fato de que foi no primeiro período da “modernização conservadora da agricultura” que ocorreu a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, que foi responsável pela modernização técnica da agricultura brasileira e que dura até o presente momento.

Frente a tais questões que influenciaram na consolidação agricultura capitalista, no próximo capítulo será retratada a forma que essa política se consolidou na prática na Amazônia e no Planalto Santareno. Esforço necessário para perceber as raízes dessa atividade e sua responsabilidade nos fenômenos atuais, bem como as ações do governo e o caráter “positivo” da política do agronegócio, procurando legitimá-las.

Conclusão do capítulo 1

A presença do Estado na ocupação do território amazônico, com incentivos governamentais desde os tempos da borracha até ao avanço do agronegócio da soja, influencia em novas dinâmicas no território, potencializando os fatores econômicos das mudanças no uso da terra.

O Estado, aqui representado pelo PRONAF, tem facilitado a ampliação da soja na região do Planalto Santareno, apesar dos custos sociais e ambientais decorrentes dessa agricultura empresarial. Identificamos que o agronegócio da soja é o principal produto que recebe financiamento de custeio agrícola pelo PRONAF no Brasil e no Planalto Santareno.

De outro lado, observamos que a agricultura familiar camponesa, apesar de ser inviabilizada por custeios agrícolas, ainda permanece com forte expressão do campesinato vivo, pluriativo e importante para a economia da região.

De forma direta ou indireta, o Estado é responsável pela reconfiguração territorial por apoiar e fomentar a expansão do agronegócio monocultor nos municípios no Planalto. O agronegócio da soja é voltado, única e exclusivamente, para a exportação e cercado por um discurso determinista, o colocando como a única alternativa para que o Brasil alcance o status de país desenvolvido. No entanto, é também o setor que enfraquece e tende a inviabilizar a agricultura familiar camponesa.

Negar o campo enquanto espaço de vida, local de produção, inclusive para subsistência, mas também para a produção para os mercados locais, é parte das estratégias de destruição da agricultura familiar camponesa.

O Planalto Santareno é território de produção e reprodução das práticas culturais dos agricultores familiares camponeses. Diante disso, é necessário estratégias de desenvolvimento com mais investimentos públicos para os agricultores familiares camponeses. O apoio à agricultura familiar camponesa também deve ser pensado no âmbito do desenvolvimento local no qual os aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos, devem ser igualmente levados em consideração na busca de soluções.

A agricultura familiar vive um momento de adaptação frente às novas mudanças socioeconômicas da sociedade atual (REICHERT *et al.*, 2011), neste contexto, é preciso estimular a participação dos agricultores familiares nas políticas públicas, garantindo a eles acesso à terra e ao crédito, condições e tecnologias para a produção e para o manejo sustentável de seus estabelecimentos, além de garantias para a comercialização dos seus produtos, agrícolas ou não (GUANZIROLI, 2002, p. 85).

CAPÍTULO 2

A EXPANSÃO DO MONOCULTIVO DA SOJA NA AMAZÔNIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS NO PLANALTO SANTARENO

O intuito deste capítulo é de registrar e apresentar, ao leitor ou leitora, como foi o processo da expansão do monocultivo da soja na Amazônia e no Planalto Santareno, pontuando os acontecimentos históricos ligados à chegada do monocultivo no território, a fim de evidenciar as ideologias que buscaram o “desenvolvimento” para a região por meio da expansão da monocultura política do agronegócio. Analisar o passado é essencial para perceber as raízes das atividades e fenômenos atuais, como iremos demonstrar por meio de dados e reportagens de jornais locais.

Buscamos compreender o atual comportamento de expansão da soja na Região Norte e nos municípios do Planalto Santareno. O capítulo também aborda as irregularidades e os impactos do terminal graneleiro da multinacional Cargill Agrícola S.A no território santareno.

Antes de iniciarmos a discussão sobre o processo da expansão do monocultivo da soja, precisamos voltar ao período do regime militar, que, através da abertura de novas frentes no Norte, pretendia unificar o país e, para tanto, os projetos de integração são direcionados à Amazônia. Com o slogan “integrar para não entregar” e objetivando promover a ocupação dos espaços “vazios” da Amazônia, o Estado promoveu um conjunto de políticas públicas buscando realizar uma integração geográfica e econômica (CAVALCANTI, 2015). Juntamente com o alcance da imprensa para (re)formar as representações sobre a Amazônia e atribuir um caráter positivo às ações do governo, procurando legitimá-las.

De acordo com Martins (1996), nos anos 1970, a sociedade brasileira foi moldada por lógicas de fronteira, ou seja, relações sociais e políticas marcadas por deslocamentos demográficos incentivados para aproveitar terras “não ocupadas” ou “insuficientemente” ocupadas, como foi compreendida a Amazônia, tais circunstâncias estabeleceram as relações sociais e políticas naquela região. As novas fronteiras são abertas por investimentos de grandes empresas dos setores de infraestrutura, pecuária e da agricultura de grãos

Essa expansão da fronteira alcançou a Amazônia, acarretando profundas mudanças nos sistemas produtivos da região (OSORIO, 2018). Influenciada principalmente pela Revolução Verde e a expansão de infraestruturas, estimulando a lógica de expansão das fronteiras agrícolas do sul ao norte do Brasil.

Inicialmente, a expansão da fronteira agrícola da soja no Brasil ocorreu após o aumento do preço da soja no mercado internacional, nos anos de 2003 e 2004. Em 2006 a cotação da soja se elevou efetivamente, firmando preços mais altos no mercado internacional devido à redução de área e de produção e ao aumento do consumo de soja e derivados nos países asiáticos (CONAB, 2008).

A partir disso, o Brasil passou a investir de forma sistemática no cultivo na década de 1970. Ainda durante a expansão da soja naquela década, os produtores receberam uma linha especial de crédito a juros zero para a compra de fertilizantes (CAMPOS, 2020).

Historicamente, a soja teve sua inserção na Região Sul do Brasil. Botelho e Diniz (2012, p.5) contextualizam esse cenário:

A soja chegou ao Brasil no final do século XIX, para ser estudada como planta forrageira. Em 1882, foi trazida dos Estados Unidos para a realização de pesquisas na Escola de Agronomia da Bahia. Em 1891, foram realizados experimentos com cultivares no Instituto Agrônomo de Campinas, em São Paulo. Os primeiros registros do plantio no País são de 1900 e 1901, quando foram realizadas as primeiras distribuições de sementes em São Paulo e os primeiros cultivos no Rio Grande do Sul. Porém só a partir da década de 1950 a cultura ganhou maior escala, em virtude da implantação do programa oficial para apoiar a produção do trigo, que também beneficiava a cultura da soja.

Somente a partir de 1924 que a soja teve os primeiros plantios comerciais na Região Sul do Brasil. Mais tarde, ao longo da década de 1980, a soja expandiu-se para as áreas de Cerrado, na Região Centro-Oeste. Na metade da década de 1990, a soja iniciou uma progressiva marcha em direção à Região Norte.

A expansão da atividade da soja do Cerrado para a Floresta Amazônica desencadeou-se a partir da relação entre a concentração fundiária, ocorrida na Região Sul do Brasil, e as ações desenvolvidas pelos governos federais, para isso, fomentou-se a implantação de grandes empresas agropecuárias e de projetos de reocupação (COSTA, 2011).

Diante disso, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, e o Banco da Amazônia (BASA). A partir disso, teve início a elaboração de projetos e incentivos financeiros, com o intuito de atrair investidores internacionais para a região (LEROY, 1989).

Os incentivos fiscais concedidos pela SUDAM para o setor empresarial nacional e internacional, na sua maioria, resultaram em projetos que não geraram resultados satisfatórios para o desenvolvimento da população regional, ampliando ainda mais as assimetrias sociais e a violência ocasionada pelas disputas relativas ao acesso à terra, historicamente existentes na região (BARROS *et al.*, 2020).

Quanto a essa configuração da expansão, Sauer e Martins (2016) pontuam que o avanço da soja, bem como de toda a fronteira agrícola no Brasil, foi resultado de uma janela de oportunidade bem aproveitada pelo governo militar e investidores.

A expansão acelerada das lavouras de grãos na Região Norte é parte da incorporação de novas terras às agroestratégias regionais amazônicas (ALMEIDA, 2011), utilizando não só áreas de pastagens, mas também terras com florestas secundárias (PEREIRA; VIEIRA, 2010), inicialmente florestas primárias.

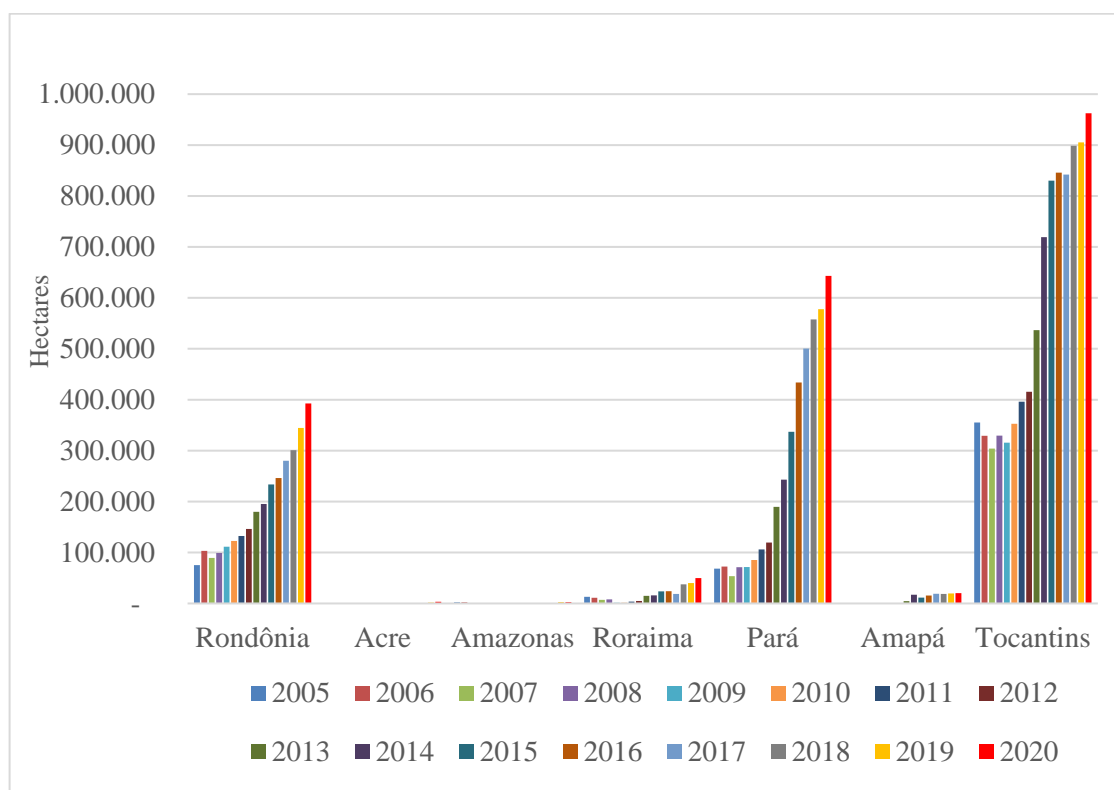
De acordo com Almeida e coautores (2010), as agroestratégias apoiadas por ações governamentais e investimentos privados compreendem um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos jurídico-formais à expansão do cultivo de grãos e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, numa quadra de elevação geral do preço das *commodities* agrícolas e metálicas.

Para além disso, Giustina (2020) afirma que as agroestratégias possuem como atores profissionais midiáticos (como jornalistas, colunas de opinião, revistas especializadas), professores universitários, economistas de renome, especialistas em políticas públicas, ONGs e empreendedores.

Além da utilização de áreas de pastagens e florestas secundárias, Venturieri e coautores (2007) observaram a conversão de floresta primária para a expansão acelerada das lavouras de grãos no Planalto Santareno. De acordo com os autores, no período 1999 a 2004, foi observado a ocorrência da agricultura caracterizada pela produção mecanizada de grãos, que utilizou 8% de floresta primária (435 km²) em um total de 5.442 km² de área plantada naquele período. Ainda de acordo com a análise dos autores, determinaram que dos 26.453 km² de florestas perdidas entre os anos de 1977 e 2007, 587 km² foram convertidos diretamente em Agricultura (2,22%), 3.023 km² para Pastagem (11,43%), 6.772 km² em Capoeira (12,28%) e 16.070 km² para áreas de Agropecuária (60,75%) (VENTURIERI *et al.*, 2007).

Houve um crescimento expressivo da cultura agrícola de soja na Amazônia, especificamente no estado do Pará, a partir de 2005. Conforme os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Figura 7), na escala estadual verificamos que a evolução da área plantada de soja por hectares no estado do Pará é a segunda maior na Região Norte.

Figura 7 - Evolução da área plantada do cultivo de soja na Região Norte



Fonte: PAM, IBGE (2020). Elaboração própria.

A produção de soja em extensas monoculturas é necessariamente acompanhada por um aumento no uso de pesticidas e herbicidas para compensar a crescente vulnerabilidade às pragas, resultando em uma redução da biodiversidade (VENNET, SCHNEIDER e DESSEIN, 2015).

A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA, 2017), por meio do Boletim Agropecuário do estado do Pará, em 2016 já destacava Belterra, Santarém e Mojuí dos Campos como potenciais municípios produtores de soja, dada a inserção do agronegócio na região, Santarém representava 3,31%, Belterra 3,14% e Mojuí dos Campos 2,83% em relação à safra total paraense do cultivo de soja.

Diante disso, a escolha dos municípios do Planalto Santareno como amostragem se justifica pelo fato deles representarem os municípios com a atividade econômica do agronegócio mais dinâmica na mesorregião Baixo Amazonas no Pará e, principalmente, o agronegócio da soja estar em interação com a agricultura familiar camponesa, sendo a agricultura familiar camponesa um elemento preponderante na definição da identidade do território, seguido do meio ambiente (BARBOSA *et al.*, 2012).

2.1. “Soja, uma esperança para Santarém”

A inserção do agronegócio de monocultivos no Pará como parte de um projeto de “desenvolvimento” e do processo de expansão da fronteira agrícola na Amazônia, contou com apoio governamental, investimentos de obras de infraestruturas e logística de transportes, a infraestrutura criada é central neste processo desde o início. Assim afirma IMAFLORA (2017), que a maior causa da expansão da soja na Amazônia (e no Planalto Santareno) foi o desenvolvimento de uma infraestrutura que dá acesso aos mercados internacionais, a BR-163 – ou "rodovia da soja", sendo uma estrada que liga as áreas de cultivo consolidadas no centro do Brasil ao porto da Cargill em Santarém.

Giustina (2020) também fortalece essa discussão, aponta que a construção da Rodovia BR-163, estrada que liga Cuiabá (MT) à Santarém (PA), é um dos elementos influenciadores mais relevantes para entendermos a entrada da soja na região amazônica e, mais especificamente, em Santarém, construção que iniciou no período da ditadura militar brasileira. Conforme Giustina (2020), três momentos foram importantes e contribuíram para a materialização dessa proposta: primeiro, em 1915, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 2.943, que autorizou as concessões para a construção da estrada de Cuiabá a Santarém; segundo, em 1970, o governo Emílio Médici sancionou o Decreto-Lei nº 1106, criando o Programa de Integração Nacional (PIN); terceiro, ainda em 1970, o Decreto nº 66.967 transformou o 2º Batalhão Rodoviário de Lages (SC) em 8º Batalhão de Engenharia e Construção, localizado em Santarém (FONSECA, 2015, p.115).

Diversos eixos rodoviários foram implementados no âmbito do PIN, inicialmente, a abertura da rodovia Belém-Brasília (BR-010) foi fundamental para o avanço da fronteira econômica na Amazônia. Na região do Planalto Santareno, foi a implementação das rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém), PA-370 Curuá-Una e PA-433. Sendo essas rodovias rotas de escoamento da soja.

O Plano Plurianual do Estado do Pará, elaborado no ano de 1995, iniciou os primeiros passos para a chegada da soja no estado, juntamente com ações planejadas e muitos incentivos por parte do governo paraense (BARROS, 2018; RODRIGUES, 2019). A partir do Plano Plurianual, ações foram implementadas para inserir a região no mercado nacional e internacional, com o intuito de fortalecer e tornar competitiva a economia paraense. Para tanto, o agronegócio passou a receber muitos incentivos do governo do estado do Pará (BARROS, 2018).

No dia 10 de março de 2022, em visita ao Instituto Cultural Boanerges Sena (ICBS), em suas dependências no acervo da Biblioteca Boanerges Sena, tive acesso ao relatório “Avaliação do Cultivo de soja em escala comercial seguido de safrinha - Santarém -PA”, de janeiro de 2001. Também recebi autorização do uso do acervo pessoal do diretor do Instituto Cultural Boanerges, esse acervo contava com mais de 500 reportagens de jornais³, que ele havia separado desde 1995 até 2009, sobre o processo de chegada do agronegócio da soja na região, instalação do porto da Cargill e conflitos e problemas socioambientais ligados a esses acontecimentos.

A partir do mapeamento cronológico realizado nos principais jornais da época, foi possível estabelecer algumas informações. Cabe destacar que as notícias estão na condição de dados da pesquisa, recorreremos aos jornais como forma de identificar a ordem cronológica de como os fatos se desenvolveram na região e as representações das narrativas construídas em torno da chegada da soja.

Em 19 de abril de 1995, foi realizado um simpósio para discutir o desenvolvimento rural (Anexo 1) na região tendo como pauta os projetos de infraestrutura regional, tecnologia e pesquisas de cultivos de novas culturas (ESTADO DO TAPAJÓS, 1995). Ainda em 1995, antes da soja se fortalecer na região, havia projetos agrícolas familiares sendo realizados, como o cultivo de arroz, que eram ameaçados por falta de custeio. A produção regional na esfera familiar também sofria problemas com a comercialização e financiamento (Anexo 2) (GAZETA, 1995).

Mais tarde, em setembro de 1995, a Secretaria de Desenvolvimento do Ministério dos Transportes realizava estudos e projetos com objetivo de implantar o corredor de transporte multimodal dos rios Tapajós e Teles Pires (Anexo 3) (O IMPACTO, 1995). Nesse contexto, era discutida a ideia de escoar a produção de grãos, especialmente de soja, da Região Centro Oeste utilizando a rodovia Santarém-Cuiabá e o porto de Santarém com a justificativa de que serviria como um canal mais acessível e com menos gastos para o estado do Mato Grosso. Para tanto, surge a possibilidade de asfaltamento da BR – 163, a rodovia Santarém-Cuiabá, desde a divisa dos estados do Pará e Mato Grosso até o município de Santarém.

O jornal Gazeta, em 17 de outubro de 1995, publicava reivindicações de seis empresários locais: (a) a ampliação do porto já existente em Santarém; (b) a viabilização de

³ Deve-se explorar mais os jornais, mas o levantamento preliminar mostrou que os jornais da época deram ampla cobertura e apoio à chegada dos monocultivos. Sugere-se o estudo de Giustina (2020) que faz uma análise detalhada sobre os jornais de circulação local, do ponto de vista midiático, ideológicos e discursivos da chegada e problemáticas causadas pela soja na região.

créditos com menos burocracia; (c) a disponibilidade de energia de Tucuruí para a região através do linhão; (d) a preparação de mão de obra para a área agrícola, com instalação de escola agrotécnica em Belterra; (e) a descentralização da aplicação de tributo pelo estado; (f) a zona de livre comércio para a região do Oeste do Pará; e (g) a divisa do estado do Pará para facilitar o desenvolvimento da Região Oeste (Anexo 4).

Outro momento importante foi a realização do 1º Seminário de Hidrovia do Tapajós em Alta Floresta, no Mato Grosso (Anexo 5), em dezembro de 1995 (GAZETA, 1995). O projeto de construção da hidrovia do Tapajós atingiu grande dimensão econômica, isso trouxe perspectivas atraentes para o Governo Federal.

Segundo Giustina (2020), em 1995, o Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Agricultura e o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, estabeleceu a cooperação público-privada com a empresa Agrária Engenharia e Consultoria S.A. Essa cooperação público-privada tinha como objetivo fomentar estudos da viabilidade da exploração agrícola empresarial no polo Santarém. Após encontros, reuniões e pesquisas de campo, levantaram-se indicativos da aptidão da região para o plantio da soja (GIUSTINA, 2020).

Seguindo as recomendações estabelecidas pela a empresa Agrária Engenharia e Consultoria S.A., em 1996 ocorreu a implantação de um projeto piloto de cultivo de soja na fazenda Diamantino, propriedade do cerealista e pecuarista Francisco Quincó na PA-370, rodovia Santarém-Curuá-Uma (COSTA, 2015).

O objetivo era testar diversas variedades, em diferentes épocas de plantios e em parcelas comerciais, visando obter dados da melhor ou das melhores variedades e, também, quanto às épocas preferenciais e toleradas para o plantio da cultura de soja na região de Santarém. Diversas variedades foram testadas e muitas delas resultaram em uma produtividade igual e, em algumas, até maior do que a média nacional (GIUSTINA, 2020).

De acordo com o relatório do projeto, “Avaliação do Cultivo de soja em escala comercial seguido de safrinha - Santarém - PA”, de janeiro de 2001, elaborado pela própria Cargill, o cultivo experimental de soja teve seu início no município de Santarém a partir do ano de 1997 em escala comercial. Apresento algumas transcrições do relatório:

Este experimento teve como principal objetivo testar variedades de soja em diferentes épocas de plantios, onde obteve-se variedade com produtividade em escala comercial de até 3.208 kg/ha. Em 1998, em função da produtividade de soja obtida no ano anterior, alguns produtores da região e também outros procedentes do Centro-Oeste fizeram o primeiro plantio de soja a nível de produtores em escala comercial (...) Neste mesmo ano (1998), a Embrapa do

Núcleo do Médio Amazonas, sediada em Santarém, testou mais de 100 parcelas entre variedades e linhagens de soja de ciclo precoce, médio e tardio obtendo excelentes resultados em algumas variedades/linhagens chegando a obter produtividade de até 4.000 kg/ha(...) Em 1999, apenas o produtor Sr. Francisco Quincó realizou o plantio de soja em Santarém. O mesmo obteve resultados mais atrativos quando comparado ao ano anterior (CARGILL, 2001, s/p).

Paralelamente aos experimentos da soja em Santarém, em agosto de 1996, a associação de Desenvolvimento Regional, com sede no município de Sorriso, no Mato Grosso, realizou um estudo de viabilidade econômica da rodovia Santarém-Cuiabá e conclusão da BR-163 (Anexo 6), como forma de promover o desenvolvimento socioeconômico dos municípios localizados na margem da estrada Santarém-Cuiabá (GAZETA, 1996).

Ainda sobre a minha visita ao Instituto Cultural Boanerges Sena (ICBS), tive a oportunidade de entrevistar o diretor do instituto, na ocasião, contou sobre sua participação e sua visão sobre o processo de chegada da soja em Santarém:

A soja chegaria aqui por vários motivos de qualquer maneira, assim como ela chegou no cerrado. A soja foi subindo o mapa, né, diziam que aqui ela não dava e ela se adaptou muito bem. Coincidentemente, por acaso, eu fiz parte ativa na abertura na chegada dela, eu fui um catalizador, eu acelerei o processo sem querer, eu vou explicar por quê. Em meados da década de 90, foi feito um contrato entre o governo do Pará e um grupo chamado Agrária, lá do sul do Paraná, eles vieram fazer um estudo sobre a potencialidade das várzeas do meio Amazonas envolvendo os municípios de Santarém, Monte Alegre e Alenquer. O primeiro engenheiro agrônomo que veio lá do Sul, veio para conhecer o ambiente onde seria feito o trabalho da Agrária. Ele chegou aqui em maio de 1995 ou 1996, por aí [...] sabe-se que em maio as várzeas estão todas alagadas, então eles não tinham nada pra ver, porque estava tudo coberto. Eu fui chamado para uma reunião desse agrônomo na prefeitura e estava um grupo com esse agrônomo, tratando sobre conhecer as várzeas, eles não tinham muitas informações e na reunião eu disse que tinha muita coisa pra mostrar da várzea, eu disse que não é aqui nem na Emater, é lá na nossa biblioteca, lá em casa. Então ele veio e ficou muito impressionado com o que viu: o preparo de área na várzea, plantio na várzea. Ele pegou informações e foi embora pra São Paulo (Fragmentos da entrevista realizada com o diretor do ICBS, em 10 de março de 2022).

O relato do diretor do ICBS apresenta os principais elementos do processo histórico de chegada da soja na região, principiando da ação planejada dos atores envolvidos e da sondagem. O que permite realizar um paralelo com as afirmações de Costa (2015), a expansão da soja para os estados nortistas da Amazônia Legal tomou como referência o modelo adotado na Região Centro-Oeste, mais especificamente no estado do Mato Grosso. Pereira e Vieira (2001) também retrataram esse movimento agrícola, apontando que 6,1 milhões de hectares de grãos foram

cultivados, concentrando-se em regiões de cerrado dos estados de Tocantins, Mato Grosso, Rondônia, Maranhão e Roraima no período de 1998/1999.

Conforme o relato do diretor, observa-se que o interesse pela área de várzea não amadureceu, considerando que, para o plantio de soja, um dos principais pontos é ter características de clima, solo e topografia favoráveis à cultura, com solo rico em nutrientes. O diretor continua o relato:

Quando o chefe da agrária veio pra iniciar o trabalho [...] no final de 1996, a gente saía do aeroporto em direção ao Tapajós, subindo, né, direção norte. Eu conversando na volta eu disse assim “Olha, tu só tá conhecendo nossa região para o Norte, tem que conhecer pra trás, para o Sul, que tu vais conhecer Belterra, o Planalto [...]” O nome dele é Joaquim Severino, e nós em vez de pousarmos logo, fomos conhecer e ele ficou encantando com o que viu, e ele disse assim: “Eu queria ver o Planalto”, e quando nós pousamos no sábado, nós pegamos o carro e subimos para o Planalto. Ele queria ver uma mata e eu levei lá na comunidade de Poço Branco. O Joaquim Severino viu aquilo, viu aquele solo e disse “Aqui dá soja, esse solo é bom pra soja”. Outro dia ele perguntou se eu conhecia um produtor pra fazer uma parceria pra fazerem um experimento de soja no Planalto, nessa região. Eu disse “Eu conheço”. Então eu entrei com contato com Francisco Quincó, e reunimos. Então foi acertado um contratado para fazer essa experiência no Planalto. Nós selecionamos a área no Diamantino e ali foi feita uma área de 50 hectares (Fragmentos da entrevista realizada com o diretor do ICBS, 10 de março de 2022).

Cabe destacar que o contrato de plantio na fazenda Diamantino, fez parte do contrato da Agrária Engenharia Consultoria S.A. para estudar a viabilidade da agricultura empresarial no polo Santarém, ação prevista, estimulados pela ação interventiva e programática da esfera estatal (COSTA, 2015).

Nesse experimento foram introduzidas umas 60, 70 variedades de soja, quando veio a época da colheita, para a surpresa de todos, várias espécies e variedades de soja apresentaram uma produção igual e superior à média nacional. Aconteceu então, eu conversando com o Joaquim, ele disse “Isso aqui vai ser uma mina, porque um dos maiores custos de produção da soja hoje em dia é o transporte, estamos produzindo aqui a 13 km do porto de Santarém, isso aqui vai reduzir bastante o custo de produção (Fragmentos da entrevista realizada com o diretor do ICBS, 10 de março de 2022).

Em 1997 foi iniciado o plantio da soja no Planalto Santareno, em regime de rotação com as culturas de milho, arroz, sorgo e milheto, diretamente influenciado pelas ações governamentais do estado e do município.

Simulações matemáticas realizadas nos anos 2000 para ilustrar a movimentação na economia indicaram que, uma vez concretizada, a hidrovía geraria em torno de 2,344 milhões

de toneladas/ano de grãos. Segundo a notícia, a posição estratégica de Santarém era plenamente considerada em todas as análises técnicas, políticas e econômicas no projeto da hidrovía.

Em 1997, o Jornal de Santarém e Baixo Amazonas tinha como manchete “Soja – Uma esperança para Santarém” (Anexo 7) (JORNAL DE SANTARÉM E BAIXO AMAZONAS, 1997a). A manchete abordava uma visita feita no projeto piloto de plantio de soja, na colônia Diamantino, na comemoração do Dia do Campo. Estava presente representantes da empresa Agrária, em conjunto com vários órgãos estaduais e municipais ligados à agricultura.

Nesse encontro foi apontado que o projeto piloto de plantio de soja em Santarém estava utilizando a mais avançada tecnologia disponível no Brasil para o setor de produção de soja, sendo a soja uma das saídas para o aquecimento da economia do município de Santarém e da região.

Em 1997, começaram a chegar sojicultores à região, Nahum e Paixão Júnior (2014) apontam que esses sojicultores tinham dois perfis: 1) os primeiros a chegarem foram aqueles menos capitalizados do Centro-Sul do país, vendiam suas terras do lugar de origem para comprar terras mais baratas no Planalto Santareno e 2) outro perfil de sojicultor começa a chegar a partir das notícias de que a Cargill se estabelecerá na região, estes mais capitalizados vinham para expandir seus negócios na região, mantendo sua(s) propriedade(s) em seu estado de origem.

Em junho de 1998, comemora-se o êxito da plantação de soja na Transamazônica (Anexo 8) e, com isso, começava a ser discutida a expansão da soja para o Oeste do Pará (JORNAL DE SANTARÉM E BAIXO AMAZONAS, 1998a). Mais tarde, em agosto de 1998, os produtores familiares ainda reclamavam da falta de apoio nos financiamentos e dificuldades para escoar a produção (Anexo 9) (JORNAL TRIBUNA DO TAPAJÓS, 1998). Em contrapartida, no mesmo mês, o Governo do Estado do Pará, por meio do governador Almir Gabriel, confirmou projetos de plantio de soja no Pará (Anexo 10) com cooperação do Banco do Brasil. (JORNAL DE SANTARÉM E BAIXO AMAZONAS, 1998b)

Nesse contexto de multiplicação do cultivo da soja na região, aliada à existência das vias de rodoviárias de integração dos estados, teve início, em 1999, a construção do porto graneleiro da multinacional Cargill Agrícola S.A. A empresa ganhou, em 1999, a licitação pública para construir suas instalações e começou a operar em 2000, fatos que repercutiram nos principais jornais locais (Figura 8).

Figura 8 - Notícias ligadas ao avanço da soja e construção do Porto da Cargill



Fonte: Reprodução dos jornais Jornal de Santarém e Baixo Amazonas (1997); Gazeta (1998); O Impacto (1999); Tribuna do Tapajós (2000). Montagem da autora.

Além do apoio político local, das mídias e de alguns empresários, observa-se na reportagem “Soja - uma esperança para Santarém” (Anexo 7), de 1997, que os anúncios dos bancos também apoiavam a concepção de desenvolvimento para Santarém e região (JORNAL DE SANTARÉM E BAIXO AMAZONAS, 1997).

Sobre os fatores que influenciaram o interesse da política do agronegócio da soja no Planalto Santareno no final da década de 1990, Nahum e Paixão Júnior (2014, p. 49) argumentam que:

Levas de produtores de soja, oriundos do Centro-Sul do país, avançaram sobre o Planalto Santareno, atraídos, dentre outros fatores, pela grande disponibilidade de terras a preços baixos, pela boa qualidade do solo e por sua localização privilegiada frente aos mercados internacionais, permitindo que, em 2003, a multinacional Cargill Agrícola S.A. inaugurasse na orla santarena um terminal graneleiro, articulado à hidrovio da Madeira/Amazonas e à rodovia BR-163, elevando os interesses e o estabelecimento das fazendas do agronegócio no lugar.

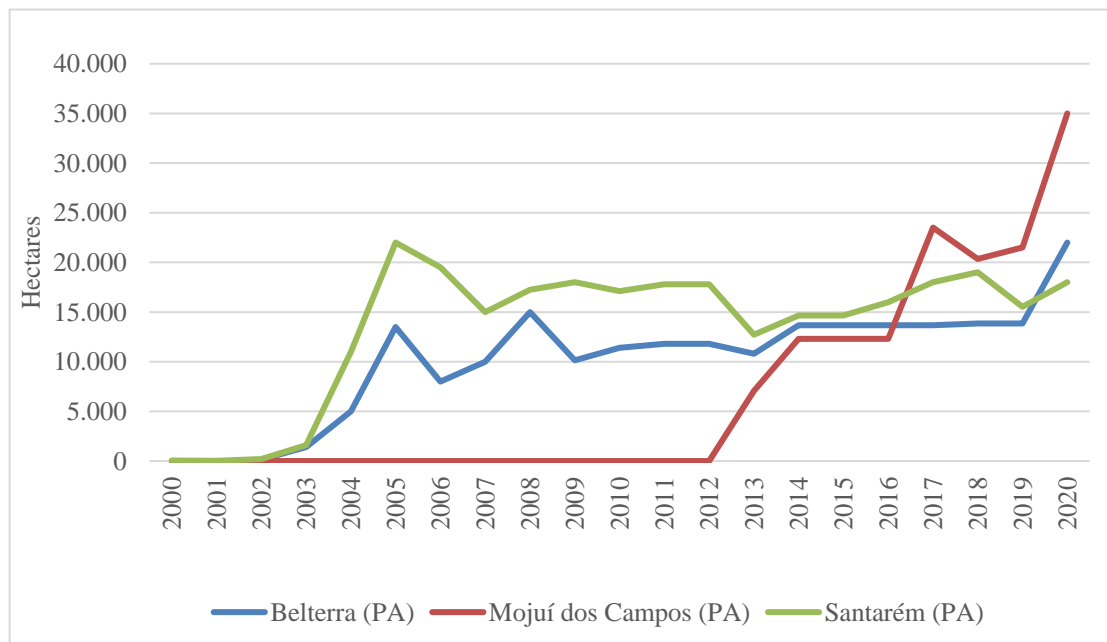
Com a expansão da soja no Planalto Santareno, surgiram os primeiros impactos e, também, as críticas e ações contrárias ao agronegócio. Ainda, através de leituras de algumas reportagens de jornais, observa-se que os impactos e críticas ao monocultivo da soja começaram

a ser noticiados. As notícias estavam ligadas às consequências socioambientais do monocultivo na região.

Destaca-se as seguintes matérias do Jornal de Santarém e Baixo Amazonas: “O preço do progresso custa caro”, edição de maio de 1998 (Anexo 11); “Produtores preocupados com pragas em plantação”, edição de fevereiro de 2022 (Anexo 12); “Cargill é criticada por incentivar êxodo rural e a devastação do meio ambiente” e “Plantio de soja mecanizado expulsa agricultor do campo”, edição de abril de 2003 (Anexo 13); “Comunidades estão desaparecendo por conta soja”, edição de outubro de 2003 (Anexo 14); “Conflitos agrários facilitam avanço da soja na região amazônica”, edição de janeiro de 2004 (Anexo 15).

Alguns agricultores familiares camponeses foram resistentes à chegada da soja e ainda continuaram em suas terras. Os agricultores que antes tinham problemas apenas com acesso a financiamento passaram a ter problemas também com a produção e qualidade de vida diante da interação em áreas com a soja. Atualmente, o cultivo de soja avança no Planalto Santareno, com base nos dados da Produção Agrícola, do IBGE (Figura 9).

Figura 9 - Evolução da área plantada do cultivo de soja no Planalto Santareno - Pará



Fonte: PAM, IBGE (2020).
Elaboração própria.

Em 2012, Mojuí dos Campos ainda era um distrito de Santarém. Assim, a evolução da área plantada do cultivo de soja em Santarém, nesse ano, ainda incluía Mojuí dos Campos. Depois da emancipação de Mojuí dos Campos, houve uma evolução considerável das áreas

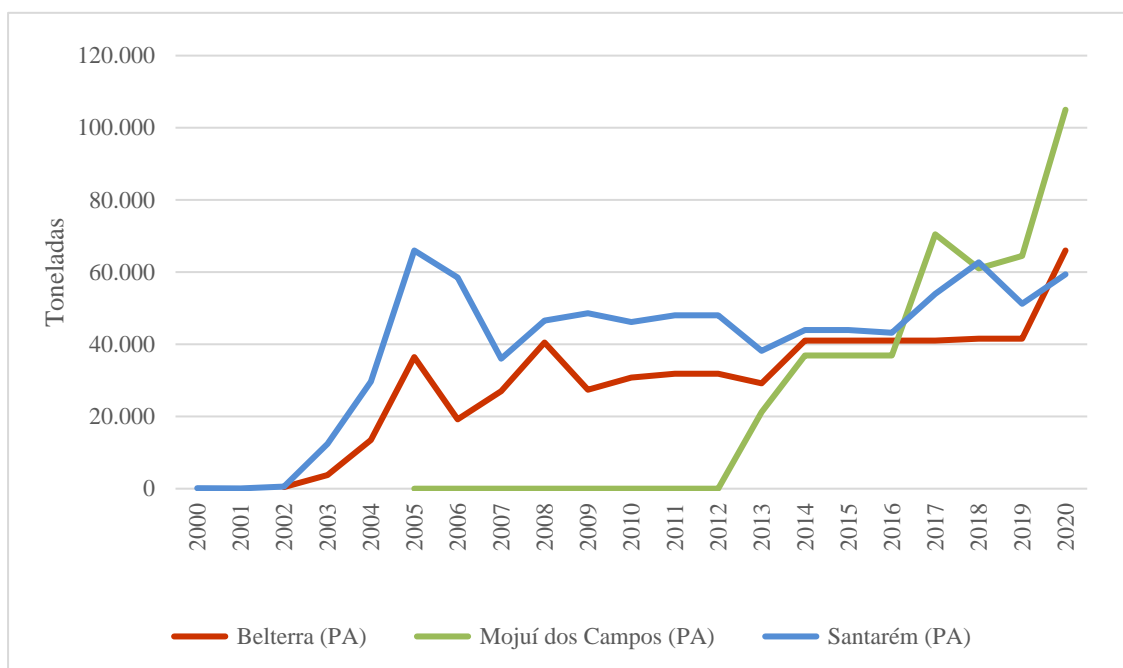
destinadas para a soja no município, tornando-o o maior produtor do grão na região. O dado indica que a emancipação de Mojuí dos Campos favoreceu o avanço do agronegócio no município.

Estudos recentes realizados por Barros e coautores (2020), ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), no sentido Santarém-Belterra, observou o processo de expropriação das comunidades e também acompanhou o ritmo de expansão da soja:

Comunidades inteiras desapareceram completamente ou parcialmente para dar lugar às grandes concentrações de terra para o agronegócio, que envolve áreas de plantio e a logística necessária. Até hoje ainda é possível ver as marcas desse processo de subordinação do território-abrigo das comunidades, por meio de registros como cemitérios, ruínas de escolas e outros objetos remanescentes (BARROS *et al.*, 2020, p.904).

Com base nos dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE, os três municípios apresentam a expansão do cultivo de soja a partir de 2005 (Figura 10).

Figura 10 - Evolução da quantidade produzida de soja no Planalto Santareno



Fonte: PAM, IBGE (2020).
Elaboração própria.

Observa-se também o crescimento da soja em toneladas no Planalto Santareno. Havia expectativa de que o monocultivo de soja gerasse emprego e infraestrutura. Contudo, enquanto

a produção de soja cresceu mais de 2,8 vezes entre 1985 e 2006, a oferta de postos de trabalho ficou quatro vezes menor nesse período (FOCUS, 2010).

O cultivo de soja tem crescido na região juntamente com a pecuária, ocasionado uma modificação contínua da Floresta Amazônica e no uso do solo. Almeida e Lima (2005) mostram que essas transformações já vêm ocorrendo desde meados da década de 90, com a construção do Porto da Cargill em Santarém, e, a partir de 1999, foi colocado no Plano Plurianual (PPA) 2000-2003 “Avante Pará: agronegócio o Pará investe nisso!”, com áreas apropriada para a expansão do agronegócio globalizado da soja, devido às condições de solo e clima da região.

A construção do porto estimulou o mercado de terras no Planalto Santareno, aumentando a procura e o preço das propriedades rurais (NAHUM e PAIXÃO JÚNIOR, 2014), atores do agronegócio iniciaram o processo de compras de terra na região (GIUSTINA, 2020).

De acordo com Sauer e Pietrafesa (2013), entre as razões que explicam esse processo de expansão das fronteiras, estão os incentivos governamentais, especialmente a concessão de créditos com taxas de juros compensadoras, mas também investimentos em infraestrutura e desoneração tributária nas exportações; a boa margem de lucro obtida nas lavouras de grãos, em especial nas de soja; e a disponibilidade de terras, ainda relativamente baratas nas regiões de fronteiras, mas com boas perspectivas de valorização (SAUER; LEITE, 2012).

Conforme Sauer (2018), o avanço da fronteira agrícola na Amazonia foi favorecido também pela implantação do porto da Cargill, em Santarém em 2004, e pelos baixos preços da terra. Por sua vez, a construção do porto da Cargill foi marcada por grandes imbróglis judiciais, resultantes de um processo de instalação predatório e criminoso, alvo de inúmeras denúncias, danos ambientais e conflitos. A construção do porto também provocou o processo de especulação fundiária, ocasionando o deslocamento de muitas famílias para a área urbana da cidade de Santarém, como também a fuga para áreas de terras devolutas ou para regiões mais afastadas do planalto (COSTA, 2011).

As mudanças na paisagem da zona rural eram citadas de forma positiva, atreladas ao ciclo de “desenvolvimento” da região, como retratava a chamada da edição do jornal local “O Estado do Tapajós”, publicado junho de 2004, o jornal tinha como título da sua edição “O agronegócio muda a cara de Santarém” (Figura 11).

Figura 11 - Notícia das mudanças da paisagem rural do Planalto Santareno



Fonte: Reprodução do Jornal “O Estado do Tapajós”.

O jornal comunicava o seguinte:

“Ao completar 342 anos de fundação, Santarém alcança autossuficiência da produção de arroz, um retrato do novo ciclo da agroindústria no município, que atrai produtores de diversas regiões do país. Além de mudança da paisagem da zona rural, a cidade está se transformando em um dos principais centros de exportação do país. Santarém experimenta um novo ciclo de desenvolvimento a partir da fertilização de suas terras férteis pela agroindústria” (O ESTADO DO TAPAJÓS, EDIÇÃO 595, 2004, s/p).

Fato que chama atenção, visto que desconsiderava os efeitos negativos para os agricultores familiares camponeses e suas comunidades, conforme foi mencionado na sessão anterior sobre os efeitos do avanço da soja e instalação do porto da Cargill. O discurso do desenvolvimento não é uma questão da promoção do bem-estar da sociedade, mas o de cumprir sua função ideológica de legitimação das relações de produção capitalistas (SANTOS, 2020).

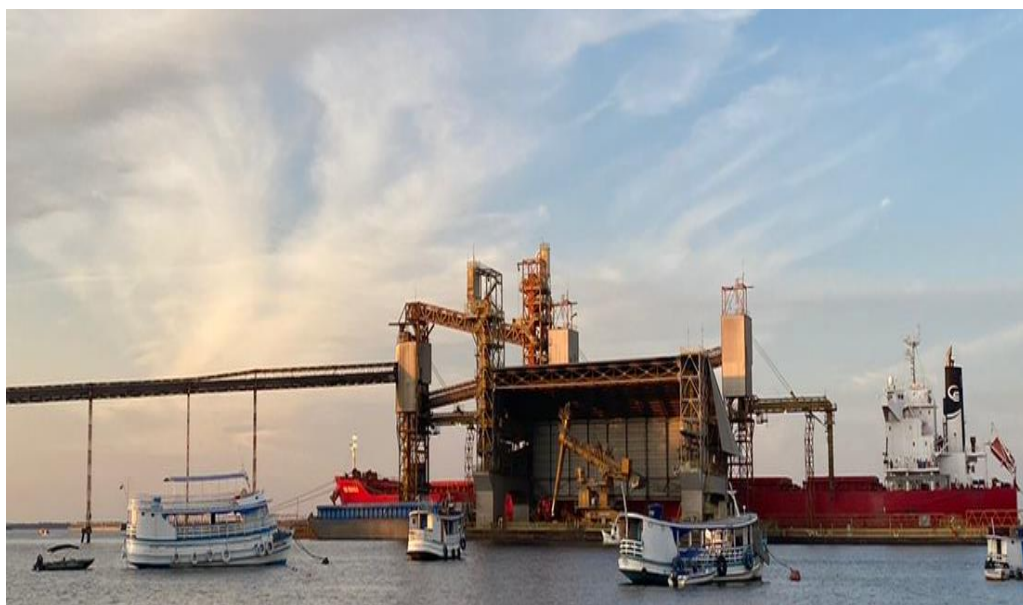
Um marco importante na história da soja na região foi a moratória da soja. Trata-se de um acordo voluntário da cadeia da soja que tem o objetivo de eliminar o desmatamento motivado pelo cultivo da soja no bioma Amazônia garantindo que as empresas comercializadoras de soja não comprem matéria-prima produzida em áreas desmatadas após 2008 (IMAFLOA, 2017). Cabe destacar que esse acordo de mercado é resultado de uma das mais bem sucedidas campanhas do Greenpeace no Brasil, no Planalto Santareno com apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém, para

limitar o avanço da soja em Santarém. O fim da moratória da soja tem sido discutido e ameaçado por ruralistas e com o apoio de integrantes do governo Jair Bolsonaro.

2.2.A instalação do terminal graneleiro da Cargill Agrícola S.A

A construção do porto da multinacional Cargill Agrícola S.A (Figura 12) foi baseada na ideia de redução de custo de transportes e, paralelamente a isso, em virtude do surgimento das rodovias e, posteriormente, da montagem da infraestrutura portuária do porto da Cargill (WILKINSON, 2009).

Figura 12 - Terminal graneleiro da Cargill no porto da cidade de Santarém - Pará



Fonte: Acervo da autora, 2022.

O porto graneleiro em Santarém está localizado em ponto estratégico pela facilidade do escoamento da produção para outros países. Costa (2011) complementa que a logística envolvida no transporte da soja resulta no barateamento dos custos da produção até o porto da Cargill, compreende o transporte por via rodoviária até Porto Velho e depois por balsa, passando por Itacoatiara, no Amazonas, até Santarém.

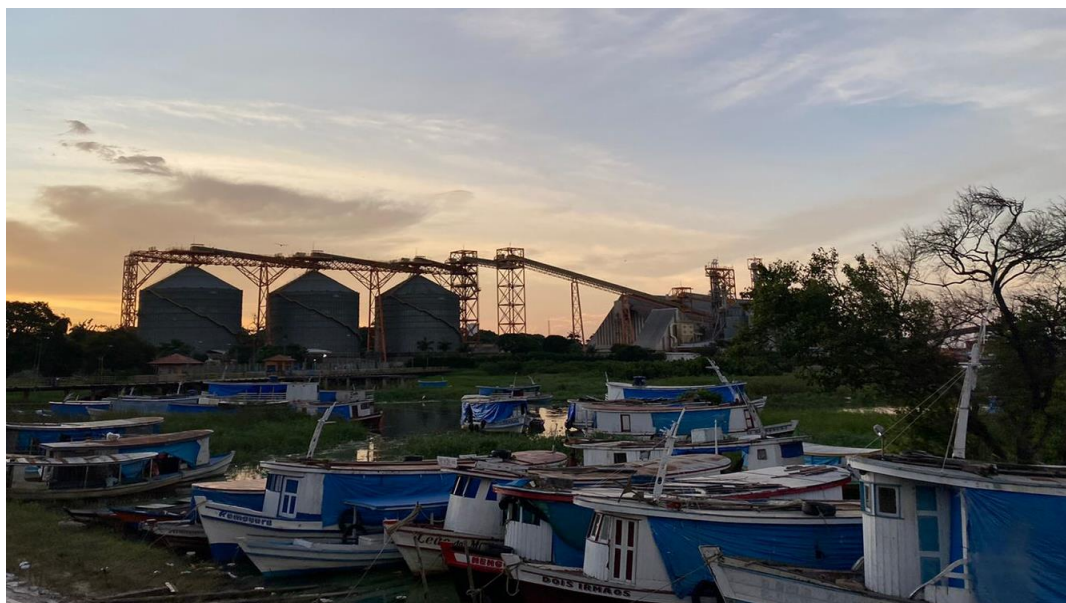
A construção do porto da Cargill, inaugurado em 2003, facilitando ainda mais o transporte de soja, tem-se o que convencionou chamar de "segunda onda de invasão da soja" na região santarena, quando chegaram grandes produtores ocupando áreas de terras devolutas ao leste, na gleba Pacoval, e ao sul, no projeto de assentamento Mojuí I e II, do Planalto Santareno (...) Simultaneamente, inicia-se um intenso comércio ilegal de vendas de terras e de ações de violência contra pequenos agricultores familiares, nas áreas de maior especulação (COSTA, 2011, p.75).

A instalação do porto da Cargill é cercada de acusações de fraudes no licenciamento ambiental, marcado por indícios de fraudes e violações de direitos humanos que seguem sem respostas, passados mais de 20 anos desde a implantação de um terminal portuário da empresa na região (TERRA DE DIREITOS, 2021). O estudo da Terra de Direitos, organização da sociedade civil, sistematizou uma série de irregularidades e de impactos observados quase 20 anos após a chegada da empresa no território santareno:

[...] Enquanto a empresa se instalou na região sem apresentar um estudo de impacto ambiental, povos indígenas, quilombolas e pescadores artesanais tiveram suas vidas afetadas, sem que fossem previamente consultados, como determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Foram ao menos nove violações de direitos cometidos pela Cargill. Na série de impactos provocados pela chegada da empresa, órgãos ambientais, como a Semas, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (a antiga Sectam), tiveram importante papel: além da fiscalização insuficiente, abrandaram um conjunto de condições que deveriam ser estabelecidas para a operação da transnacional (TERRA DE DIREITOS, 2021, p. 4).

A construção dos silos para armazenamento de grãos do Porto da Cargill deu fim à conhecida praia de Vera Paz, uma das praias mais frequentadas pela população nos fins de semana (TERRA DE DIREITOS, 2021). Barqueiros de comunidades e municípios vizinhos dividem o pouco espaço com o porto emblemático no rio Tapajós da orla de Santarém (Figura 13).

Figura 13 - Silos para armazenamento de grãos em Santarém - Pará



Fonte: Acervo da autora, 2022.

Outro porto que gera conflitos em Santarém é o porto da Empresa Brasileira de Portos de Santarém Ltda. (EMBRAPS), que busca instalação no bairro do Maicá. O interesse na construção desse porto também tem como base o interesse do capital privado em aumentar lucros e a eficácia da logística de exportação de grãos, a intenção da instalação desse porto é diminuir cerca de 800 quilômetros do trajeto atual da produtividade que sai de Mato Grosso. Há mais de 10 anos, os projetos de portos vêm se estabelecendo na Amazônia, com o apoio de alguns políticos locais, mídias e setores empresariais.

A instalação planejada desses portos na Amazônia faz parte de um mesmo pacote de grandes obras previstas para o Pará para o avanço do agronegócio. Contemporaneamente, a principal atividade agrícola em processo de expansão na Amazônia é a soja, cada vez mais ocupando espaço em diversos municípios amazônicos (BENATTI, 2005).

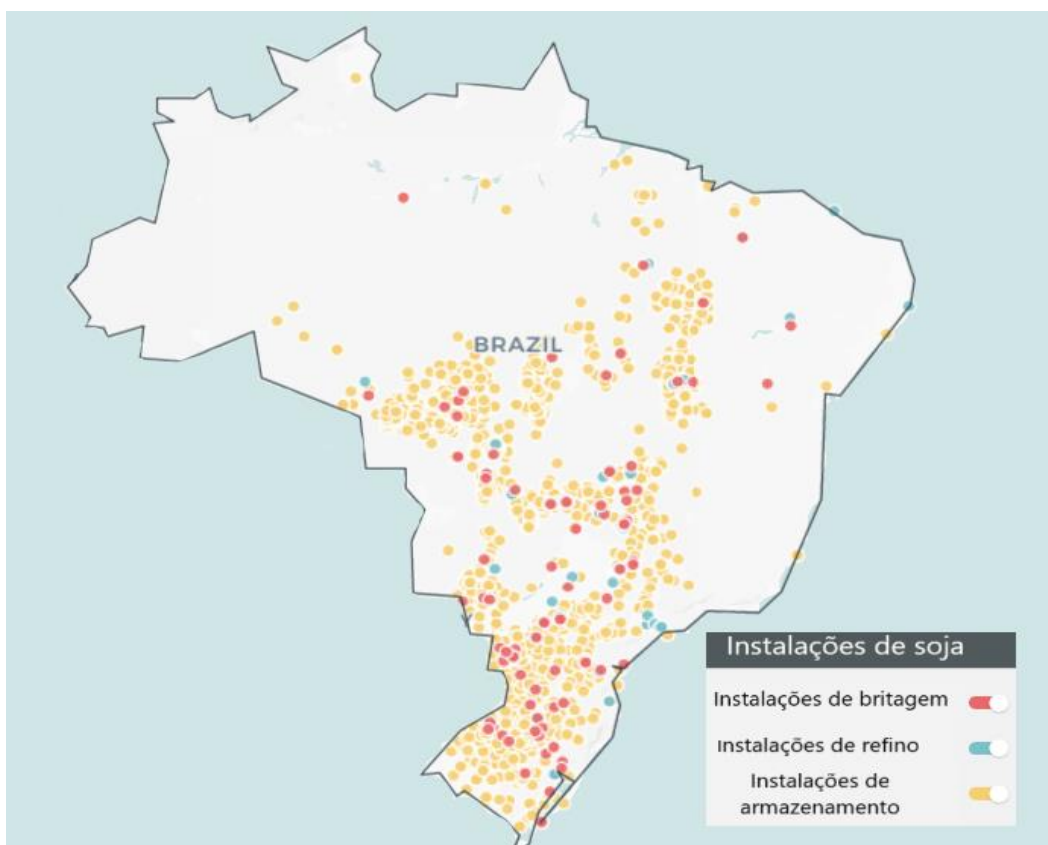
Recorremos à plataforma *Trase Supply Chains* para identificar os países importadores de soja do Planalto Santarém, os dados mais recentes são de 2018. É importante fazer um pequeno parêntese para explicar sobre a plataforma *Trase*, que apresenta um conjunto de dados de produção e fluxos de *commodities* comercializadas globalmente e identifica rotas das empresas individuais que exportam.

De acordo com as informações coletadas na plataforma *Trase*, em 2018 Santarém produziu 62.700 toneladas de soja, ocupando um total de 19.000 ha de terra. Com 0,01% da produção total, ocupa a 401ª posição no Brasil em produção de soja e a 7ª no estado do Pará. O maior exportador de soja de Santarém foi a Cargill, o principal destino foi a Espanha. Mojuí dos Campos teve a China (Mainland) 37.7% como principal importador, Belterra manteve 100% da sua importação no Brasil.

Conforme Mesquita (2011), embora distante do papel que exerceu até a década de 1980, como promotor de uma política desenvolvimentista ativa, o Estado ainda exerce relevante papel na estruturação de segmentos e atividades como as relacionadas aos chamados projetos estruturantes, isto é, infraestrutura ao capital, ferrovias, portos, rodovias, hidroelétricas e linhas de transmissão, onde a Amazônia tem papel de destaque.

O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de soja, as exportações de soja do Brasil mais que dobraram na última década, em resposta à crescente demanda internacional (TRASE SUPPLY CHAINS, 2022). Com a crescente demanda, conseqüentemente também cresce o investimento em instalações de infraestruturas da soja, principalmente de armazéns que estão presentes em boa parte do Brasil. Os dados mais recentes sobre essa situação são referentes ao ano de 2016 (Figura 14).

Figura 14 - Infraestruturas da soja no Brasil



Fonte: Montagem da autora a partir de Trase Supply Chains (2022).

Apesar dos impactos ambientais e sociais da cadeia produtiva da soja, o Governo disponibiliza o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para o investimento em construção e implementação de armazéns (BNDES, 2022).

Em junho de 2022, foi instituído um limite de financiamento de R\$ 50 milhões para investimentos relativos à armazenagem de grãos, para o armazenamento dos demais itens, o limite continua sendo de R\$ 25 milhões (MAPA, 2022b). Também é possível que produtores e empresários rurais acessem recursos para custeio e investimento no setor da agricultura empresarial, bem como o Plano Safra 2022/2003, neste foram disponibilizados R\$ 340,88

bilhões, R\$ 246,3 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 94,6 bilhões para investimento. O valor reflete um aumento de 36% em relação ao plano anterior (MAPA, 2022c).

Conclusão do capítulo 2

Com a chegada da monocultura no Planalto Santareno, o Governo do Estado do Pará, a Prefeitura Municipal de Santarém e a mídia local apresentaram narrativas de apoio, propagando suporte à monocultura política do agronegócio em Santarém. As narrativas divulgaram os monocultivos como o caminho para fomentar o desenvolvimento da região e incrementar a economia brasileira.

Antes de a soja se fortalecer no Planalto Santareno, os agricultores familiares camponeses já passavam por dificuldades no âmbito de financiamento e dificuldades para escoar produção. As dificuldades eram também pela falta de equipamentos públicos, como hospital, posto de saúde, escolas, energia elétrica, água tratada etc. Essas dificuldades forçaram mudanças, pois moradores do campo foram para outras comunidades rurais ou migraram para os municípios vizinhos, estimulando a venda de terras para os sojeiros. A chegada da soja gerou novas dificuldades, pois os agricultores familiares camponeses passaram a ter problemas também com a produção e qualidade de vida diante da interação em áreas com a soja.

A atuação do governo não foi de ações para sanar os problemas e dificuldades que envolviam a agricultura familiar camponesa, que reclamavam, por exemplo, a falta de financiamento e acesso a crédito para produzir. Ao contrário, os governos fomentaram a agricultura patronal, passando da omissão (ou não apoio) à contraposição ameaçando a existência da agricultura familiar camponesa no Planalto.

O avanço da soja no Planalto Santareno vem atingindo diretamente os sujeitos do campo e as comunidades camponesas. Consequentemente, a chegada e ampliação dos cultivos da soja e a construção do porto da Cargill estimularam a devastação ambiental e o êxodo rural, gerando conflitos socioambientais na região do Planalto Santareno.

O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de soja, as exportações de soja do Brasil, a produção brasileira de soja atingiu um recorde de 125 milhões de toneladas na safra 2019/2020 e a previsão é que a produção continue aumentando (TRASE SUPPLY CHAINS, 2022). Consequentemente, a pressão sobre agricultura familiar camponesa aumentará, com uma diversidade de efeitos sociais, ambientais e econômicos dessa expansão.

CAPÍTULO 3

DESAFIOS SOCIOPRODUTIVOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES CAMPONESES NO PLANALTO SANTARENO

Discussões em torno da importância da agricultura familiar camponesa e produção de alimentos com qualidade representam um desafio de nível global, assumida relevância em estudos científicos e indo ao encontro do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 da Agenda 2030, que visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável (ONU, 2022).

O Planalto Santareno constitui-se em mais um território estratégico para expansão da fronteira agrícola e do capital na Amazônia, caracterizado por relações de dominação e de oposição entre os modelos da agricultura familiar e do agronegócio (SAUER, 2018).

Diante disso, o avanço das lavouras de soja no Planalto Santareno e seu modo de produção é uma atividade que tem gerado reações críticas desde os primeiros cultivos na região, principalmente das populações tradicionais locais, agricultores familiares camponeses, sindicatos dos trabalhadores rurais, associações/cooperativas de moradores, movimentos sociais, organizações não governamentais e da comunidade acadêmica. Sabe-se que há um esforço na literatura em discutir as consequências ambientais das novas dinâmicas na Amazônia, principalmente da soja.

Fearnside (2019) aponta que o impacto mais óbvio é a perda de ecossistemas naturais convertidos em soja. Assim, os estudos avançam acerca das consequências do desmatamento, bem como o processo de erosão e compactação do solo e mudança do ciclo hidrológico, além das consequências do uso de agrotóxicos. Ainda assim, além dos problemas ambientais, também existe problemas sociais em consequência da produção de monocultivos.

Nesse contexto, o grande questionamento e originalidade desta pesquisa, é investigar a situação da agricultura familiar camponesa no Planalto Santareno e identificar as consequências provocadas pela expansão da soja na vida dos agricultores familiares camponeses, que mantêm relação de subsistência com a natureza.

O presente capítulo, no intuito de abordar a realidade local atual das comunidades rurais do Planalto Santareno, recorre aos relatórios das reuniões comunitárias e aos dados primários da “base de dados família” do projeto Odisseia.

A saber, com aplicativo de celular, dezoito (18) jovens pesquisadores comunitários aplicaram o questionário família (compõem a base de dados família) junto a 544 famílias de

agricultores familiares camponeses em 62 comunidades em 2019, sendo que em Belterra foram 185 famílias, em Mojuí dos Campos 162 e em Santarém 197, que representam a realidade de 10% das famílias de agricultores familiares da região.

Os jovens pesquisadores comunitários também organizaram reuniões com lideranças de trinta e duas (32) comunidades (compõem a base de Dados Comunidade), levantando informações sobre a produção da agricultura familiar; tipos de cultivos; acesso ao financiamento e à assistência técnica; organização social e familiar; dificuldades e situação da agricultura familiar; controle de pragas e fungos; processos de venda, compra e conversão de terras à monocultura e a relação com outras atividades econômicas, entre outras informações.

Durante as coletas de dados, pude trabalhar em conjunto com a equipe do Odisseia, fornecendo auxílio de campo, ao mesmo tempo em que tive conversas indiretas com jovens comunitários e agricultores familiares camponeses. As reuniões comunitárias faziam parte da já mencionada pesquisa “Consolidação da agricultura familiar no Planalto Santareno”, assim, as reuniões tinham como objetivo e dinâmica: mapear, reunir e organizar conhecimentos e saberes, com a participação direta dos agricultores familiares camponeses.

Para apresentarmos o universo que estamos interessados em discutir, selecionamos algumas variáveis para serem apresentadas aqui, ou seja, foi realizado um recorte do questionário, as variáveis estão relacionadas com as seguintes temáticas: dificuldades produtivas; acesso a equipamentos públicos e evolução da situação nos últimos 15 anos; e principais mudanças e perspectivas.

Buscamos analisar os dados de uma forma mais ampla, primeiramente, as perguntas introdutórias e norteadoras do questionário, para posteriormente partir da escala de análise de municípios para comunidades. Posterior a essa fase, a fim de expandir a compreensão da interação e pressão do agronegócio da soja para a agricultura familiar camponesa no local de estudo, utilizamos técnica do geoprocessamento, com objetivo de espacializar as informações coletadas pelo projeto Odisseia. A análise foi complementada com a identificação do uso do solo e comportamento da expansão do monocultivo agrícola no território e em volta das comunidades em estudo, o que permitiu a elaboração de mapas temáticos. Depois dessa etapa, dedicou-se à construção e análise de uma Matriz SWOT, também conhecida como matriz FOFA (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças) da atividade produtiva, a partir da análise das respostas dos agricultores familiares camponeses entrevistados.

A matriz FOFA é um método de planejamento estratégico que engloba a análise de cenários para tomada de decisões, recentemente tem sido utilizada em estudos para avaliar o ambiente de inserção da agricultura familiar, como foi o estudo Romay (2017) sobre

diagnóstico estratégico de propriedades agrícolas familiares e Osorio (2018) abordando a tomada de decisão do Produtor Rural. Esta matriz possibilita a estruturação do problema, permitindo o desenvolvimento de estratégias em vista das oportunidades e ameaças destacadas na análise.

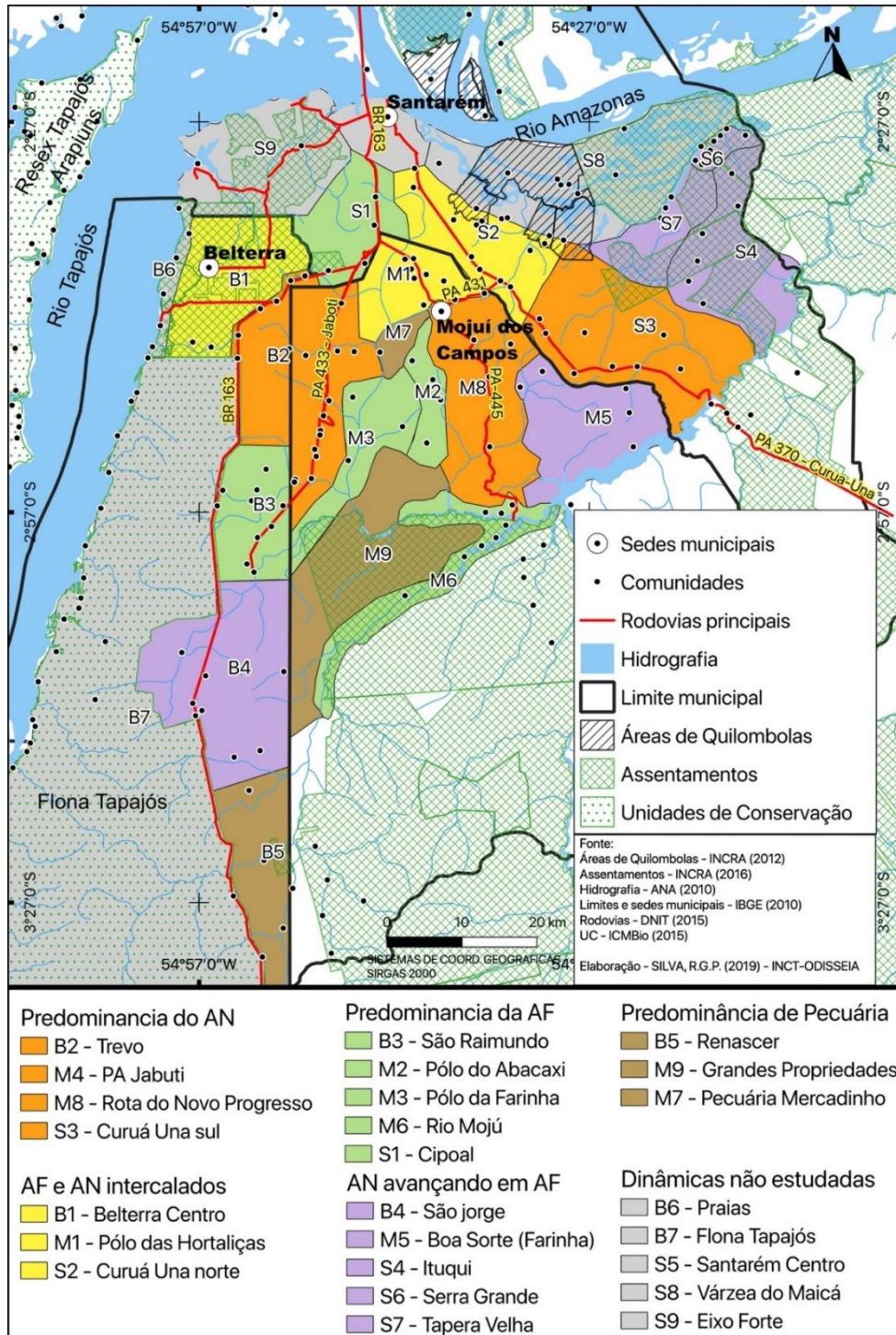
3.1. Diagnóstico da agricultura familiar camponesa no Planalto Santareno

A agricultura familiar camponesa apresenta sistemas produtivos diversificados colhidos nas propriedades, que são para o consumo alimentar, além de abastecer as feiras e mercados da região. Os itens mais produzidos são a mandioca e seus derivados (46%) e produtos da fruticultura (15%), principalmente o maracujá (na forma de polpas de frutas) e o abacaxi, além do cultivo de hortaliças (10%) (FOLHES *et al.*, 2020). Mesmo com uma produção diversificada da agricultura familiar camponesa, não significa que a dinâmica mundial atual do modelo do agronegócio da soja não gere consequências nos sistemas produtivos e vida dos agricultores familiares compenses, pelo contrário, os plantios de monoculturas prejudicam bastante a agricultura familiar, situação que veremos mais à frente.

Das famílias entrevistadas 33% é pluriativas, ou seja, a renda não vem apenas da produção agrícola, mas também de outras fontes. 4% tem algum tipo de atividade comercial, 4% tem emprego não agrícola na comunidade, 11% faz diárias na zona rural ou tem emprego agrícola e 9% tem emprego ou faz bico na cidade (NASUTI *et al.*, 2020).

No âmbito do projeto Odisseia, a partir do zoneamento realizado, Cortes e coautores (2020), identificaram 25 zonas no Planalto Santareno com características distintas em termos de produção, conflitos e situação das comunidades frente às mudanças no uso do solo ocorridas nas últimas duas décadas. Essas zonas foram classificadas dentro de seis classes de investigação (Figura 15).

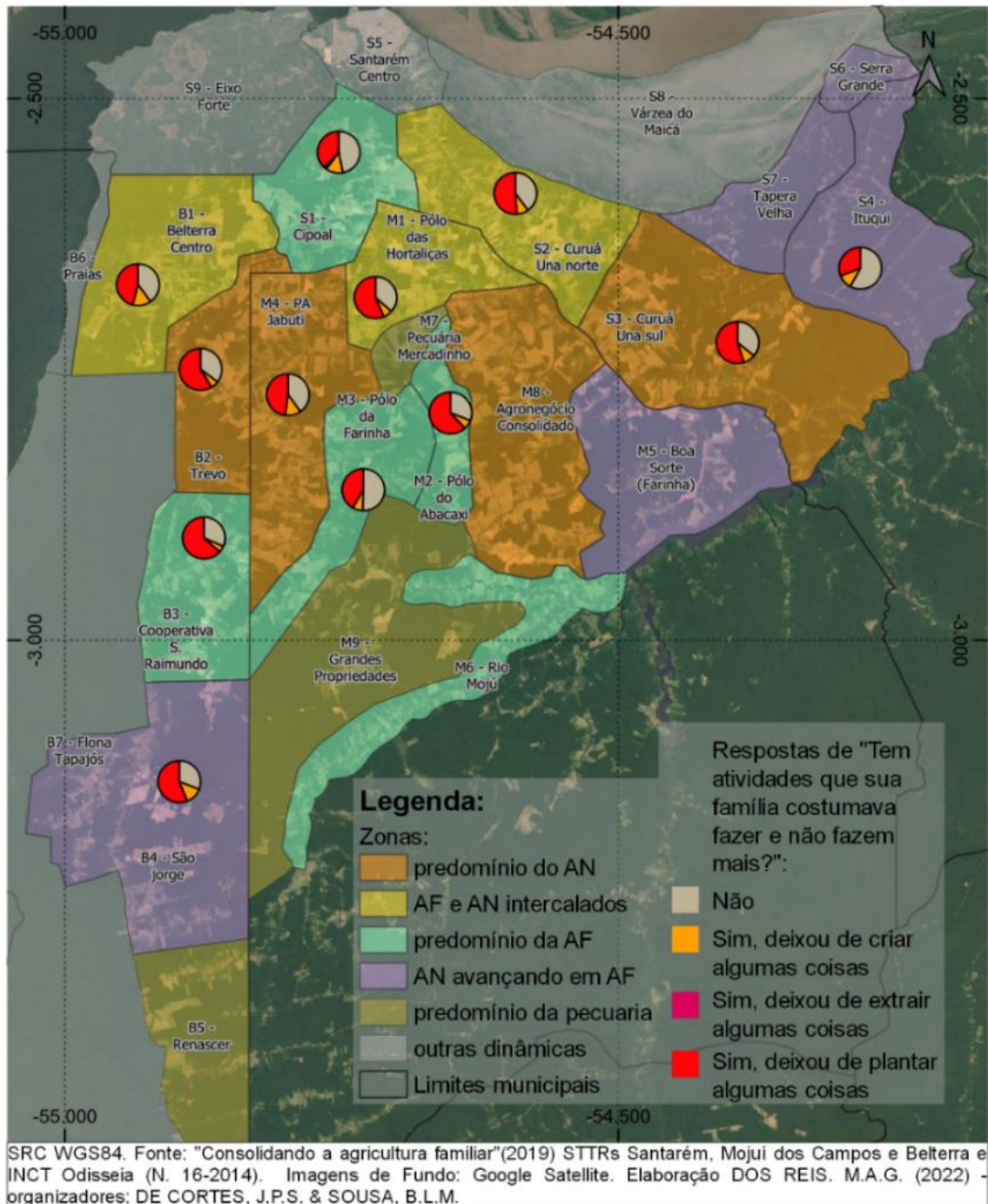
Figura 15 - Zoneamento Participativo da Agricultura Familiar no Planalto Santareno



Fonte: Cortes et al. (2020).

Os resultados espacializados em sobreposição com as zonas delimitadas por Cortes e coautores (2020), permitem observar que em todas as zonas, quais sejam, a maioria dos entrevistados entre os agricultores familiares camponeses deixaram de plantar ou tiveram mudanças em suas práticas produtivas (Figura 16).

Figura 16 - Atividades que os agricultores familiares camponeses deixaram de fazer



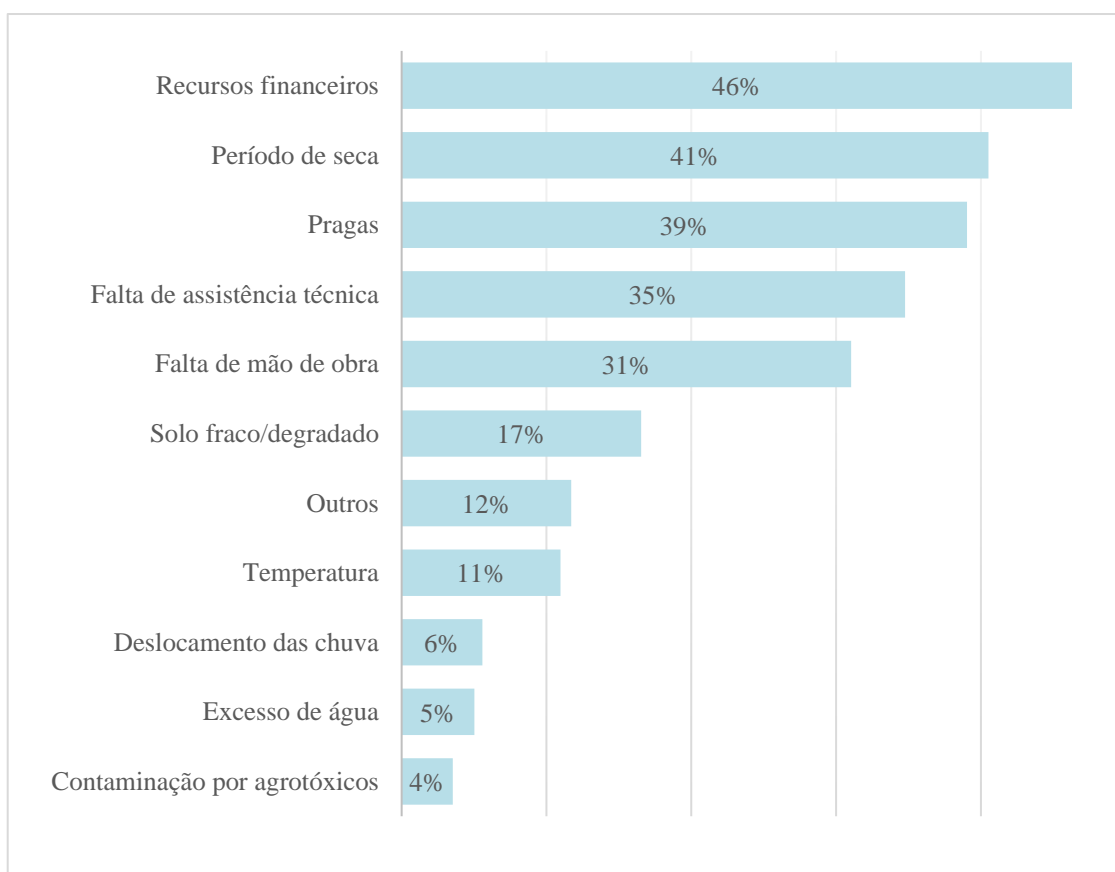
Os agricultores familiares camponeses quando perguntados sobre atividades que a família costumava fazer no lote no passado e hoje em dia não fazem mais, 49% (255) dos agricultores familiares afirmaram que deixaram de plantar algumas coisas; 9% (49) deixaram de criar algumas coisas e extrair alguns produtos da floresta; e 41% (214) não tiveram mudanças. Observa-se uma desestruturação das práticas camponesas, principalmente nas zonas

com predominância do agronegócio da soja. Quase a metade dos entrevistados (49%) afirmaram ter deixado de plantar algumas coisas.

Conseqüentemente, com as mudanças nas práticas produtivas, também ocorrem mudanças nas práticas sociais dos agricultores familiares. Em outra perspectiva, tal fato também vai de encontro ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 da Agenda 2030, que visa alcançar fome zero por meio da agricultura sustentável. Uma vez que os agricultores familiares camponeses têm papel fundamental na produção de alimentos saudáveis e na gestão do meio ambiente.

As principais dificuldades para produzir no Planalto Santareno apontadas foram a falta de recursos financeiros (46%), o período de seca (41%), as pragas (39%) e a falta de assistência técnica (35%) (Figura 17).

Figura 17 - Principais dificuldades para produzir no Planalto Santareno



Fonte: Base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

Entre os “outros” motivos listados, está a falta de água; idade e problemas de saúde dos agricultores familiares camponeses; e falta de lucratividade da produção, porque o produtor de soja começou a produzir de forma mecanizada em grandes propriedades. Dessa forma, podemos realizar um paralelo com uma das ideias de Palheta e coautores (2018), onde o território

conectado ao mercado internacional torna-se fragmentado diante das alterações nas dinâmicas econômicas locais e do surgimento de novas territorialidades provocadas pelas dinâmicas exógenas ao território.

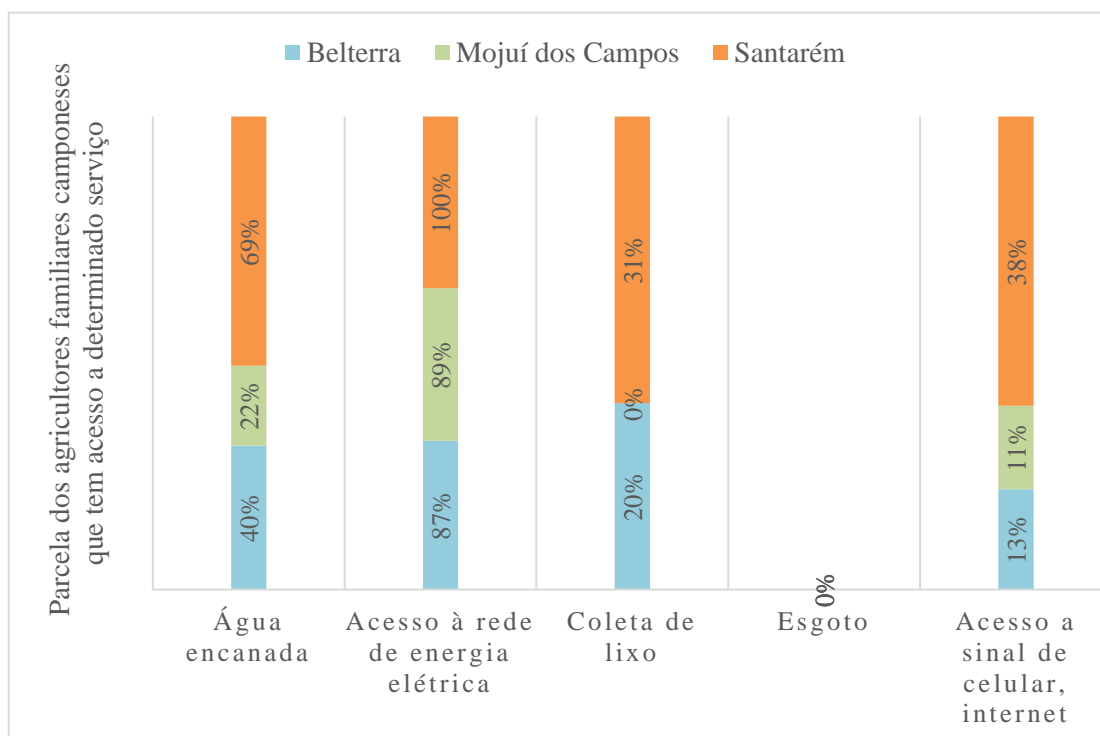
Quanto à falta de recursos financeiros (46%), vale destacar o estudo realizado por Azeredo (2020), por meio de análise de dados estatísticos para o Estado do Pará, o autor observou que no ano de 2017, mesmo a produção de mandioca tendo maior valor de produção do que a soja e sendo uma cultura basilar da alimentação geral da população, a área total financiada para o custeio agrícola foi de 2.135 hectares, enquanto que para a produção de soja foi 29.547 hectares. O financiamento agrícola para soja foi 41 vezes maior que para mandioca (R\$ 267.442.133 e R\$ 6.471.366, respectivamente) (AZEREDO, 2020). Situação que não mudou no Planalto Santareno e já é antiga, conforme já mencionamos. Comparando a produção de soja e mandioca, no período de 2013 a 2021 a soja recebeu o valor de R\$ 37.673.848,03 de custeio, enquanto a mandioca recebeu somente R\$ 687.122,19.

No que se refere ao crédito agrícola, apesar de atualmente já existir, para que este instrumento de política agrícola cumpra efetivamente seu papel fundamental no fortalecimento da agricultura familiar camponesa, é necessário que esse crédito esteja vinculado à utilização de práticas sustentáveis dos agricultores familiares camponeses, visando garantir meios de reprodução social e produtiva e, conseqüentemente, suas dimensões econômicas, visto que os agricultores familiares camponeses têm papel fundamental na produção de alimentos saudáveis que abastecem as fêrias urbanas, fortalecendo também a economia circular local. O estabelecimento de recursos financeiros deve estar associado à assistência técnica, no Planalto Santareno os agricultores familiares camponeses também relatam a falta desse serviço (35%), indicando a necessidade de ações e ampliação do alcance desta política.

Simões (2022), indica que a assistência técnica deve ser executada por técnicos capacitados, que valorizem a troca de conhecimentos e saberes, estejam familiarizados com a realidade da agricultura familiar camponesa. Nesse contexto, além de estimular a organização coletiva, também é importante a formulação e implantação de políticas voltadas para o financiamento de infraestrutura, equipamentos públicos e serviços básicos essenciais para qualidade de vida dos agricultores familiares camponeses.

Nesse sentido, verificamos agora o acesso a equipamentos públicos no Planalto Santareno, sendo esse é um dado importante para nos ajudar a identificar a presença do poder público no Planalto Santareno (Figura 18).

Figura 18 - Acesso a serviços e equipamentos públicos no Planalto Santareno



Fonte: Elaborado a partir da base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

É interessante notar que Mojuí dos Campos é o município que a soja mais tem avançado, porém, é também o que apresenta piores indicadores. As comunidades de Santarém têm melhor acesso às infraestruturas públicas de água encanada, energia elétrica, internet e coleta de lixo. Em segundo lugar, vêm as comunidades de Belterra. As comunidades de Mojuí dos Campos são as mais deficitárias. O acesso à rede de esgoto é inexistente nas comunidades analisadas dos três municípios.

De forma geral, no âmbito principalmente dos serviços de saneamento básico nas comunidades rurais onde estão inseridas as comunidades em estudos, observamos que são poucos os acessos aos serviços básicos e essenciais na vida. O que reflete as lacunas importantes na universalização do saneamento também nas áreas rurais, que são pouco discutidas e estudadas. Indo de encontro com as ideias de Guimarães e colaboradores (2022), tal cenário contradiz o compromisso do Brasil com as Organizações das Nações Unidas (ONU), que reconhece o saneamento como “direito humano essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos” (ONU, 2010).

3.2. Desafios socioprodutivos dos agricultores familiares camponeses frente à expansão dos monocultivos de soja no Planalto Santareno

Os resultados abordados a seguir estão ligados com a etapa denominada mapeamento de zonas e coleta de dados na escala das comunidades junto ao projeto Odisseia e reuniões comunitárias. Para aprofundar a análise, trataremos agora de entender a situação da agricultura familiar camponesa em outra escala, para tal, selecionei a zona S2 – Curuá-Una Norte, onde há mais interação e estão intercalados a agricultura familiar camponesa e o agronegócio da soja.

Para escolha da zona, busquei escolher aquela com as comunidades com que mais tive envolvimento durante o campo. Na zona S2 – Curuá-Una Norte, 47 agricultores familiares camponeses responderam ao questionário família do projeto Odisseia, ou seja, foram entrevistados em suas residências por jovens pesquisadores comunitários.

Os agricultores familiares camponeses que foram entrevistados pertencem às comunidades Poço das Antas, Santa Rosa, Santos da Boa Fé, Secretaria e Tipizal. O acesso principal para chegar nessas comunidades é pela rodovia Santarém-Curuá-Una (Figura 19).

Figura 19 - Vista da rodovia Santarém-Curuá-Una

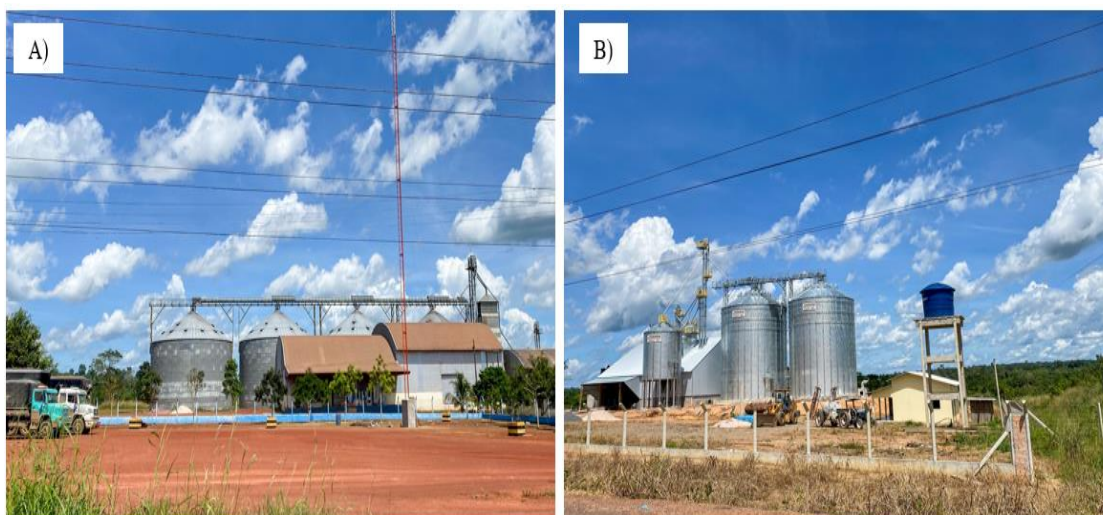


Fonte: Acervo da autora, 2022.

A rodovia Santarém-Curuá-Una, também conhecida como PA-370, é uma rodovia estadual do Pará que liga também o centro urbano de Santarém à Usina Hidrelétrica Curuá-Una, no mesmo município.

Observa-se o plantio de monocultivo ao longo da rodovia⁴, as imagens exibidas foram registradas no mês de julho de 2022, ou seja, imagens recentes. Nesse período do ano é feito o plantio de milho. De fevereiro a maio, é feito o cultivo de soja; depois inicia o cultivo do milho no local que foi cultivado a soja, sendo que a safra vai de junho a agosto. Após a colheita do milho, inicia-se o descanso e preparo do solo para o plantio de soja novamente. As imagens (Figura 20) são as principais vistas no decorrer da PA-70 até chegar no centro das comunidades, assim como também equipamentos dos serviços de monocultivo.

Figura 20 - Presença de silos e secadores da rodovia na Santarém-Curuá-Una



Fonte: Acervo da autora, 2022.

Como já mencionado (página 60), o Governo disponibiliza programa de investimentos para construção e ampliação de armazéns para monocultivos. A infraestrutura que envolve o cultivo da soja, desde a criação de silos e secadores à construção de portos para exportação, influencia uma série de eventos conduzindo à destruição de habitats naturais, além dos impactos diretos para os espaços de reprodução social e produção da agricultura familiar camponesa.

⁴ Fotos: a) vista no sentido comunidades para o centro de Santarém; b) sentido Santarém para as comunidades; c) lado direito da rodovia, no sentido Santarém para as comunidades e, d) lado esquerdo da rodovia, no sentido Santarém para as comunidades.

No âmbito dos serviços para agricultura familiar camponesa, reconhece-se a presença do poder público nas comunidades em estudo, porém não significa qualidade ou que o serviço seja suficiente para a população. Sobre espaços de convívio e serviços dos agricultores familiares camponeses, os da comunidade Secretaria são: a) campo de futebol; b) igreja; c) escola básica; e d) espaço de festividades. Esses espaços são os mais comuns em todas as comunidades pesquisadas (Figura 21).

Figura 21 - Espaços de convívio e serviços da comunidade Secretaria

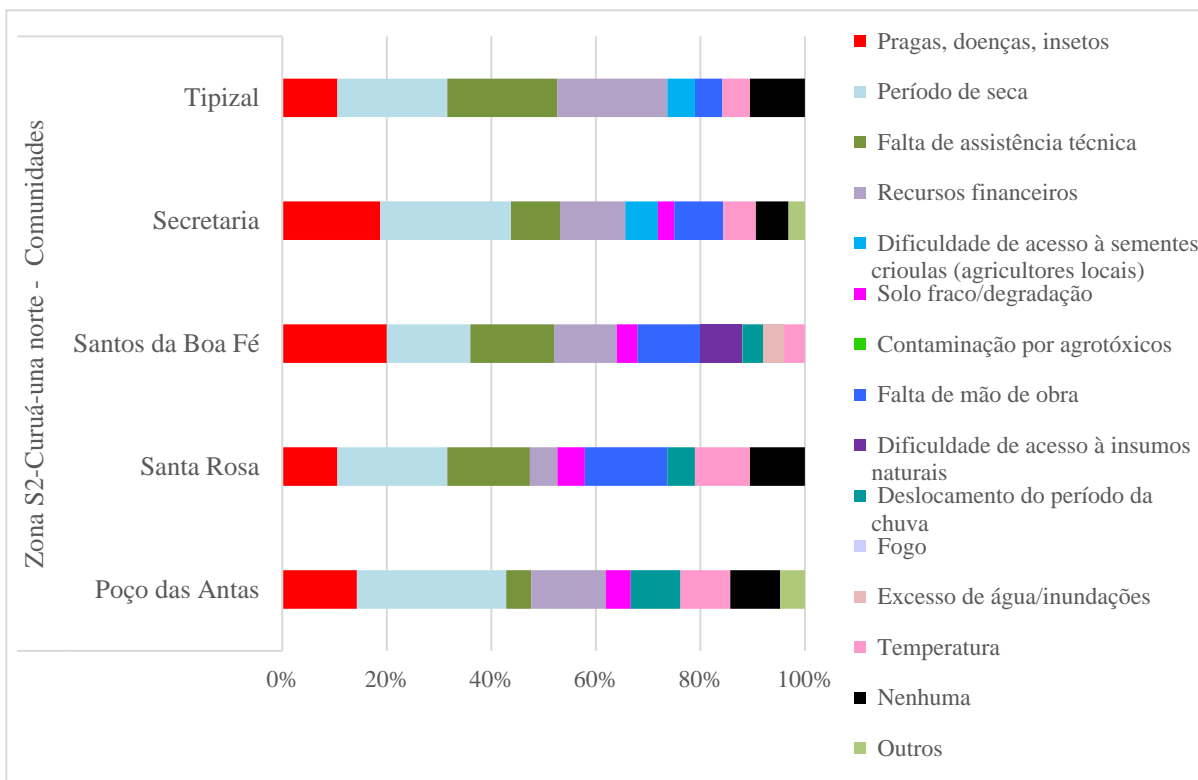


Fonte: Acervo da autora, 2022.

Considerando a pluriatividade camponesa, os agricultores familiares camponeses dessas zonas têm um modelo de agricultura mais dinâmico tanto para consumo quanto para comercialização, o que indica uma tendência para pluriatividade, ou seja, produzem em determinados períodos. Entretanto, não significa que seja essa a vontade de todos os agricultores familiares camponeses, situação que é influenciada pela falta de infraestruturas; estruturas sociais presentes limitadas; condições do território (avanço da soja); além da falta de acesso às políticas públicas específicas de fomento para produção familiar.

Tratando-se de mudanças no cotidiano, os agricultores familiares camponeses responderam ao questionário família as seguintes questões: 9% afirmaram que deixaram de criar algumas coisas; 51% deixaram de plantar algumas coisas; 40% não tiveram mudanças e 0% deixou de extrair alguns produtos da floresta. Assim como também são diversos os desafios para produzir (Figura 22).

Figura 22 - Principais desafios para produzir na zona S2 – Curuá-Una Norte



Fonte: Elaborado a partir da base de dados do Projeto Odisseia INCT, 2019.

O que chama atenção é que 51% deixaram de plantar algumas coisas, quando questionados os motivos, os agricultores familiares camponeses relataram a perda de produção devido ao aumento de pragas, doenças e insetos nas plantações, além do ressecamento de cultivos devido às pulverizações de agrotóxicos nos plantios de soja. Alguns agricultores relataram que tiveram que mudar os tipos de cultivos, entre os produtos que deixaram de ser produzidos por alguns agricultores familiares camponeses está o arroz, o feijão e o café. Passaram a investir na mandioca e seus derivados, produtos da fruticultura e cultivo de hortaliças.

No Planalto Santareno, 76% dos agricultores familiares camponeses consideram que a expansão da soja teve impactos negativos para eles e suas famílias. No âmbito da pesquisa do projeto INCT Odisseia, Coudel *et al.* (2021) aponta que os impactos negativos mais importantes são perdas de produção agrícola (41%), mudanças climáticas (37%), impactos ambientais

(35%), seguidos pelo impacto na saúde das famílias (16%) e deterioração da qualidade da água (15%). Alguns agricultores familiares camponeses relatam que, além de perda da produção devido às pragas e agrotóxicos, relacionam possíveis problemas de saúde às pulverizações, como coceiras e dor de cabeça devido ao cheiro das pulverizações.

Fearnside (2019) corrobora que os agrotóxicos usados para combater doenças, insetos e ervas daninhas no cultivo da soja podem ter impactos no ambiente, como também nas pessoas expostas a eles. Fato sistematizado por Coudel *et al.* (2021), 43% dos entrevistados se sentem afetados negativamente pelas pulverizações de agrotóxicos e, entre eles, 72% sentem desconforto (cheiro insuportável, dores de cabeça, vômitos); 64% perderam sua produção por causa de parasitas (gafanhotos, mosca-branca) que se refugiaram em seus campos e 40% viram suas lavouras secarem por causa de dessecantes usados para acelerar a maturação da soja.

Os principais relatos da presença de pragas, doenças e insetos como dificuldade para produzir foram nas comunidades Secretaria e Santos da Boa Fé. Observamos na comunidade Secretaria áreas de interação da monocultura com as unidades familiares camponesas (Figura 23).

Figura 23 - Presença do monocultivo na comunidade Secretaria



Fonte: Acervo da autora, 2022.

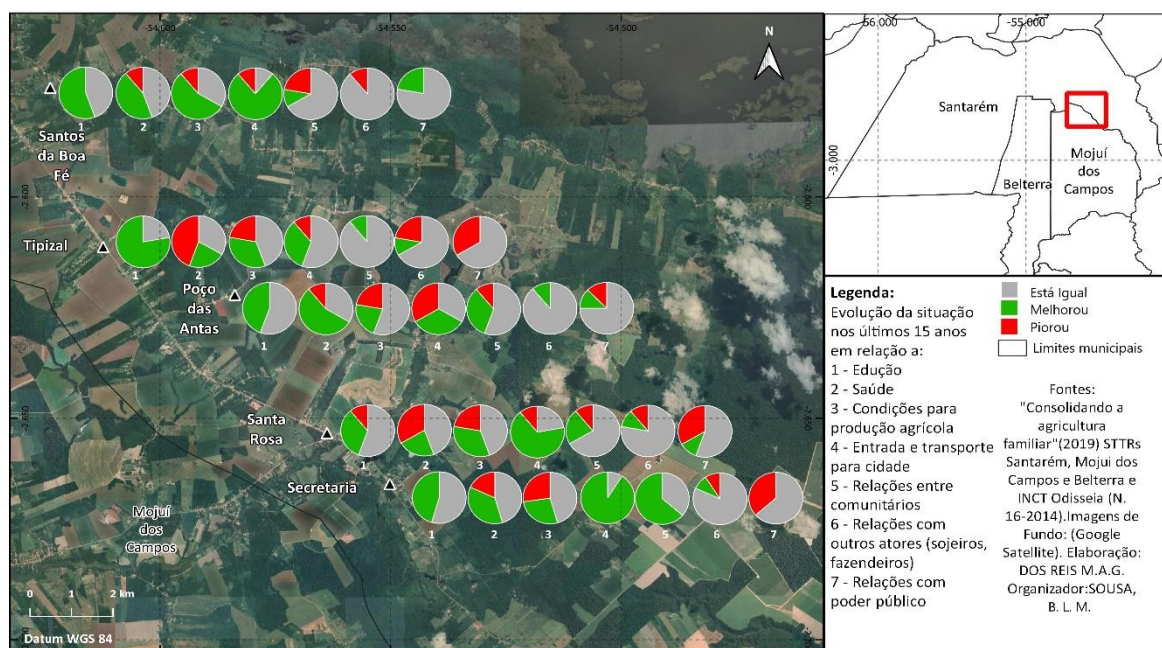
Nessa comunidade observamos a proximidade entre os sistemas de cultivo do agronegócio com o sistema de abastecimento de água comunitário e com as residências dos

agricultores familiares camponeses. Dos onze (11) entrevistados dessa comunidade, sete (7) famílias deixaram de plantar em seus lotes devido ao aumento de pragas e ressecamento de cultivos devido às pulverizações de agrotóxicos nos plantios de soja.

Dessa forma, o impacto dos usos de agrotóxico é um dos elementos que inviabilizaram a continuidade produtiva da agricultura familiar camponesa nas comunidades, além de auxiliar no processo de compra de terras por parte dos sojicultores. Giustina (2020) reforça que nesse processo, se a terra se torna improdutiva para o agricultor familiar, não há motivos para não vendê-la e procurar um local melhor para se plantar. Assim, os agricultores migram para outras comunidades ou para a cidade, conforme identificamos em estudo, ocorrendo êxodo rural, processo de migração de pessoas da zona rural para a urbana.

Os agricultores familiares camponeses do Planalto Santareno também apresentaram sua percepção sobre a evolução nos últimos 15 anos em relação a educação; saúde; condições para produção agrícola; estrada e transporte para a cidade; relações com comunitários, sojeiros e fazendeiros e poder público (Figura 24).

Figura 24 - Percepção dos agricultores sobre serviços e relação com outros atores



A atenção é dada para as relações: das 5 comunidades, 4 indicaram que a relação com outros comunitários está igual, sendo na comunidade Santos da Boa Fé, Tipizal, Poço das Antas e Santa Rosa. Somente na comunidade Secretária que a situação melhorou. Os resultados também indicam que a relação com os sojeiros, fazendeiros e poder público não melhorou, está

igual nos últimos 15 anos. Tendo como tendencia piorar na comunidade Tipizal, Santa Rosa e Secretaria.

No âmbito dos serviços de educação, saúde e condições para produção agrícola, os agricultores familiares camponeses relatam que o acesso a esses serviços teve poucas mudanças nos últimos 15 anos, fato que pode estar relacionado com a distância das comunidades, sendo essas as mais distantes em relação às outras que tiveram melhoras nesses serviços.

Podemos realizar um paralelo com uma das ideias de Barros e coautores, (2020), que apontam que no Planalto Santareno a maneira de (re)apropriação das terras para o agronegócio foi extremamente agressiva e resultou no esvaziamento da população, à medida que as comunidades se desestruturavam, o município reduzia a sua presença na forma de transporte, escola, posto de saúde etc.

Uma vez que ocorreu a desestruturação da vida comunitária e aqueles que, em um primeiro momento, tentaram se manter nas suas terras, passaram a ter dificuldades, pela ausência de serviços e da solidariedade comunitária, condição fundamental para a existência dos seus membros (BARROS *et al.*, 2020, p.904).

Diante das questões observadas na figura 18, buscamos agora compreender as características socioprodutivas, microprocessos e questões de interação dos atores e membros das unidades familiares. Permanecendo na escala comunitária, orienta-se a atenção para a reunião de zona realizada na comunidade Tipizal (Figura 25), permitindo contar com um olhar mais direcionado sobre a realidade local, a partir de diálogos com as pessoas que residem nas comunidades.

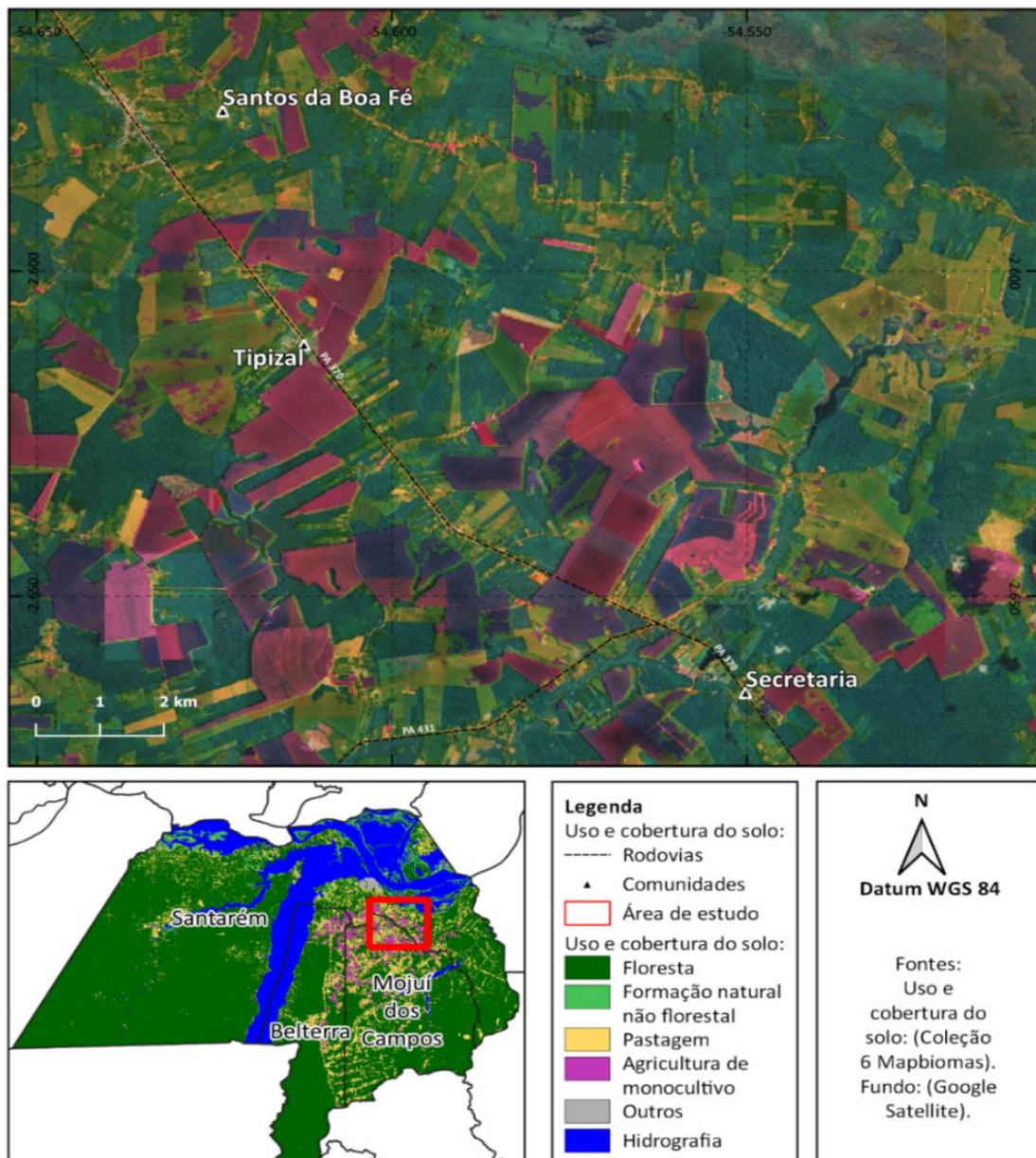
Figura 25 - Reunião na zona S2 - Curuá- Una Norte



Fonte: Relatório interno de reunião comunitária do INCT Odisseia.

A reunião foi realizada no dia 23 de abril de 2019, estavam presentes 8 agricultores familiares camponeses, sendo eles representantes da comunidade Tipizal, comunidade Secretaria e comunidade Santos da Boa Fé; jovens comunitários pesquisadores do Projeto Odisseia e pesquisadores do projeto Odisseia. As comunidades estão cercadas pelas atividades da pastagem e do monocultivo agrícola, atividades que influenciam em alterações no uso do solo na região (Figura 26).

Figura 26 - Uso do solo na zona S2 - Curuá-Una Norte e localização das comunidades



O quadro 2 ajuda a dimensionar as características da agricultura familiar camponesa nas comunidades que pertencem à zona S2 – Curuá-Una Norte e a percepção dos agricultores

sobre os impactos que a soja trouxe. Cabe destacar que as informações foram apontadas coletivamente pelos agricultores familiares camponeses.

Quadro 2 - Características socioprodutivas das comunidades

Comunidade	Evolução no N° de famílias	Principais produtos	Principais dificuldades produtivas/mudanças	Dificuldades sociais	Principais impactos da soja
Secretaria	6→115	Mandioca; Hortaliças; Pupunha; Laranja.	Perda da produção: presença de pragas e ressecamento de cultivos: devido às pulverizações de nos plantios de soja;	Falta de interesse de alguns jovens em continuar nas atividades, considerando as dificuldades que os pais enfrentam atualmente;	Pragas: perda da produção. Possíveis problemas de saúde devido às pulverizações: incômodo com o cheiro das pulverizações
Santos de Boa Fé	85→116	Mandioca; Feijão.	Dificuldade de financiamento; Comunidades e ramais extintos; Piora na qualidade de recursos hídricos: um igarapé ficou degradado;	Aumento da criminalidade na comunidade; Pouco acesso aos equipamentos e serviços públicos	Piora na qualidade de recursos hídricos
Tipizal	195→200	Mandioca; Milho; Aves.	Solo fraco, deslocamento das chuvas e “período de seca”: pouca chuva; Falta de transporte público para escoar produção.	Não há boa relação entre os agricultores familiares camponeses, indígenas, populações tradicionais e Prefeitura.	

Fonte: Adaptado a partir do relatório interno de reunião comunitária do Odisseia INCT.

As comunidades ficam a 20,94 km de distância do centro de Santarém, tendo a comunidade Tipizal como ponto de referência. Nessa zona, a agricultura familiar camponesa tem uma produção mais diversificada, há produções de mandioca, hortaliças, milho, feijão e aves, entre outros produtos.

Todas as comunidades apresentaram aumento no número de famílias. Também foi relatado pelos atores como ponto negativo e principais mudanças o crescimento do número de famílias e urbanização das comunidades nos últimos anos. Houve relato da degradação total do igarapé local na comunidade Secretaria, desaparecimento de comunidades e ramais. A saber, ramais são pequenas estradas não asfaltadas que conectam comunidades e florestas e são utilizadas também para escoar produção.

Sobre o desaparecimento das comunidades, Nahum e Paixão Júnior (2014) apontam que desencadeou-se uma intensa apropriação das terras do Planalto Santareno pelo agronegócio, seguida de um acelerado processo de esvaziamento populacional das comunidades camponesas.

Segundo alguns representantes, a urbanização das comunidades tem aflorado o aumento da violência e assaltos nas comunidades, pois as enxergam como um local com falta de segurança, abaixo transcrevo um relato:

O desenvolvimento das comunidades está atraindo antigos moradores que já tiveram terras e venderam, nisso acaba atraindo outros tipos de pessoas, a calma já não existe mais [...] As pessoas estão lutando para ter energia e com isso vem outras coisas, os assaltos começaram pela urbanização das comunidades e construção de comércios, acaba atraindo outros olhares, trouxe melhoras, mas exige cuidado [...] Precisamos de segurança além da estrada, precisamos de apoio do governo com ambulâncias, segurança, somos eleitores também. Precisamos de apoio na saúde e segurança (23 de abril de 2019, Comunidade Tipizal, Santarém Pará).

Em contrapartida, outros representantes entrevistados acham que as péssimas condições dos ramais e a falta de estrada pavimentada dificulta a produção e comercialização dos produtos. Completaram que a falta de acostamento nas estradas e iluminação coloca em risco a vidas dos moradores que estão retornando para a comunidade. Sugerindo também como dificuldade a falta investimentos na educação; dificuldades de financiamento por conta dos padrões exigidos; falta de apoio e investimento do poder público, principalmente para as estradas, posto de saúde e escolas; falta de segurança e transporte; presença de pragas; falta de apoio da família na produção; e falta dos jovens para dar continuação na produção familiar. Cabe pontuar que algumas comunidades possuem equipamentos públicos, reconhece-se a presença do poder público com a construção da infraestrutura mínima, porém não significa qualidade. Da mesma forma, muitos agricultores familiares camponeses moram longe dos centros das comunidades, onde estão instalados os únicos postos de saúde e escolas.

Nesse sentido, Molina (2021) aponta que o estado necessita ampliar o espectro social a fim de que se reconheçam os sujeitos do campo como sujeitos de direitos, como iguais, é passo

importante para a conquista das políticas públicas. Além dessas conquistas, é necessária a aplicação das políticas já existentes.

Outro ponto importante é a organização social e engajamento dos comunitários, pode ser influenciado pelo número de famílias das comunidades, as comunidades com menor número de famílias conseguem ter um melhor nível de organização. A organização social foi representada por uma nota de 0 a 5, dada pelos próprios moradores, com base no número de entidades, engajamento dos comunitários etc. Os representantes da comunidade Secretaria e Santos da Boa Fé definiram a nota 4 para suas comunidades, sendo estas com menor evolução no número de famílias. Os representantes da comunidade Tipizal elencaram a nota 3 para a respectiva comunidade.

Quando questionados sobre conflitos com sojeiros, observei um certo receio dos agricultores familiares camponeses em comentar sobre, porém se sentem incomodados pelo fato de terem suas atividades produtivas impactadas por pulverização de agrotóxicos e pragas do agronegócio. Os entrevistados também apontam que não há boa relação entre os agricultores, prefeitura (se sentem abandonados pelo poder público) e indígenas. Este caso é bem específico com o povo Munduruku que lutam por seus direitos, pela demarcação e defesa do seu território, em meio a conflito com grileiros e sojicultores no Planalto Santareno.

No Planalto Santareno, Barros e coautores (2020) verificam que os conflitos socioambientais, mais especificamente pela apropriação e uso da terra, já ocorriam no local, entretanto a chegada da soja intensificou os conflitos existentes e os potencializou, uma vez que o poder organizativo e financeiro dos denominados sojeiros estava amparado pelo projeto político do Estado de transformar o município de Santarém em um polo do agronegócio.

No mesmo ano, Giustina (2020), ao tratar dos conflitos com os agentes do agronegócio, notou uma ambiguidade: o questionário apontando para a existência de conflitos enquanto boa parte dos moradores a negava, contudo, o autor aponta que a negação de um conflito não significa necessariamente que a população não entenda ou desconheça casos de conflitos, mas sim que é um posicionamento estratégico de um grupo de pessoas que não pretendem se organizar para realizar ações contra a sojicultura e os impactos da produção.

De acordo com os agricultores familiares camponeses, inicialmente, a compra e conversão de terras para o agronegócio da soja no Planalto Santareno foi influenciada a partir dos eixos rodoviários. Naquele ano, o preço da terra na PA-370 e nos municípios de Santarém e Belterra variava entre R\$ 200,00 e R\$ 300,00 o hectare (COSTA, 2011). Em 2020, o preço por hectare de terra na região de Santarém variava entre R\$12.000 até R\$15.000 (GIUSTINA,

2020). Assim, o agronegócio foi se estabelecendo na região. Observamos no território as áreas de contato das comunidades em estudo com as áreas da agricultura empresarial (Figura 27).

Figura 27 - Áreas de interação das comunidades com os campos de monocultivo



Fonte: Google Earth, 2022.

As diferentes concepções sobre o uso da terra e dos bens oferecidos pela natureza se refletem no contraste visível entre as áreas destinadas aos monocultivos com a agricultura familiar camponesa. No Planalto Santareno, observamos uma forte interação das duas áreas, tratando-se das lavouras de soja, segundo os entrevistados, a soja não trouxe emprego, ela trouxe prejuízo com os agrotóxicos que afetam a saúde por conta da pulverização.

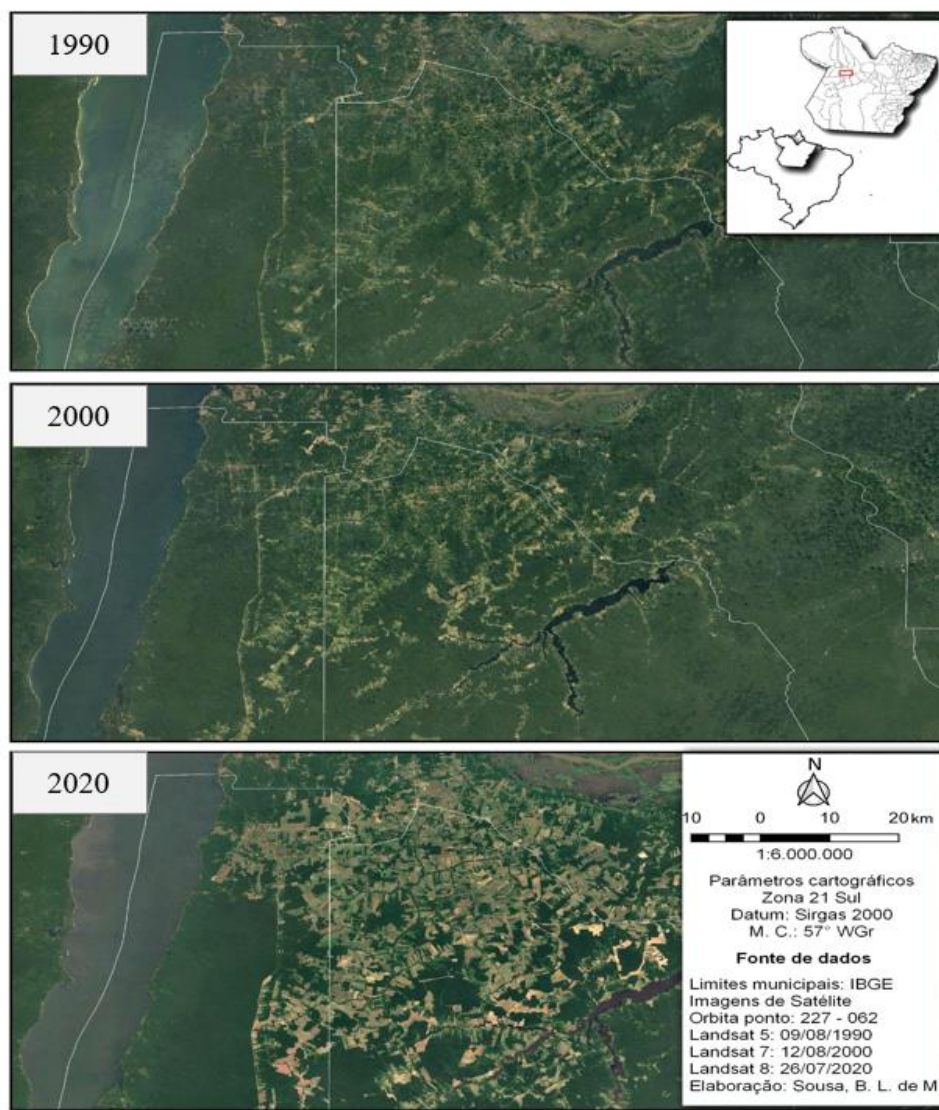
Também foi apontada a perda de produção devido ao aumento de pragas e ressecamento de cultivos por conta das pulverizações de agrotóxicos nos plantios de soja. Esse processo ocorre da seguinte forma: devido à intensa utilização de defensivos para a dispersão das pragas das lavouras de soja e milho, ocorre a migração destas para as plantações dos agricultores familiares. Estes acabam tendo sua produção comprometida. Ainda no âmbito da intensa utilização de defensivos, os atores relataram incômodo com o cheiro forte da pulverização.

Em termos gerais, a maioria das comunidades produzem para subsistência, as que comercializam enviam produtos para Santarém. Algumas famílias tiveram que mudar seu tipo de produção por conta dos impactos da soja. Alguns agricultores familiares camponeses relataram que cultivam hortaliças em menor quantidade, pois conseguem ter controle da produção e das pragas.

Isso foi observado por Jesus e Vieira (2015) no estado de Goiás, onde a expansão do agronegócio desarticulou práticas camponesas, substituindo um modo de vida, impondo seus padrões da modernização da agricultura e estimulando a migração campo-cidade.

A expansão do agronegócio da soja tem ocorrido no Planalto Santareno de forma predatória, causando consequências sociais, ambientais e mudanças na cobertura do uso do solo no Planalto Santareno (Figura 28).

Figura 28 - Mudanças cobertura do solo no Planalto Santareno



As principais mudanças podem ser notadas a partir do ano 2000, período que já ocorria o cultivo de monocultivos na região e 2003 teve início as atividades da Cargill, incentivo fundamental para expansão da soja no Planalto Santareno. As novas fronteiras agrícolas na Amazônia, superadas as derrubadas da floresta para pastagens, e abertas pela expansão das lavouras de soja a partir do final da década de 1990, representam um marco nas agroestratégias do capital para esta região do Brasil (SAUER E PIETRAFESA, 2013).

Nahum e Paixão Júnior (2014) também apontam que a intensa procura pelas terras do Planalto Santareno, foram sobretudo pelas utilizadas pela pecuária extensiva que, acometida pela febre aftosa, vinha passando por uma grave crise de exportação) e pela agricultura camponesa, que já há muito passava por sérias dificuldades.

3.3. Perspectivas da agricultura familiar camponesa no Planalto Santareno

Conhecer a percepção dos agricultores familiares camponeses sobre dos impactos da soja permite de certa forma refletir sobre os efeitos do processo hegemônico de desenvolvimento da agricultura empresarial para a agricultura familiar camponesa. Ainda no âmbito da reunião na zona S2 – Curuá-Una Norte, onde estavam presentes os jovens comunitários pesquisadores e representantes das comunidades Santos da Boa Fé, Tipizal e Secretaria, os mesmos apontaram suas perspectivas (Quadro 3).

Quadro 3 - Dificuldades e perspectivas dos agricultores no Planalto Santareno

Comunidade	Condições do campo para o retorno dos jovens	Futuro da comunidade	Futuro da agricultura	Futuro da soja
Secretaria	Capacitação e estudo nas próprias comunidades dos jovens	Ficar do mesmo jeito	Ficar do mesmo jeito	Ficar do mesmo jeito
Santos da Boa Fé		Fortalecer	Fortalecer	Fortalecer
Tipizal		Fortalecer	Fortalecer	Fortalecer

Fonte: Elaborado a partir do relatório interno de reunião comunitária do Odisseia INCT.

De acordo com os representantes das comunidades, tratando-se do futuro da comunidade, futuro da agricultura e futuro da soja, temos a seguinte situação: na comunidade Secretaria, as perspectivas são de que tudo ficará do mesmo jeito. Em Santos da Boa Fé e Tipizal, as perspectivas são de que a comunidade, agricultura e soja vão se fortalecer.

Os agricultores visualizam a falta de interesse dos jovens em trabalhar com os pais nas atividades produtivas. Cabe lembrar que a falta de interesse dos jovens em trabalhar com os pais foi apontada como uma das principais dificuldades produtivas no Quadro 2.

Parte dos jovens presentes na reunião, por sua vez, argumentaram que não possuem interesse em sair da comunidade para cidade, e sim dar continuidade ao trabalho dos pais. Os jovens foram questionados sobre o que é preciso mudar nas condições do campo para fortalecer a presença deles e retorno de outros jovens, indicaram que é preciso capacitação e estudo nas próprias comunidades.

Observamos que alguns jovens têm interesse de capacitação, mas poucos sabiam da Casa Familiar Rural de Santarém (CFR/STM). A CFR é uma escola para as famílias de agricultores e está localizada na Comunidade de Santa Maria do Eixo-Forte, em Santarém – PA, atua no fortalecimento e formação de profissionais para a agricultura familiar amazônica, assegurando assim o desenvolvimento no campo e a permanência de seus sujeitos nos territórios, tendo em vista a aquisição de novos conhecimentos e formação de valores.

Em maio de 2022, tive a oportunidade de entrevistar⁵ uma representante e pesquisadora comunitária. A Vitória-Régia,⁶ de 26 anos, é engajada na luta a favor da agricultura familiar camponesa e mora na comunidade Santos da Boa Fé. Tem relação direta com outros jovens agricultores, por isso a decisão de estabelecer esse contato com ela. Cabe destacar que também tentei estabelecer contato com outros jovens agricultores, porém não tive retorno. Vitória-Régia compartilhou algumas informações a respeito da produção agrícola da sua família, que tem no lote sistemas agroflorestais, ou seja, cultivo de várias culturas ao mesmo tempo (Figura 29).

⁵ A entrevista semiestruturada ocorreu de forma remota, no período que surgiu a oportunidade dessa conversa, estava realizando intercâmbio em Portugal.

⁶ Utilizei pseudônimo de planta nativa da Amazônia para identificar a entrevistada na pesquisa.

Figura 29 - Campos de cultivo da agricultura familiar camponesa



Fonte: Acervo da entrevistada, comunidade Santos da Boa Fé, 2022.

A saber, a) produção de jerimum; b) hortaliças; c) e d) quintal produtivo de laranja, tangerina, limão. A produção é comercializada na cooperativa e nas feiras urbanas de Santarém. A família de Vitória-Régia deixou de produzir arroz, de acordo com ela, a terra ficou fraca para cultivar, o lote da família fica próximo dos campos de soja. Quando questionada se conhece ou participa de algum tipo de programa ou incentivo para jovens na agricultura familiar camponesa, disse que não. Assim como também não participa e não conhece o Pronaf Jovem, programa de financiamento a agricultores e produtores rurais familiares para investimento nas atividades de produção, desde que os beneficiários sejam maiores de 16 anos e menores de 29 anos, entre outros requisitos.

Vitória-Régia integra o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, tem como preferência política o Partido dos Trabalhadores, para ela a agricultura familiar representa o seguinte:

Representa tudo, pois nasci e me criei na minha comunidade vendo minha família na atividade, tudo o que precisamos encontramos aqui, nossa essência é essa, nosso refúgio, lugar de paz, que através da agricultura familiar conseguimos conquistar, apesar das dificuldades, ainda resistimos, pois amamos nossa terra e é o que minha família sabe fazer, agricultura familiar é a base de tudo (10/05/2022).

Sobre o futuro na agricultura familiar camponesa: “Depende muito do nosso governo, se continuar como estamos a tendência é sermos excluídos aos poucos, pois agricultura familiar ainda resiste por conta dos movimentos sociais que a estão incentivando”. Na oportunidade, também foi perguntado como ela enxerga a participação dos jovens da sua comunidade nas atividades da agricultura familiar camponesa. De acordo com ela, na sua comunidade: “Infelizmente a maioria dos jovens estão buscando outros meios de trabalho”. Na opinião dela, “Falta incentivo financeiro e técnico para atrair e manter jovens na agricultura familiar camponesa”.

A fala da entrevistada permite destacar a importância dos movimentos sociais e a participação dos agricultores familiares camponeses como protagonistas para a transformação sociopolítica da sua realidade, representando formas de resistência contra a expansão do agronegócio da soja no território.

3.4. Matriz FOFA sobre a situação socioprodutiva da agricultura familiar no Planalto Santareno

A Matriz SWOT, sigla dos termos ingleses Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças), também conhecida como Matriz FOFA (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças), consiste em uma ferramenta de análise de cenários (ou ambientes), possibilitando a estruturação do problema e o desenvolvimento de estratégias em vista das oportunidades e ameaças destacadas na análise, assim pode ser utilizada na tomada de decisões futuras.

A Matriz FOFA tem sido utilizada em estudos para avaliar o ambiente de inserção da agricultura, como foi o estudo de Romay (2017) sobre diagnóstico estratégico de propriedades agrícolas familiares e de Osorio (2018), abordando a tomada de decisão do produtor rural.

Com base nas observações e entrevistas com os agricultores familiares camponeses, foi possível construir a matriz FOFA e identificar a situação da agricultura familiar camponesa no Planalto Santareno (Figura 30).

Figura 30 - Matriz FOFA sobre a situação da agricultura familiar camponesa

	Ajuda	Atrapalha
Fatores internos	<p>Força</p> <p>Conhecimento tradicional; Participação dos jovens nas atividades da família; Diversidade de cultivos; Engajamentos dos agricultores familiares camponeses; Alimentos saudáveis: segurança alimentar.</p>	<p>Fraquezas</p> <p>Presença de pragas e ressecamento de cultivos: devido às pulverizações nos plantios de soja e migração das pragas para as plantações dos agricultores familiares camponeses; Falta de interesse de alguns jovens em continuar nas atividades agrícolas; Falta de uma boa relação entre os agricultores familiares camponeses, indígenas, populações tradicionais e prefeitura; Solo degradado.</p>
Fatores externos	<p>Oportunidades</p> <p>Facilidade de acessar mercados: existência de feiras; Cooperativas e associações; Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais: Campanha “Não Abra Mão Da Sua Terra”.</p>	<p>Ameaças</p> <p>Agronegócio da soja; Queimadas; Mudanças climáticas: deslocamento das chuvas; “Período de seca”: pouca chuva; Falta de assistência técnica e burocracia para acessar financiamentos; Falta de transporte público para escoar produção; Péssimas condições das estradas; Aumento da criminalidade nas comunidades.</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A partir da observação e análise dos pontos categorizados na Matriz FOFA, pode-se perceber que as fraquezas e ameaças da agricultura familiar camponesa no Planalto, são principalmente relacionadas com fatores externos, resultando das atividades de agronegócio da soja e da falta ou efetivação de políticas públicas do poder público.

Para minimizar a presença das pragas e ressecamento dos cultivos da área da produção familiar, a prefeitura, órgãos competentes e os próprios sojeiros devem disponibilizar telas de proteção agrícola, tomando como exemplo a tela sombrite. A saber, esse tipo de tela ajuda também na proteção contra os ataques de pragas e protege ainda contra perturbações climáticas naturais, criando um ambiente propício para as produções. Também sugere-se a tela anti-insetos e antiafídeos. O tipo de tela antiafídeo tem por objetivo proteger a produção de tripes (*Frankliniella schultzei*), mosca branca (*Bemisia argentifolii*) e pulgões (*Rhopalosiphum maidis*).

No âmbito das fraquezas, aponta-se algumas sugestões e estratégias, como a mobilização dos agricultores familiares camponeses junto a prefeitura ou aos órgãos competentes, para ampliação dos transportes públicos e que seja disponibilizado transportes específicos para o escoamento da produção, visto que, muitos agricultores relataram que já foram proibidos de levar suas produções no ônibus circular local.

Conforme observado, não são todos os jovens que tem interesse de continuar nas atividades agrícolas da família. Ainda assim, a criação de oficinas e projetos locais poderá fortalecer protagonismo da juventude rural, contribuindo para uma melhoria do processo de sucessão na agricultura familiar camponesa no Planalto Santareno. É fundamental construir com a comunidade espaços de diálogos transversais entre os agricultores familiares camponeses, indígenas, populações tradicionais e prefeitura.

No âmbito das oportunidades, destaca-se o papel do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais (STTR) de Santarém, que promove a campanha chamada “Não abra mão da sua terra”, que tem como objetivo sensibilizar os agricultores familiares camponeses sobre as consequências negativas da venda de seus terrenos para os agentes do agronegócio. Destaca-se também a importância da 1ª Romaria da Terra e das Águas em defesa da agricultura familiar agroecológica em 2019 (Figura 31).

Figura 31 - 1ª Romaria da Terra e das Águas no Planalto Santareno



Fonte: Relatório Agrotóxicos no Planalto Santareno, Carlos Bandeira, 2022.

A Romaria saiu do município de Belterra, passou pelo município de Mojuí dos Campos e encerrou na cidade de Santarém, em defesa da agricultura familiar camponesa, agroecologia e a preservação da biodiversidade.

Apesar de todos os esforços desses atores, observamos que o agronegócio da soja avança no Planalto Santareno, apropriando-se dos territórios à base de uma lógica perversa, ameaçando o futuro da agricultura familiar camponesa na Amazônia, principalmente pela presença governamental. Mesquita (2011) já chamava atenção para isso, onde a configuração assumida pelo capital no seu processo recente de expansão tem uma lógica mais perversa de atividade em andamento nesse território, umas mais agressivas outras menos, mas quase todas amparadas em subsídios governamentais e articuladas ao mercado externo.

Sobre as mudanças nos sistemas produtivos no Planalto Santareno, Nahum e Paixão Júnior (2014) apontam que os agricultores familiares camponeses resistem à expansão dos monocultivos, valendo-se de um conjunto de técnicas que lhes propiciassem a sobrevivência elementar em um meio esquecido e precário, visto que a expansão da fronteira agrícola do monocultivo trouxe novos problemas com o uso intensivo de agrotóxicos e presença de pragas, esse processo ocorre da seguinte forma: por meio da intensa utilização de defensivos para a dispersão das pragas das lavouras de soja, como a da mosca branca (*Bemisia argentifolii*), provoca a migração destas para as plantações camponesas vizinhas, que, sem condições de combatê-las do mesmo modo, acabam perdendo parcialmente ou totalmente as suas produções. Fato que também foi observado no local de estudo desta pesquisa.

Tratando-se da compreensão da dinâmica social das relações de produção e práticas agrícolas da agricultura empresarial x agricultura familiar camponesa, Mier e Cacho (2016) contribuem nessa discussão apontando que a produção de soja implica múltiplas consequências ambientais e socioeconômicas negativas, causando a devastação de ecossistemas e a acentuação da desigualdade social, essencialmente quando se observa a expulsão dos pequenos agricultores dos campos que se veem invadidos pela cultura.

No âmbito do Planalto Santareno, Barros e coautores (2020) observaram nas comunidades de Tipizal, São Jorge, Santa Rosa, Secretaria, Curupira, Boa Esperança, Volta Grande, Paxiúba e Guaraná, todas localizadas às margens da PA-370, que o avanço do plantio da soja foi intenso, implicando em uma série de mudanças de ordem social, econômica e territorial nelas, que tinham como atividades principais a produção agrícola de diversas lavouras, tais como mandioca, arroz, feijão e milho.

Nesse estudo, identificamos como o agronegócio de monocultivos transforma as condições socioprodutiva dos agricultores familiares camponeses no Planalto Santareno, bem como a falta de apoio do poder público. As discussões em torno da agricultura familiar camponesa têm sido objeto de novas reflexões e questionamentos, principalmente da ação do

capital sobre o espaço territorial e da relação entre a terra e financiamentos (WATTS, 1983; GREEN, 2022).

Green (2022) aponta que os créditos rurais são inseridos nas relações de produção agrícola e nas interdependências sociais da vida rural, mas que tais relações são cada vez mais moldadas por fluxos de capital financeiro. A crítica refere-se à “reprodução social financiada por dívida”. De acordo com esse estudo, a dívida é um mecanismo de alienação de terras, sob essas condições, ocorre o aumento do endividamento das famílias incapazes de se reproduzir sem contrair dívidas, pois muitos também usam o crédito para fins além da agricultura, eventualmente, os agricultores familiares camponeses vendem sua terra para pagar seus empréstimos (GREEN, 2022).

Outra linha de discussão refere na difusão de crédito rural na agroecologia, Assis (2006) sugere que, para que este instrumento de política agrícola cumpra efetivamente seu papel fundamental, é necessário que este crédito de custeio esteja vinculado à utilização de práticas agroecológicas, garantindo a sustentabilidade do sistema agrícola em suas dimensões econômicas, sociais, ecológicas e agronômicas, associados à assistência técnica habilitada em agroecologia, eliminados com as práticas agrícolas convencionais. Diferente da agricultura empresarial, a agricultura familiar camponesa, por sua vez, está mais próxima dos princípios agroecológicos, seja pela sua lógica produtiva ou pela sua tradição de policultura (SOARES *et al.*, 2009).

A agricultura empresarial avança cada vez mais em territórios brasileiros, atualmente, a Amazônia é considerada a nova fronteira agrícola em expansão. Para se pensar no futuro da Amazônia, temos a região do Matopiba como um exemplo das consequências do agronegócio, em particular de monoculturas de soja.

O Matopiba compreende o bioma Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A região começou a ser explorada para o agronegócio a partir da década de 1980 e é considerada a grande fronteira agrícola nacional, com a produção de soja, milho e algodão. Assim como na Amazônia, a agricultura empresarial no Matopiba foi possível pela disponibilidade de terras, apoio das políticas agrícolas e condições favoráveis às práticas agrícolas.

Assim, o Matopiba apresenta exemplo dos impactos do uso da terra para expansão do agronegócio, que também já são observados na Amazonia. Bolfe e coautores (2016) retratam que a expansão da agricultura no Matopiba vem ocorrendo tanto sobre terras previamente antropizadas quanto sobre novas áreas, gerando desmatamento. Sobre o discurso de crescimento econômico por meio da produção de soja, Santos (2020) observou que o

crescimento econômico dos municípios produtores não reduz as desigualdades econômicas e de acesso às terras produtivas.

A expansão de monocultivos implica em problemas ambientais, sociais e produtivos, além de conflitos pela terra e ameaça à vida e desvalorização dos povos tradicionais e seus conhecimentos. Tais externalidades são incompatíveis com que é discutido nas agendas políticas e políticas públicas ambientais.

Fearnside (2019, p. 27) propõe as seguintes recomendações:

1) criar áreas protegidas com antecedência ao estabelecimento das fronteiras de soja, 2) encorajar a eliminação dos diversos subsídios que aceleram a expansão da soja além do que aconteceria sob as forças de mercado, 3) levar a cabo estudos, com rapidez, para avaliar os custos de impactos sociais e ambientais associados à expansão da soja. São necessários melhores métodos para quantificar custos de oportunidade de dinheiro e terra, 4) fortalecer o sistema regulador de impactos ambientais, inclusive avaliação dos impactos indiretos (o “efeito de arrasto”) da infraestrutura, que estimulam outras atividades econômicas potencialmente destrutivas e, 5) criar mecanismos para assumir compromissos de não-implantação de projetos de infraestrutura específicos que forem julgados como tendo impactos excessivos.

A agricultura familiar camponesa tem sido inviabilizada por diversos fatores mencionados na presente pesquisa. Tal modalidade produtiva é fundamental para o desenvolvimento econômico sustentável do espaço rural e constitui-se parte importante da solução dos problemas do país. Considerando que o Brasil apresenta contradições em torno do agronegócio e dois cenários tão diferentes, ao mesmo tempo que o agronegócio alcançou recordes sucessivos em 2020 e em 2021 (CEPEA, 2022), a fome crescer entre a população no país.

O relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura divulgado dia 06 de julho de 2022, aponta aumento significativo da fome no país, os dados foram coletados no período de 2019 a 2021 e revelam que 61,3 milhões de brasileiros enfrentaram algum grau de insegurança alimentar. Do total, 15,4 milhões enfrentaram situação de insegurança alimentar grave, os dados indicam uma piora alarmante da fome no Brasil.

Nesse contexto de aumento da fome e insegurança alimentar no Brasil, indo ao encontro do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 da Agenda 2030, que visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável (ONU, 2022), é essencial o reconhecimento da importância da agricultura familiar camponesa para atingir tal objetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agricultores familiares desempenham um papel essencial na produção de alimentos saudáveis e na salvaguarda do conhecimento tradicional, além da gestão do meio ambiente. Ao mesmo tempo, confrontam-se com inúmeros desafios.

Os resultados indicam que o agronegócio da soja avança consideravelmente no Planalto Santareno, com incentivos fiscais, provocando transformações nos espaços de reprodução social e nos sistemas produtivos dos agricultores familiares camponeses. A agricultura familiar camponesa, por sua vez, é obrigada a buscar formas de se adaptar em meio às consequências provocadas pelo agronegócio da soja.

Em relação as perguntas desta pesquisa (“qual o papel do Estado na promoção da fronteira agrícola e no fortalecimento da agricultura familiar camponesa?”) e tratando-se do objetivo 1, que é identificar a atuação do PRONAF no Planalto Santareno e sua influência na reconfiguração do território, foi identificado que, de forma direta ou indireta, o Estado é o maior responsável pela reconfiguração territorial do Planalto Santareno ao implementar a sua política de apoio e fomento do agronegócio nos municípios em detrimento da agricultura familiar camponesa.

Identificamos que a soja é o principal produto financiado pelo PRONAF no Brasil e Planalto Santareno. O PRONAF deveria e deve ser como instrumento de fixação do agricultor familiar camponês no campo, deve assegurar formas de reprodução do agricultor familiar camponês, amenizar as dificuldades encontradas, principalmente evitando o êxodo rural, porém, financiando a agricultura empresarial, provoca mudanças nas práticas produtivas camponesas e no direito de reprodução social.

Os agricultores familiares camponeses disputam custeio agrícola com a agricultura patronal, por meio de uma política pública que foi criada inicialmente para subsidiar condições de permanência deste agricultor familiar camponês no campo, objetivo inicial da criação do PRONAF. O que permite pontuar que o programa demanda por reestruturação e deve voltar a ser um programa voltado apenas para a agricultura familiar camponesa, considerando que a agricultura patronal causa transformações nos espaços de reprodução social e nos sistemas produtivos dos agricultores familiares camponeses.

Para garantir o direito de reprodução social e soberania alimentar dos agricultores familiares camponeses do Planalto Santareno e, conseqüentemente, melhorar a renda agrícola, os agricultores demandam por uma reestruturação do PRONAF, além de políticas públicas

específicas para os jovens agricultores familiares camponeses. Sabe-se que há o PRONAF jovem, porém é necessária a divulgação e orientação para os jovens da região.

A consolidação do agronegócio da soja na região foi orientada por ações do poder público para agir em prol de seus próprios interesses, então cabe agora consciência no acúmulo de forças para a conquista de políticas sociais para melhorar e garantir o acesso a equipamentos públicos para os dos agricultores familiares camponeses. Considerando os relatos por parte dos atores que participaram das reuniões, ainda existe falta e deficiência do poder público. Ou seja, o Estado necessita reconhecer os agricultores familiares camponeses como sujeitos de direitos, principalmente na aplicação prática de políticas públicas.

O processo de reuniões do zoneamento do projeto INCT Odisseia e análise dos dados permitiu a compreensão das características socioprodutivas das comunidades e as consequências socioambientais do agronegócio da soja para a agricultura familiar camponesa no Planalto Santareno.

As dificuldades dos agricultores familiares foram agravadas por um contexto de grandes mudanças no Planalto Santareno a chegada do agronegócio. As principais dificuldades produtivas e principais mudanças estão relacionadas com o avanço da soja no âmbito da presença de pragas e ressecamento de cultivos, devido às pulverizações nos plantios de soja. Os agricultores familiares camponeses também relatam a falta de acesso a recursos financeiros, além do apoio e investimento do poder público, principalmente para as estradas, posto de saúde e escolas.

Dessa forma, o avanço da soja e a falta de presença do poder público são elementos que inviabilizaram a continuidade produtiva da agricultura familiar camponesa nas comunidades em estudos do Planalto Santareno.

O avanço da soja e a falta de presença do poder público influenciam no processo de êxodo rural, enfraquecendo a capacidade produtiva dos agricultores familiares camponeses e, conseqüentemente, a reprodução social familiar camponesa no território. Essas conseqüências auxiliam no processo de compra de terras por parte dos atores do agronegócio, atividade que gera diversos impactos socioambientais em diferentes escalas pelo seu modo de produção.

Na perspectiva de reprodução social e produção de alimentos, a agricultura familiar camponesa do Planalto Santareno, junto com a organização social dos agricultores familiares camponeses e articulação com os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais (STTR's) são os principais elementos que garantem a permanência e mobilização desses atores no território.

Os dados apontam que há uma expansão dos monocultivos no “Planalto Sojeiro”, ao atribuímos esse termo, é um olhar crítico sobre a visão hegemônica no território. Ainda assim, o uso do território sob o modo de produção capitalista do agronegócio da soja não se uniformiza no Planalto Santareno. Os resultados indicam que o Planalto não é predominante soja, a agricultura familiar camponesa resiste e tem se recriado, possuem dificuldades, mas ainda permanece no território, reproduzindo suas existências, mesmo sendo uma região dominada por monocultivos, o Planalto é muito mais que soja, as relações sociais e produtivas são mais complexas do que o domínio do monocultivo.

Os agricultores familiares camponeses apresentam resistência aos efeitos nocivos dessa expansão que ameaça o seu modo de vida. Diante disso, é necessário estratégias de desenvolvimento com mais investimentos públicos para os agricultores familiares camponeses. O apoio à agricultura familiar camponesa também deve ser pensado nos aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos, devem ser igualmente levados em consideração na busca de soluções.

A valorização dos conhecimentos locais e fortalecimento da agricultura familiar camponesa depende de mudanças no paradigma de desenvolvimento vigente na sociedade contemporânea. Ao mesmo tempo em que também depende da ação local articulada entre os diferentes atores sociais. Entende-se que esse encaminhamento depende também do uso de instrumentos de efetivação das políticas públicas e firmeza de propósitos da ação do poder público. Sendo tema que demanda de atenção e necessidade de estudos que retratem a importância de atingir o ODS 2 por meio da prática da agricultura de base sustentável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. *et al.* Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A.W.B. (Ed.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Lamparina, 2010. p. 101-120.

ALMEIDA, A. W. B. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (org.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora UnB, 2011. p. 27-44.

ALMEIDA, R. H. C; LIMA, A. F. O Papel dos Mediadores na Discussão Sobre o Avanço da Fronteira Agrícola da Soja na Comunidade Corta-Corda, Santarém, Pará. **Textos e Debates (UFRR)**, v. 9. p. 151-189, 2005. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/index.php/textosedebates/article/view/1008>. Acesso em: 16 dez. 2021.

ANDRADE, M. C. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

ARAÚJO, G. P. B. Ligas Camponesas: Formação, Luta e Enfraquecimento. In: CONGRESSO NORTE-NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO (CONNEPI), 5, 2010, Maceió. [...] **Anais**. 2010. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/trabalhos-academicos-de-historia/2626747>. Acesso em: 20 dez 2021.

ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Econ. Aplic.** 10(1): 75-89, jan-mar 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecoa/a/mg6Ypg7DYFQYhSdnVVHwsHD/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2021.

A HISTÓRIA DA IGREJA EM SANTARÉM. **Arquidiocese de Santarém**, 2022. Disponível em: <http://www.arquidiocesedesantarem.org.br/historia>. Acesso em: 09 set. 2022.

AYALA, M.; VAN EUPEN, L.; ZHANG, M.; PÉREZ-SOBA, G.; MARTORANO, M.; LISBOA, L.G.; BELTRAO, L.S. Impact of agricultural expansion on water footprint in the Amazon under climate change scenarios. **Science of the total environment**. v. 1159–1173, p. 569–570, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2016.06.191>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BALDISSERA, A. Pesquisa-Ação: Uma Metodologia Do “Conhecer” E Do “Agir” Coletivo. **Sociedade Em Debate**, [S. L.]. v. 7, nº. 2, p.5-25, 2012. Disponível em: <https://rle.ucpel.tche.br/rsd/article/view/570>. Acesso em: 03 abr. de 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Matriz de Dados do Crédito Rural - Crédito Concedido - <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>.

BARBOSA, J. A.; MOREIRA, E. C. P. Impactos Socioambientais da expansão do agronegócio da soja na região de Santarém-PA e a crise dos instrumentos de governança ambiental. **Revista Jurídica da FA7**: periódico científico e cultural do curso de Direito da

Faculdade 7 de Setembro, v. 14, nº 1, p. 73-87, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24067/rjfa7;14.1:258>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BARBOSA, M.J. **Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas** – Pará, Belém, 2012. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra018.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BARROS, M. J. B.; CANTO, O.; LAURENT, F.; COELHO, A. S. A fronteira agrícola e conflitos territoriais nas Amazôniaas brasileiras: A expansão do agronegócio da soja e seus efeitos no planalto de Santarém, Pará-Amazônia-Brasil. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. XXIV, (2), p. 893-911, jan./dez. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/12759>. Acesso em: 21 mai. 2021.

BARROS, M. J. B. O Avanço do Agronegócio da Soja Sobre Terras Camponesas em Comunidades da Rodovia PA 370 em Santarém, Pará. In: **Anais do XIX Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa: ENG, 2018. v.1, p. 1-12. Disponível em: <http://www.eng2018.agb.org.br/site/anaiscomplementares> Acesso em: 11 nov. 2021.

BATISTA, D. A. J.; SANTOS, F. A.; RODRIGUES, G. A.; FURTADO, F. A. M.; SOUZA, A. P.; SILVA, K. D.; OLIVEIRA JUNIOR, J. M. B. Abundância e riqueza de espécies de *euglossini hymenoptera: apidae* em diferentes fragmentos no município de Mojuí dos Campos, Pará, Brasil. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v.11, n.5, p.174-185, 2020. Disponível em: <http://www.sustenere.co/index.php/rica/article/view/CBPC2179-6858.2020.005.0018>. Acesso em: 11 mai. 2021.

BERNARDES, J. A. Expansão do agronegócio na Amazônia: dinâmicas e contradições. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), v. 18, n. 1, pp. 60-73, jan-jun. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/63233>. Acesso em: 05 abri. 2022.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2022. Disponível em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pca>. Acesso: 15 jul. 2022.

BOLFE, E. L.; VICTÓRIA, D.; CONTINI, E.; BAYMA-SILVA, G.; SPINELLI-ARAÚJO, L.; GOMES, D. Matopiba em crescimento agrícola: Aspectos territoriais e socioeconômicos. **Revista de Política Agrícola**, [s.l.], ano XXV, n. 4, out./nov./dez. 2016. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1202>. Acesso em: 11 Jul. 2022..

BORGES, A. C. **Agricultura familiar camponesa no planalto santareno**: formas de existência em Mojuí dos Campos-PA. 2020. 129 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13251>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BOTELHO, A. C.; DINIZ, J. S. A produção da soja em territórios tradicionais da agricultura familiar na Microrregião de Chapadinha Maranhão. In: **Anais XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - ENGA**, 2012, Uberlândia. Uberlândia: UFU/LAGEA. Uberlândia/MG, p.12, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/999_2.pdf. Acesso: 09 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 1.946, 28 de junho de 1996.** Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e dá outras providências. Brasília, 28 de junho de 1996. p. 11854.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, Presidência da República, 24 de julho de 2006.

BUNKER, S. G. Modes of extraction, unequal Exchange, and the progressive underdevelopment of an extreme periphery: The Brazilian Amazon, 1600-1980. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 89, n. 5, p. 1017-1064, Mar. 1984. DOI: <https://doi.org/10.1086/227983>. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/227983> Acesso: 24 mai. 2022.

CAMPOS, M. C. Fatores da expansão do complexo sojicultor no território brasileiro. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, nº. 11, p. 6-36, 1 mai. 2010, ISSN 1808-2653. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/653>. Acesso em: 17 jan. 2022.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. In: **Estudos Sociedades e Agricultura**, nº 8, p. 70-82, 1997. Disponível em: Acesso em: 12 set. 2022. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/106>. Acesso em: 12 set. 2022.

CARGILL. **Avaliação do cultivo da soja em escala comercial seguido de safrinha.** Santarém, 2001.

CARGILL é criticada por incentivar o êxodo rural e a devastação do meio ambiente. **Jornal de Santarém e Baixo Amazonas**, 18 de maio de 2003.

CARGILL recebe apoio na Câmara. **Jornal tribuna do Tapajós.** Santarém, 09 de maio de 2000.

CAVALCANTI, F. C. S. Formação Socioeconômica do Estado do Acre. In: CASTRO, E. R.; CAMPOS, I. (org). **Formação Socioeconômica da Amazônia.** Belém: NAEA, 2015, p. 37 – 96. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/164>. Acesso em: 27 jan. 2021.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. PIB do Agronegócio Brasileiro, 2022. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 21 jul. 2022.

CONAB. Companhia Brasileira de Abastecimento. Abastecimento e segurança alimentar: o crescimento da agricultura e a produção de alimentos no Brasil. Brasília: CONAB, 2008.

COMUNIDADES estão desaparecendo por causa da soja. **Jornal de Santarém e Baixo Amazonas**, 03 de outubro de 2003.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil**: Brasil. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Goiânia: CPT Nacional, pp. 269, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6001-conflitos-no-campo-brasil-2021>. Acesso em: 11 jul. 2022.

CONCEIÇÃO, F. S.; SILVA, R. G. C. Entre Rio Tapajós e rodovia BR-163 existem territórios em disputas em Belterra-Pará, Amazônia Brasileira. In: BARRO, Márcio J. B. (Org.) **Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais no Oeste do Pará**. Ananindeua, PA. Editora Itacaiúnas, 1ª edição, 2020, p. 21-38. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2020/3d3c70f1710910ca27180d226dd07002.pdf> Acesso: 27 nov. 2021.

CONFLITOS agrários facilitam avanço da soja na região amazônica. **Jornal de Santarém e Baixo Amazonas**, 23 de janeiro de 2004.

CORTES, J. P. S.; COUDEL, E.; PIRAUX, M.; SILVA, M. P.; SANTOS, B. A.; FOLHES, R.; SILVA, R. G. P. Quais as perspectivas da agricultura familiar em um contexto de expansão do agronegócio? Zoneamento participativo com representantes. **Confins**, vol. 45, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/28077>. Acesso em: 15 dez. 2021.

COSTA, F. A. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo**: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira. Belém: Editora NAEA, 2012, p. 310.

COSTA, S. M. G. **Grãos na Floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia**. 2012. 298 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11157>. Acesso em: 19 dez. 2021.

COSTA, S. M. G. Agronegócio e terras na Amazônia: conflitos sociais e desterritorialização após a chegada da soja na região do Baixo Amazonas no Pará. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (org.). **Terras e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora UnB, 2011. v. 1, p. 69-89.

COUDEL, E; NASUTI, S; SANTOS, B; PIVA, M; FECHINE, V; FOLHES, R. Co-producing knowledge with family farming organizations: a citizen science observatory in Santarém, Brazilian Amazon. **Cah. Agric.** Volume 31, 2022. Disponível em: https://www.cahiersagricultures.fr/articles/cagri/full_html/2022/01/cagri210090/cagri210090.html.

COUDEL, E; NASUTI, S; SILVA, M. P; ABREU, B. A; WAGNER, D; FOLHES, R; PASSOS, C. J; SCHWAMBORN, T. 2020. O avanço do agrotóxico. In: **Resultados da Campanha Consolidando a agricultura familiar no Planalto de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra**. Brasília: INCT Odisseia-Odyssey, 2 fichas ISBN 978-65-00-02239-1 <http://inct-odisseia.i3gs.org/interface-com-a-sociedade/cartilhas/>. Acesso: 27 jan. 2021.

COUDEL, E; NASUTI, S; WAGNER, D; BONNET, M; PIVA, M; SANTOS, B; FOLHES, R; BONNAL, V; FECHINE, V; LIMA, D; PASSOS, C; SCHWAMBORN, M; IONE NAKAMURA, I; MOURA, G. Rendre visible les impacts des pesticides du soja: contributions et limites d'un observatoire de science citoyenne à Santarém, Amazonie brésilienne. **Vertigo**

- **la revue électronique en sciences de l'environnement** [En ligne], Volume 21 número 3 | décembre 2021, mis en ligne le 15 décembre 2021, consulté le 12 septembre 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/vertigo/33716#illustrations> Acesso em: 12 set. 2022.

DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N. G. **Brasil rural em debate: coletânea de artigos**. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2010, p. 28-78. Disponível em: https://www.academia.edu/36245667/Brasil_Rural_em_Debate_Colet%C3%A2nea_de_Artigos. Acesso em: 20 set 2021.

DESENVOLVIMENTO rural é discutido em simpósio. **Jornal Estado do Tapajós**, Santarém, 29 de abril de 1995.

EMPRESÁRIOS reivindicam melhorias para a região. **Jornal Gazeta**, Santarém, 17 de outubro de 1995.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2022. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022**. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, FAO. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cc0639en>. Acesso: 18 jul. 2022.

FAPESPA – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará. **Boletim Agropecuário do Pará 2017**. Belém, FAPESPA, 2015, p. 91. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/1383.pdf?id=1533567716>. Acesso: 27 jun. 2020.

FEARNSIDE, P.M. O cultivo da soja como ameaça para o meio ambiente na Amazônia brasileira. p. 55-81. In: FEARNSIDE, P.M. (ed.) **Destrução e Conservação da Floresta Amazônica**, Manaus, Editora do INPA, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340923589_O_cultivo_da_soja_como_ameaca_para_o_meio_ambiente_na_Amazonia_brasileira. Acesso: 16 jul. 2022.

FERREIRA NETO, H. G.; PEREIRA, C. A.; ALMEIDA, E. N. Dinâmica da produção de alimentos na região de Santarém, Oeste do Pará. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 4, n. 12, 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1121529/dinamica-da-producao-de-alimentos-na-regiao-de-santarem-oeste-do-para>. Acesso: 20 jul. 2022.

FOCUS: **Desafios e oportunidades da produção da soja sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro, 2010.

FOLHES, R; SILVA, H; FEIJÃO, L; BORGES, A. 2020. Quando o campo planta, a cidade janta. In: **Resultados da Campanha Consolidando a agricultura familiar no Planalto de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra**. Brasília: INCT Odisseia-Odysea, 2 fichas ISBN 978-65-00-02239-1 Editores: COUDEL, E; NASUTI, S; SILVA, M. P; ABREU, B. A; WAGNER, D; FOLHES, R.

Disponível em: <http://inct-odisseia.i3gs.org/interface-com-a-sociedade/cartilhas/>. Acesso: 27 jan. 2021.

GRISALES SJ. G, A. C. **Relatório agrotóxicos no Planalto Santareno** [Livro eletrônico] / Coord. GRISALES. A. C. São Leopoldo, RS: Casa Leiria, 2021. Disponível em: <https://olma.org.br/wp-content/uploads/2022/03/LIVRO-AGROTOXICOS.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

GHIZELINI, A. M.; ARAGUÃO, L. Campesinato e Agricultura Familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. **Sinais Revista de Ciências Sociais**, Vitória – Brasil, v. 1 n. 23, p. 90-111, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/28030> Acesso em: 10 ago. 2021.

GIUSTINA, C. P. D. **Ilusão desenvolvimentista no Planalto de Santarém/PA: um estudo sobre ideologias, discursos e conflitos na comunidade de Boa Esperança**. 2020. 236 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39948>. Acesso em: 15 jul. 2021.

GOMES, C. V. A. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. **Cienc. Hum.**, Belém, v. 13, n. 1, p. 129-146, jan.-abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/xf4Jt77zfhJf86QSvGTdSZK/?lang=pt>. Acesso: 20 de jun. 2022.

GOMES, T. V.; CARDOSO, A. C. D.; COELHO, H. S.; OLIVEIRA, K. D. Santarém (PA): um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações. **Cadernos MetrÓpole** [online]. v. 19, n. 40, pp. 891-918, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-4009>. Acesso: 25 de jun. 2022.

GOVERNADOR confirma projetos de plantio de soja no Pará. **Jornal de Santarém e Baixo Amazonas**, Santarém, 07 de agosto de 1998b.

GREEN, W. N. Financing agrarian change: Geographies of credit and debt in the global south. **Progress in Human Geography**, vol, 46, nº 3, p. 849–869, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03091325221083211>. Acesso: 10 jul. 2022.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUIMARÃES, L.S.; FIGUEIRA, L.I.G.; COSTA, S. S.; DE CORTES, J.P.S. Relações de Gênero e Gestão da Água entre os indígenas da etnia Arara Vermelha, Aldeia Arapiranga, Rio Arapiuns, Pará. (2022). In: MATOS, F.; CARRIERI, A. (orgs.). **Água e gênero [livro eletrônico]: perspectivas e experiências: (vol. 1)**. Ituiutaba, MG: Editora Barlavento, p. 461-490, 2022. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/360574112_Relacoes_de_Genero_e_Gestao_da_Agua_entre_os_indigenas_da_etnia_Arara_Vermelha_Aldeia_Arapiranga_Rio_Arapiuuns_Para. Acesso: 01 jul. 2022.

HAESBAERT, R. (Org.). **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOEFLE, S. W. Santarém, Cidade Portal de Fronteiras Históricas do Oeste do Pará. **Espaço Aberto**, V. 3, N.1, p. 45-76, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/290488690_Santarem_Cidade_Portal_de_Fronteiras_Historicas_do_Oeste_do_Para. Acesso: 28 dez. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária. **SIDRA**, IBGE-PAM, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1863>. Acesso em: 15 set. 2020.

_____. Censo agropecuário 2017: resultados definitivos. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-gropecuario/censoagropecuario->. Acesso em: 10 jan. 2021.

INVESTIMENTO na hidrovia se paga em 10 anos. **Jornal Gazeta**, Santarém, 05 de dezembro de 1995.

JESUS, J. N.; VIEIRA, T. M. Campesinato e modernização da agricultura: avanços e contradições no limiar do século XXI. **Revista Mirante**, Anápolis (GO), (Edição Especial). ISSN 19814089, v. 8, n. 2, p.10, set. 2015. Disponível: <https://www.revista.ueg.br/index.php/mirante/article/view/4051/2659>. Acesso: 25 set 2021.

LEROY, J. R. J. **Uma chama na Amazônia**: campesinato, consciência de classe e educação, o movimento sindical dos trabalhadores rurais de Santarém (PA), (1974-85). 1989. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FGV_1992443ab553121f5758e8c4c394a82a. Acesso em: 14 nov. 2020.

LIRA Maia incentiva cultivo de soja. **Jornal Gazeta**, Santarém, 13 de dezembro de 1997.

LUNARDI, S.M.; SANTOS, A. C. dos. O programa de gestão agrícola da extensão rural do Rio Grande do Sul e Santa Catarina: uma análise na perspectiva dos agricultores familiares. **Revista de Administração da UFLA**, Lavras, v. 2, n. 2, p. 1-18, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/handle/1/8939> Acesso: 15 de jun. 2022.

MALYSZ, P.A; CHIES, C. A importância do PRONAF na permanência do agricultor familiar no campo. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. “Territórios em disputa: Os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1395_1.pdf. Acesso: 27 jan 2022.

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária. **Agricultura Familiar**. Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1> . Acesso: 15 jul. 2022a.

_____. **Plano Safra 2022/2023, 2023**. Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2022-2023/armazens>. Acesso: 15 jul. 2022b.

_____. **Plano Safra 2022/2023, 2023**. Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2022-2023>. Acesso: 15 jul. 2022c.

MARANHÃO, R. L. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **A dinâmica do crescimento das exportações do agronegócio brasileiro**. Brasília: Ipea, 2016. (Texto para Discussão, n. 2249). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7320/1/td_2249.pdf. Acesso: 19 dez. 2021.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/1399/1381>. 19 dez. 2021.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Rev. Tempo Social**, USP, S. Paulo, 8(1): p. 25-70, mai. de 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86141>. Acesso: 27 dez. 2021.

MATO Grosso faz estudo de viabilidade da BR-163. **Jornal Gazeta**, Santarém, 22 de agosto de 1996.

MELO Júnior, L. C. M. Por uma teoria alternativa do campesinato nas fronteiras do capitalismo – Resenha. **Rev. bras. Ci. Soc.** Vol. 30, nº 89, p.186-190, 2015. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/WGf54G8g4ZmQNgfZ58BtZ9x/?lang=pt>. Acesso: 25 jan. 2021.

MESQUITA, B. A. A dinâmica recente do crescimento do agronegócio na Amazônia e a disputa por territórios. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (org.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora UnB, v. 1, p. 45-68, 2011,

MIER, M.; CACHO, T. G. Soybean agri-food systems dynamics and the diversity of farming styles on the agricultural frontier in Mato Grosso, Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 419-441, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2015.1016917>. Acesso em: 20 mai. 2022.

MOLINA, M. C. Políticas Públicas. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, p. 585-593, 2012.

NAHUM, J. S.; PAIXÃO JÚNIOR, P. R. C. Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA). **Revista NERA**, Presidente Prudente – SP, v. 17, n. 25, p. 47-70, jul-dez. 2014. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2622>. Acesso: 19 set 2020.

NASUTI, S.; FOLHES, R. T.; SANTOS, B. A.DOS.; GIUSTINA, C. . **Comunidades rurais muito vivas. Cartilhas do Observatório de Dinâmicas Socioambientais: Consolidando a Agricultura Familiar no Planalto de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra**, 2020. Disponível em: <http://inct-odisseia.i3gs.org/interface-com-a-sociedade/cartilhas/#1607547237093-52c870da-6433>.

Acesso em: 27 jan 2021.

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural** [online], v. 52, pp. 9-24, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/GRGZMnc3KmRZqvMr4x6gWVJ/?lang=pt#>. Acesso em: 20 nov. 2021.

ODYSSEA. **O projeto Odyssea-Amazônia**, 2022. Disponível em: <https://www.odyssea-amazonia.org/pt>. Acesso: 01 jul. 2021.

ODISSEIA. **O que é o INCT-Odisseia?** Disponível em: <http://inct-odisseia.i3gs.org/>. Acesso: 01 jul. 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. **O direito Humano a Água e Saneamento**. 2010. Disponível em: https://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief_por.pdf. Acesso: 01 jul. 2022.

OSORIO, R. M. L. **A produção de soja no oeste do Pará: a tomada de decisão do produtor rural e as características da atividade produtiva em meio à floresta amazônica**. 2018. 174 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/33908>. Acesso em: 19 dez. 2020

PALHETA, J. M; OLIVEIRA NETO, A. C. Por uma outra territorialização na Amazônia Paraense. **Rev. NERA** Presidente Prudente, ano 21, n. 42, pp. 354-372 Dossiê/2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5699>. Acesso em: 05 dez. 2021

PEREIRA, C. A.; VIEIRA, I. C. G. A importância das florestas secundárias e os impactos de sua substituição por plantios mecanizados de grãos na Amazônia. **INCI**, Caracas, v. 26, n. 8, p. 337-341, agos. 2001. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0378-18442001000800004. Acesso em: 30 ago. 2021.

PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M. (orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013, p. 69-103. Disponível: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/agricultura/agroecologia-praticas-mercados-e-politicas-para-uma-nova-agricultura-1/19-agroecologia-praticas-mercados-e-politicas-para-uma-nova-agricultura.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2021

PORTO de Santarém poderá escoar grãos. **Jornal o impacto**, Santarém, 29 de setembro de 1995.

PRADO Jr., C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1942.

PREÇO do progresso custa caro, o. **Jornal de Santarém e Baixo Amazonas**, Santarém, 29 de maio de 1998.

PRODUÇÃO agrícola regional não encontra mercado. **Jornal Gazeta**, Santarém, 31 de outubro de 1995.

PRODUTORES preocupados com pragas na plantação. **Jornal de Santarém e Baixo Amazonas**, 15 de fevereiro de 2002.

PRODUTOR rural em festa. **Jornal tribuna do Tapajós**. Santarém, 01 de agosto de 1998.

PUTY, C. A. B. Agricultura Empresarial Mecanizada. In: **Zoneamento Ecológico Econômico da área de influência da rodovia da BR-163 (Cuiabá – Santarém)**: gestão territorial. V.1: Diagnóstico do meio socioeconômico, jurídico e arqueológico. Belém: Embrapa, Amazonia Oriental, 2007. p.229-252.

REICHERT, L. J.; GOMES, M. C.; SCHWENGBER, J. E. Avaliação técnica e econômica de um agroecossistema familiar de base ecológica na Região Sul do Rio Grande do Sul. **Rev. Bras. Agrocência**, Pelotas, v.17, n.1-4, p.123-132, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/CAST/article/view/2039>. Acesso em: 20 jul 2022.

RIBEIRO, J. S.; SOUSA, A.; CRUZ, SANTOS, R.; SOUSA, B. L. M.; LOPES, R. B. Avaliação Preliminar do Risco de Contaminação dos Recursos Hídricos por Pesticidas Utilizados no Cultivo da Soja em Três Municípios da Região Oeste do Pará. In: ZUFFO, A. M.; AGUILERA, J. G. (Orgs.). **As Ciências Exatas e da Terra no Século XXI**. 1ª ed. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, v. 1, 2019, p. 29-35. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/05/E-book-As-Ciencias-Exatas-e-da-Terra-no-Seculo-XXI-2.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2021.

RODRIGUES, M. V. C. As Políticas de Estado para a introdução da soja em Santarém, Pará. In: BARRO, M. J. B. (Org.). **Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais no Oeste do Pará**. Ananindeua, PA: Editora Itacaiúnas, 1ª ed, 2020, p. 40-61. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2020/3d3c70f1710910ca27180d226dd07002.pdf>. Acesso: 30 nov. 2021.

ROMAY, K. V. M; VIANA JÚNIOR, J. C; HAMACHER, L. S; SOUZA, M. L. CARMO, D. F. Diagnóstico estratégico de propriedades agrícolas familiares: estudo de casos em Oriximiná (Pará). **ENGEVISTA**, V. 19, n. 2, p. 353-372, 2017. Disponível: <https://periodicos.uff.br/engevista/article/view/9107>. Acesso: 310 jan. 2021.

SARON, F. A; HESPANHOL, A. N. O PRONAF E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASI: o desafio da (re)construção das políticas de apoio à agricultura familiar. **Geo UERJ** - Ano 14, nº. 23, v. 2, 2º semestre de 2012 p. 656-683. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/4823>. Acesso em: 12 set. 2022.

SANTOS, J. F. S. Produção de soja, desigualdades no campo e mudanças climáticas na região do Matopiba. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5708/570864390027/html/>. Acesso: 10 jul. 2022.

SANTOS, T. C. F. **A Expansão da Fronteira Agrícola em Balsas/MA**. 2011. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) - Programa Multidisciplinar de Doutorado em Ciências Ambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11157>. Acesso em: 12 jul. 2021.

SAUER, S.; LEITE, Sérgio P. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. **Journal of Peasants Studies**, v. 39, n. 3-4, p.873-898, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03066150.2012.686492>. Acesso: 19 jan. 2021.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília DF, Embrapa, 2008. 73 p. (Texto para Discussão). Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/123017/agricultura-familiar-versus-agronegocio-a-dinamica-sociopolitica-do-campo-brasileiro>. Acesso: 19 dez. 2021.

SAUER, S.; PIETRAFESA, J. P. Novas fronteiras agrícolas na Amazônia: expansão da soja como expressão das agroestratégias no Pará. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p.245-264, 2013. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/1974>. Acesso: 19 jan. 2022.

SAUER, S.; MARTINS, P. S. V. Cultivo de soya y conflictos por la tierra en la región de Santarém (Pará). In: SOLINGE, T. B. V.; TORRES, I. V.; SAUER, S.; BRINK, B. B.V. D. (org.). **Tierra y derechos en aguas turbulentas: conflictos socio-ambientales en Colombia y Brasil**. Utrecht: Utrecht University, 2016, p. 31- 49. Disponível em: http://ireneveleztorres.net/wp-content/uploads/2018/10/LAR_2016_SPAANS.pdf. Acesso: 19 abri. 2021.

SAUER, S. Soy expansion into the agricultural frontiers of the Brazilian Amazon: The agribusiness economy and its social and environmental conflicts. **Land Use Policy**. vol. 79, p. 326-338, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837718300863?via%3Dihub>. Acesso em: 30 set. 2020.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, ano 8, n. 7, p. 1-21, 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456>. Acesso: 12 de jun. 2021.

SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SIMONI, J. A Revitalização do extrativismo: práticas de economia solidária e sustentabilidade. **Repositório do conhecimento IPEA**, 2010. Disponível: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4049>. Acesso: 15 de jun. 2022.

SIMÕES, M. R. A Importância da Assistência Técnica e Extensão Rural a Produtores de Base Familiar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo,

v.8.n.01.jan. 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4003>. Acesso: 21 de jul. 2022

SOARES, I. F.; MELO, A. C. DE; CHAVES, A. D. C. G. A AGRICULTURA FAMILIAR: Uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no município de Condado – PB. **Informativo Técnico do Semiárido**, v. 3, n. 1, p. 56 - 63, 2 dez. 2010. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/INTESA/article/view/456>. Acesso: 21 de jul. 2022

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H. C.; VALLE, L. M. (Org.). *La pluriactividad en el campo latino-americano*. Quito/Equador: Flacso – Serie FORO, 2009. v. 1, p. 132-161.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. In DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 84-109. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso: 19 mai. 2021.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar. **Revista grifos**, v. 30 n. 51 (2020): Dossiê PRONAF 25 anos: Histórico, transformações e tendências - jan./abr. 2021. Disponível em: <http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5656>. Acesso: 05 abr. 2022.

SKOLE, D.L.; CHOMENTOWSKI, W.H.; SALAS, W.A.; NOBRE, A.D. 1994. *Physical and human dimensions of deforestation in Amazonia*. **BioScience**, 44: 314–322. Disponível em: <https://academic.oup.com/bioscience/article-abstract/44/5/314/259276?login=false>. Acesso: 15 jun. 2022.

SOJA deu certo na Transamazônica. **Jornal de Santarém e Baixo Amazonas**, Santarém, 5 de junho de 1998a.

SOJA, uma esperança para Santarém, **Jornal de Santarém e Baixo Amazonas**, Santarém, 9 de maio de 1997.

SOUZA, P. M; PONCIANO, N. J; NEY, M. G; FORNAZIE, A. Análise da evolução do valor dos financiamentos do Pronaf-crédito (1999 a 2010): número, valor médio e localização geográfica dos contratos. **Rev. Econ. Sociol. Rural** 51 (2) • Jun 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/WzQHbzRPmxYGBByr3xZr5JFR/?lang=pt#> Acesso em: 30 abr. 2022.

TRASE SUPPLY CHAINS. **Brazilian Soy Supply Chain**. 2022. Disponível em: https://explore.trase.earth/explore/BRAZIL/SOY/land_use?includes_domestic=true&year_start=&year_end=®ion_type=MUNICIPALITY®ion_level=6 Acesso: 20 de jul. 2022.

TRASE SUPPLY CHAINS. **Soy Facilities**. 2022. Disponível em: <https://supplychains.trase.earth/logistics->

map?commodity=soy&layers%5B%5D=storage_facilities&layers%5B%5D=refining_facilities&layers%5B%5D=crushing_facilities&year=2016 Acesso: 20 de jul. 2022.

VALADAO, W. B; SOUSA, J. M; FREITAS, A. F. “Camponês” ou “agricultor familiar”: como os agricultores participantes do PNAE em Viçosa-MG se reconhecem. **Revista Grifos – Unochapecó**. Dossiê: Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural: Cenários Contemporâneos, 2022. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/6705>. Acesso: 15 de jun. 2022.

VAZ FILHO, F. A. **A Emergência étnica dos povos indígenas do baixo Rio Tapajós, Amazônia**, 2010. 478 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010 Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33752>. Acesso: 12 de set. 2022.

VENNET, B. V.; SCHNEIDER, S.; DESSEIN, J. Different farming styling behind the homogeneous soy production in southern Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, vol. 43, p. 396-418, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2014.993319>. Acesso: 15 de dez. 2021.

VENTURIERI, A.; COELHO, A. dos S.; THALES, M. C.; BACELAR, M. D. R. **Anais. XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 7003-7010. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/974089/analise-da-expansao-da-agricultura-de-graos-na-regiao-de-santarem-e-belterra-oeste-do-estado-do-para> Acesso: 29 de nov. 2021.

VIEIRA, I, C. G.; SANTOS JUNIOR, R. A O.; TOLEDO, P. M. de. Dinâmicas produtivas, transformações no uso da terra e sustentabilidade na Amazônia. In: SIFFERT FILHO, Nelson Fontes *et al.* **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, p.370-395, 2014. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/15060>. Acesso: 15 de mar. 2022.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. Gt 17. **Processos Sociais Agrários**. Caxambu, MG. Outubro, v. 21, 1996. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%205.pdf> Acesso: 12 de jun. 2021

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 42-61, out. 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>. Acesso: 19 jun. 2021.

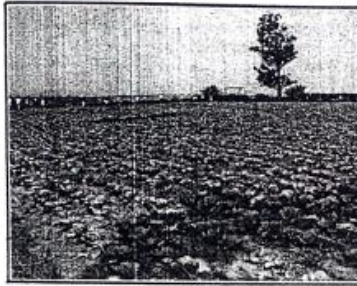
_____. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 66-83. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso: 19 mai. 2021.

Produção agrícola regional não encontra mercado

Dezenas de lideranças comunitárias de todos os municípios do Baixo Amazonas estão reunidas desde o início desta semana, no Centro de Treinamento Ematis, onde está sendo debatida a situação da produção agrícola regional, com abordagem, principalmente, da problemática da comercialização. Uma pesquisa feita pela coordenação, em preparação para o evento, mostra que grande parte dos alimentos produzidos na região continuam sem ser comercializada.

Cerca de dois meses antes do congresso, o pró-

fórum de entidades, que reúne várias instituições ligadas ao produtor rural e está promovendo o evento, enviou questionários aos representantes das associações de produtores dos municípios de Itaituba, Santarém, Obidos, Aveiro, Faro, Trairão, Prainha e Terra Santa, buscando informações sobre os alimentos produzidos e a quantidade da produção. Com as respostas em mãos, os coordenadores chegaram a dados interessantes, como por exemplo o de que 100 por cento da produção regional, com exceção de Santarém que atinge um índice de 77,7% por causa



Nas feiras livres a fartura de frutas é uma realidade

da Feira do Produtor Rural, é vendida direto para os atravessadores que sempre acrescentam valores exorbi-

ta apontando uma diferença de até 9 reais no preço de uma saca de farinha comercializada em Santarém. A farinha e o arroz são os principais produtos comercializados na região, ficando em último lugar a pimenta-do-reino.

Nas dezotto associações de produtores onde o questionário foi aplicado, constatou-se um alto índice de sobre produção familiar de farinha, milho, arroz, peixe, feijão e pimenta-do-reino em todos os municípios da região. Pelos dados, atualmente em Santarém sobram 55,8 sacas de farinha, 19,7 sacas de milho, 39,5 de arroz, 8 sacas de

feijão, 8 de pimenta-do-reino e 434 quilos de peixe por família. Se essa sobra fosse comercializada, aumentaria a renda familiar em mais de 3 mil reais anualmente, e seriam mais de 35 milhões de reais circulando na economia do município. Mas, por falta de mercado, todo esse dinheiro é jogado fora.

Um dos coordenadores do pró-fórum, Antônio José, alerta, entretanto, que esse estudo não se trata de uma pesquisa científica, mas apenas uma coleta de informações, cujos dados vão embasar as discussões em busca de melhorias para o setor agrícola regional.

Emater recebe veículos para assistência técnica

Em solenidade ocorrida na tarde do dia 15, domingo, em seu escritório regional, a Emater recebeu 10 veículos tipo Fusca para utilizar na assistência técnica aos produtores rurais da região do Baixo Amazonas. Os veículos fazem parte de um lote de 74, doados pelo Governo do Estado para a Empresa de Extensão Rural utilizar em todo o Pará, cabendo 10 para a Regional de Santarém, que distribuiu um para cada município conveniado (Placas, Itaituba, Juruti, Obidos, Alenquer, Monte Alegre e Almeirim), ficando três na sede do município.

Segundo informou o diretor regional da Emater, Jaci Barros, o próximo lote de veículos deverá ser liberado no mês de novembro para atender Rurópolis e Oriximiná. Aveiro e Belterra também poderão ser beneficiadas



João Clóvis, da SATAB, mas para isso as prefeituras precisam celebrar o convênio com a Emater com essa finalidade.

Diante dos problemas financeiros enfrentados pela Emater, as prefeituras

municipais é que darão manutenção aos novos carros. Nesse sentido, a Prefeitura de Santarém, através da Secretaria Municipal de Agricultura, saiu na frente e por ocasião da entrega dos veículos, o prefeito Rui Corrêa também fez a entrega da primeira parcela do convênio para manutenção e expansão da assistência técnica ao produtor rural. Barros acrescentou que os veículos que a empresa está recebendo ainda são insuficientes para atender suas necessidades. Segundo ele, atualmente 30 técnicos atuam na assistência aos produtores rurais da região.

A cerimônia de entrega dos veículos contou com a presença do secretário estadual de Agricultura, Hildergardo Nunes e do presidente da Emater, José Neto.



catiri papos

Luis Pimentel

Dracula processado.
Três cheques sem fundos no banco-de-sangue.

Para economizar trabalho, os departamentos de investigação nos obrigam a contar tudo.

Produção agrícola regional não encontra mercado

Dezenas de lideranças comunitárias de todos os municípios do Baixo Amazonas estão reunidos desde o início desta semana, no Centro de Treinamento Emaús, onde está sendo debatida a situação da produção agrícola regional, com abordagem, principalmente, da problemática da comercialização. Uma pesquisa feita pela coordenação, em preparação para o evento, mostra que grande parte dos alimentos produzidos na região continuam na esfera familiar sem ser comercializada.

Cerca de dois meses antes do congresso, o pró-

fórum de entidades, que reúne várias instituições ligadas ao produtor rural e está promovendo o evento, enviou questionários aos representantes das associações de produtores dos municípios de Itaituba, Santarém, Óbidos, Aveiro, Faro, Trairão, Prainha e Terra Santa, buscando informações sobre os alimentos produzidos e a quantidade da produção. Com as respostas em mãos, os coordenadores chegaram a dados interessantes, como por exemplo o de que 100 por cento da produção regional, com exceção de Santarém que atinge um índice de 77,7% por causa



Nas feiras livres a fatura de frutas é uma realidade

da Feira do Produtor Rural, é vendida direto para os atravessadores que sempre acrescentam valores exorbi-

tantes aos produtos. Essa ação danosa em cima do preço do produto, é comprovada por outro dado que

aponta uma diferença de até 9 reais no preço de uma saca de farinha comercializada em Santarém. A farinha e o arroz são os principais produtos comercializados na região, ficando em último lugar a pimenta-do-reino.

Nas dezoito associações de produtores onde o questionário foi aplicado, constatou-se um alto índice de sobra de produção familiar de farinha, milho, arroz, peixe, feijão e pimenta-do-reino em todos os municípios da região. Pelos dados, anualmente em Santarém sobram 55,8 sacas de farinha, 19,7 sacas de milho, 39,5 de arroz, 8 sacas de

feijão, 8 de pimenta-do-reino e 434 quilos de peixe por família. Se essa sobra fosse comercializada, aumentaria a renda familiar em mais de 3 mil reais anualmente, e seriam mais de 35 milhões de reais circulando na economia do município. Mas, por falta de mercado, todo esse dinheiro é jogado fora.

Um dos coordenadores do pró-fórum, Antonio José, alerta, entretanto, que esse estudo não se trata de uma pesquisa científica, mas apenas uma coleta de informações, cujos dados vão embasar as discussões em busca de melhorias para o setor agrícola regional.

Emater recebe veículos para assistência técnica

Em solenidade ocorrida na tarde do dia 15, domingo, em seu escritório regional, a Emater recebeu 10 veículos tipo Fusca para utilizar na assistência técnica aos produtores rurais da região do Baixo Amazonas. Os veículos fazem parte de um lote de 74, doados pelo Governo do Estado para a Empresa de Extensão Rural utilizar em todo o Pará, cabendo 10 para a Regional de Santarém, que distribuiu um para cada município conveniado (Placas: Itaituba, Juruti, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre e Almeirim), ficando três na sede do município.

Segundo informou o diretor regional da Emater, Jaci Barros, o próximo lote de veículos deverá ser liberado no mês de novembro para atender Rurópolis e Oriximiná. Aveiro e Belterra também poderão ser beneficia-



João Clóvis, da SATAB, dos, mas para isso as prefeituras precisam celebrar o convênio com a Emater com essa finalidade.

Diante dos problemas financeiros enfrentados pela Emater, as prefeitu-

ras municipais é que darão manutenção aos novos carros. Nesse sentido, a Prefeitura de Santarém, através da Secretaria Municipal de Agricultura, saiu na frente e por ocasião da entrega dos veículos, o prefeito Rui Corrêa também fez a entrega da primeira parcela do convênio para manutenção e expansão da assistência técnica ao produtor rural. Barros acrescentou que os veículos que a empresa está recebendo ainda são insuficientes para atender suas necessidades. Segundo ele, atualmente 30 técnicos atuam na assistência aos produtores rurais da região.

A cerimônia de entrega dos veículos contou com a presença do secretário estadual de Agricultura, Hildergardo Nunes e do presidente da Emater, José Neto.

catiri papos

Luis Pimentel

Drácula processado.
Três cheques sem fundos no banco-de-sangue.

Para economizar trabalho, os departamentos de investigação nos obrigam a contar tudo.

CPI das irregularidades na prefeitura

O caso do requerimento do vereador Geraldo Sirotheau propõe a criação de uma CPI-comissão parlamentar de inquérito para apurar as denúncias de irregularidades praticadas na administração Ruy Corrêa; com o pagamento a firmas irregulares através da secretaria de governo, ainda não foi colocada em prática em decorrência de uma série de entraves que vem sendo criado pelo presidente da câmara José Maria Tapajós e pelos vereadores da bancada de apoio a administração Ruy. A matéria deve voltar a pauta somente na próxima semana.

DEFESA

Na tentativa de defender os interesses da administração Ruy, o presidente da câmara José Maria disse que ainda vai analisar os pareceres do procurador e secretário da mesa da câmara. Alberto Inibiriba e Oti Santos, respectivamente. Alberto sugere a nulidade do requerimento alegando entre outros fatos "desvio de finalidade", e Oti, propõe que seja considerado o requerimento inclusive que "o soberano plenário manifeste-se a respeito". De forma geral, a bancada governista alega que existe uma série de

erros no requerimento de tucano, mas não apresenta uma defesa coerente contra as provas documentais em que se baseia o vereador Geraldo para solicitar a CPI. Essa reação vem gerando repúdio da opinião pública, que tem se manifestado através dos meios de comunicação, demonstrando insatisfação, com a atitude da maioria dos vereadores de acobertar os desmandos da administração Ruy Corrêa.

PROVAS

Para sugerir a criação da CPI, o vereador Geraldo Sirotheau, tomou como base principalmente as denúncias feitas pelo Jornal O Impacto, que vem apresentando documentos para provar irregularidades apontadas. Os documentos oficiais: notas de empenhos, número de cheques, notas fiscais, são publicados semanalmente por este semanário e até o momento não foram contestados. O próprio secretário de governo, Osmando Figueiredo que assina as notas de empenho, em entrevista à rádio Guarany, confirmou a oficialidade dos documentos quando questionou apenas os valores dizendo que à época dos pagamentos a moeda era outra

e por isso trata-se de "milhões", que hoje são "poucos reais", e nem chegou negar que as firmas a quem efetuou os pagamentos estão irregulares. Reforçando a seriedade das denúncias com provas apresentadas por este semanário, esta semana o vereador José Simão, não foi a câmara e não esboçou qualquer defesa contra os documentos que envolvem seu nome. Na câmara o vereador Júlio César (PDT) mesmo partido de Simão tentou dizer que a dívida era da administração anterior, mas as notas de empenho e de pagamento são datadas de 1993, tudo na atual administração.

DESMANDOS

Revoltado com os caminhos que vem tomando a proposta de criação da comissão parlamentar de inquérito para apurar desmandos na administração municipal, esta semana o vereador Geraldo chegou a pedir no plenário da câmara, "me ensinam como é que se faz uma CPI, que eu quero fazer uma". Ele pretende saber para onde está indo o dinheiro dos impostos pagos pela população como o IPTU e o ICMS, os recursos do fundo de participação dos municípios, "para onde está indo tanto dinheiro". A cidade está esburacada e suja, não há oferta de emprego, e a atual administração não tem nenhuma grande obra, a não ser a compra indiscriminada de cimento.

Declarando-se indignado com a posição da maioria dos vereadores, Sirotheau conclama a população a exigir dos vereadores uma conduta ética, moral e de coragem. "pois estou há três anos na câmara e já vi tanta barbaridade acontecer", e cita os casos do "absurdo de escantear o vice prefeito; colocaram goela abaixo da população um convênio com a Celpa onde todos os usuários tem que pagar taxa de iluminação pública onde não tem iluminação pública; o acordo com a caixa econômica para confissão de dívida e a prefeitura está em atraso com o FGTS por isso o município não está recebendo recursos do pró-moradia e pró-sanear".

Com todos estes fatos sendo levados a público através dos meios de comunicação, a população santarena toma conhecimento de uma parte significativa de irregularidades que acontecem tanto na prefeitura como na câmara municipal, o comprometimento de vereadores e a completa omissão do prefeito no sentido de esclarecer todos os fatos negativos que envolvem sua administração.

Porto de Santarém poderá escoar grãos

A secretaria de desenvolvimento do ministério dos transportes está realizando estudos e elaborando projetos com o objetivo de implantar o "corredor de transporte multimodal dos rios Tapajós e Teles Pires". A informação foi dada através de ofício do ministério dos transportes a reivindicação feita pelo deputado estadual Nivaldo Pereira (PPR), através da assembléia legislativa ao presidente Fernando Henrique Cardoso. O deputado santareno pediu apoio ao presidente da república para que o escoamento da produção de grãos, especialmente da soja da região Centro-Oeste, seja feito utilizando a rodovia Santarém-Cuiabá e o porto de Santarém.

Segundo a assessoria do deputado, os estudos que estão sendo feitos pela secretaria de desenvolvimento do ministério dos transportes para a elaboração dos projetos visando a implantação do corredor de transportes dos rios Tapajós e Teles Pires vai possibilitar o escoamento das produções agrícolas da região norte do Estado de Mato Grosso. O porto de Santarém servirá como o canal mais acessível e com menos gastos para que o Mato Grosso, a partir de seu principal pólo produtivo

que trata-se da cidade de Alta Floresta, onde existe uma grande produção de soja, venha ser beneficiado economicamente a partir do barateamento no transporte de sua produção que será exportada para países do exterior, principalmente para a Europa e Estados Unidos.

ASFALTAMENTO

De acordo com as informações, a primeira etapa dos estudos e projetos visam melhorar a navegabilidade do rio Tapajós até a cidade de Jacareacanga, onde o transporte deve prosseguir pela estrada. Com isso, surge nova possibilidade para que seja feito o asfaltamento da BR-163, a rodovia Santarém-Cuiabá, desde a divisa dos Estados do Pará e Mato Grosso até o município de Santarém. Na resposta encaminhada ao deputado Nivaldo, o secretário executivo do ministério dos transportes, Alcides Saldanha, afirma que os estudos e projetos vem sendo desenvolvidos em conjunto com as secretarias estaduais de transportes e da agricultura do Pará e Mato Grosso. Esse trabalho em conjunto visa chegar a um resultado mais concreto, a partir das informações e colaboração a ser dados por cada uma das secretarias envolvidas.

Entidades discutem melhoria do mercado agrícola

Um grupo de entidades que atua junto aos produtores rurais do Baixo Amazonas, batizado de Pró-Fórum de Entidades Ligadas à Pequena Produção, está organizando o Primeiro Congresso de Múnicípios e Pequenos Produtores Rurais do Baixo Amazonas, que ocorre no período de 23 a 26 de outubro próximo no Centro de Treinamento Emais. A intenção dos organizadores é reunir cerca de 170 representantes de comunidades agrícolas dos municípios que foram a região Oeste do Pará.

Segundo o coordenador da Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Santarém, padre José Boeing, o congresso pretende discutir a situação agrícola regional a partir da análise da produção, da comercialização e da articulação dos traba-



Padre José Boeing da CPT

lhadores e entidades de apoio. Ele considera que a pequena produção hoje vem sofrendo grande impacto diante da atual política neoliberal que abre perspectiva de comercialização apenas para a produção de grande porte. "Se ela não tem uma boa qualidade, ela também

é prejudicada porque não consegue mercado", disse. Ressaltou que a partir de experiências concretas que já existem no setor, tais como feiras, cooperativas e associações de produtores, vai ser possível tirar algumas linhas comuns para a conquista do mercado, com

um preço mais justo para os produtos.

Organização

Como forma de preparar o congresso, a equipe organizadora elaborou questionários que foi enviado às comunidades rurais, fazendo um levantamento da situação dos trabalhadores a nível de produção e comercialização. O objetivo do questionário é levantar previamente informações corretas para enriquecer as discussões no congresso. Os dirigentes das entidades de trabalhadores são orientados a responder o questionário em conjunto com a comunidade para especificar cada vez melhor a situação agrícola dos moradores. "Com estes questionários em mãos, nós teremos um diagnóstico da produção e comercialização agrícola do Baixo Amazonas.

Empresários reivindicam melhorias para região

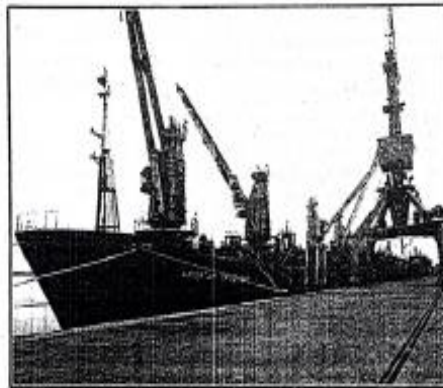
Um grupo de seis empresários representantes de associações comerciais de municípios localizados na região Oeste do Pará esteve participando, semana passada, em Belém, de um encontro promovido pela Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado do Pará. O encontro serviu para a classe empresarial paraense fazer um diagnóstico do seu estágio atual, levantando os diversos problemas que enfrentam, diante do momento econômico brasileiro.

A situação de pré-falência do setor da indústria, comércio e serviços, entretanto, não está desligada dos problemas políticos que emperram o desenvolvimento de ações capazes de gerar renda e, consequentemente, dinamizar o mercado. Diante disso, a delegação do Baixo Amazonas, se fez notar com um elenco de reivindicações capazes de incrementar o desenvolvimento regional e avançar a economia, gerando renda nos diversos setores de atividades.

Antes de viajar, os presidentes da Associação Comercial de Alenquer, Santarém, Monte Alegre, Itaituba, Oriziminá e Rurópolis se reuniram e levantaram uma pauta de reivindicações que vão desde a divisão do Estado do Pará até o melhoramento da rodovia Santarém-Cuiabá.

As reivindicações elencadas pelos empresários são as seguintes:


- * Asfaltamento da BR 163 (Santarém-Cuiabá), BR 230 (Transamazônica) e PA 254 (Terra Santa), visando viabilizar o escoamento da produção agrícola;
- * Vistas de energia elétrica para a região através do Linha de Tucuruí;



O Porto de Santarém mereceu pedidos de melhorias

- * Ativação do Sobras nos municípios da região;
- * Ampliação do porto de Santarém, visando a exportação de grãos do Centro-Oeste brasileiro para o exterior;
- * Viabilização de créditos para a região, com meios burocracia (FND, FDE e FINAME) e que os bancos, como o BASA e o Banco do Brasil sejam mais ágeis;
- * Preparação de mão-de-obra para a área agrícola, com a instalação de Escola Agropecuária Federal em Belém, com abrangência em toda a região oeste;
- * Descentralização das competências do Governo e prestação dos serviços do Estado para a região;
- * Descentralização da aplicação de tributos do Estado;
- * Zona de Livre Comércio para a região Oeste do Pará, considerando

- que estamos entre a Zona Franca de Manaus e Macapá;
- * Que o turismo da região seja tratado de forma mais empresarial, pois temos um potencial enorme a ser explorado;
- * Recursos para aproveitamento externo auto-sustentável, aproveitando as reservas biológicas, florestais e parques nacionais;
- * Intercâmbio entre a Fapiapa e associações comerciais do Oeste do Pará, buscando maior nível de informações;
- * Divisão do Estado do Pará para facilitar o desenvolvimento da Região Oeste, com reações contrárias a todos os meios e intenções vindas de fora;
- * Convidar os representantes da Fapiapa para conhecerem mais profundamente a região; e
- * Que a Fapiapa se empenhe na construção do Mercosul.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO D2
GRADUAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA**

AVISO DE EDITAL

A PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, ACADÊMICA, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, comunica aos interessados que se encontra afixado nos Campus Universitários de ABAETUBA, ALTAMIRA, BRAGANÇA, CAMETÁ, CASTANHAL, MARABÁ, SANTARÉM, SOURE, o EDITAL DE CONVOCAÇÃO dos alunos que ingressaram na UFPA, na década de 80 - período 80/89 e que ainda se encontram cadastrados nesta instituição.

Os alunos relacionados deverão comparecer a Coordenação dos Campus Universitários, até o dia 30 de outubro de 1995, quando será realizada a análise para verificação da real possibilidade de prosseguimento de estudos.

O aluno que deixar de comparecer ao Campus Universitário de origem no período acima fixado perderá, definitivamente o direito à matrícula na Universidade a partir do primeiro letivo intercalar de 1996.

Belém, 05 de Setembro de 1995

Prof.ª Mariene Rodrigues Medeiros Freitas
Pró-Reitora de Ensino de Graduação
e Administração Acadêmica
Visto: *Prof. Dr. Marcos Ximenes Ponte*
Reitor da UFPA

Laboratório Santarém
ANÁLISES CLÍNICAS

Atende:

- IPASEP • BANCO DO BRASIL • BASA
- UNIMED • FUSEX • EMBRATEL
- BANPARÁ • ASDEFA-MA

Dr. HOIAMA MIRANDA
Dr.ª ELIANE MIRANDA

Trav. Silva Jardim, 693 • Fone: (091) 522-4320
• Santarém - Pará

Dr.ª Valdenira Menezes
Médica Pediatra e Neonatologista

Espaço Médico Amazônia
Consultório: Trav. Silvino Pinto c/
Presidente Vargas Sala 104
Fone: 522-1751

Convênios: ASSEFAZ, EMBATEL, BASA, Telapará, Miteração Rio do Norte, Celgas, Banco do Brasil, Associação Comercial.

Corredor de Exportação

Investimento na hidrovia se paga em 10 anos

Segundo dados do relatório do 1º Seminário da Hidrovia do Tapajós, realizado no início deste ano em Alta Floresta (MT), a dimensão dos aspectos econômicos que o projeto de construção da Hidrovia do Tapajós já atingiram perspectivas atraentes para o Governo Federal e a iniciativa privada. Segundo simulações matemáticas utilizadas para ilustrar estudos preliminares da economia a ser movimentada, indicam seguramente,



O porto de Santarém, estratégico para o Mato Grosso

numa linha racional de análise que pode-se falar em transportar pela hidrovia, uma vez concretizada, em torno de 2,344 milhões de toneladas/ano, já por volta do ano 2.000, numa estimativa pessimista, e sem levar em conta os novos negócios que surgirão, em função da atividade principal, propiciada pela implantação de uma infraestrutura de baixo custo e grandes volumes, como novas áreas de produção agro-industrial, turismo, mineração e colonização de espaços inexplorados no vale do Tapajós.

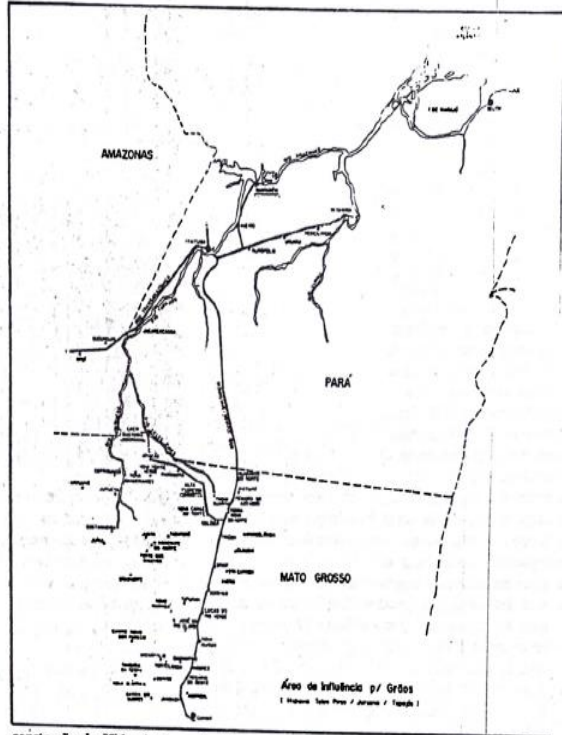
A posição estratégica de Santarém é plenamente considerada em todas as análises técnicas, políticas e econômicas no projeto da hidrovia. As lideranças

políticas, empresariais e até mesmo pessoas da população que habitam o norte do Mato Grosso vêem Santarém, às margens do Tapajós/Amazonas como uma meta a ser realizada, como desejar uma saída para o mar e como uma realização final.

O documento avalia ainda que uma das mais importantes peças de venda da Hidrovia do Tapajós, reside na possibilidade imediata do projeto decolar sob a gerência do setor privado, posição que o Governo Federal acena com entusiasmo, seja pela possibilidade legal das concessões, seja pela garantia de recursos financeiros através do BNDES, evidentemente sem a exclusão do setor

público no investimento. Por outro lado, a operacionalização do projeto da hidrovia não fica condicionado a sua conclusão total. Seu desenvolvimento, segundo o modelo econômico adotado, deverá ser pago equilibrado no prazo de no máximo 10 anos.

Os estudos técnicos do projeto de construção da Hidrovia do Tapajós está sendo levantado pela Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental (AHIMOR)/Companhia Docas do Pará (CDP), que prevê a construção de uma rodovia a partir do centro de produção de grãos do norte do Mato Grosso, em conexão com a malha já existente, numa extensão de 340 quilômetros até Jacareacanga, interligada a



construção da Hidrovia do Tapajós com 720 km, de Jacareacanga até Santarém, cuja as principais obras serão a construção de eclusas e canais nas corredeiras de São Luís e Cachorrão. O custo total do investimento é na ordem de 254 milhões

de dólares, com uma área de influência para grãos de 711.000 Km², limitando-se aos municípios de Alta Floresta, Apiacás, Cláudia, Colider, Guarantã do Norte, Itaíba, Juará, Nova Canaã Monte, Paranaíta, Peixoto de Azevedo, Porto

dos Gaúchos, Sinop, Sorriso e Terra Nova, Lucas do Rio Verde, Marcelândia, Matupá, Tapurá e Vera, no Mato Grosso, além de Itaituba, Santarém, Juruti, Aveiro, Rurópolis, Uruará, Medicilândia e Altamira, no Pará.

Curuá, uma praga transformada em sucesso

As amêndoas de uma...

ou em touceiras, misturan...

pesquisadores da UFPA e

empresário paulista Edm...

Inkra desapropria fazenda para os sem-terra

Itaituba - Depois de quase dois meses de acampamento em frente à sede do Inkra em Miriúba, os agricultores sem terra conseguiram a liberação de uma parte da fazenda do empresário Antônio Bernardo, localizada no distrito de Barrocas, município de Itaituba. O Inkra já fez a desapropriação de uma área para assentar as

famílias dos sem-terra. Inicialmente, 24 famílias receberiam um lote para trabalhar. Cerca de 200 famílias iniciaram o acampamento em maio passado, quando o empresário tentou impedir a desapropriação da fazenda que contém mais de 4 mil hectares de terras e foi considerada improdutivo pelo Inkra. A luta

em defesa das 1.200 hectares que seriam entregues aos colonos começou por Brasília, devido sua influência junto à classe política. Lá, ele tentou bloquear a desapropriação, até mesmo depois que o processo já estava bem adiantado e os colonos já haviam desocupado a sede do Inkra.

Fome - Cansados de esperar

por uma solução, os agricultores voltaram para a frente do Inkra em Miriúba, dispostos a tudo para conseguir a terra. A manifestação chamou atenção das entidades ligadas à defesa dos trabalhadores do campo que resolveram pressionar o Inkra em seus esboços mais altos. Durante os últimos dias do acampamento, segundo denunciou em Santarém o coordenador da CPT, padre José Boing, muitas crianças estavam passando fome pois as famílias já haviam acabado com o estoque de alimentos que trouxeram da roça.

Na ocasião, o padre alertava para o desrespeito aos direitos humanos e pediu o apoio da sociedade para pressionar o governo a solucionar o problema. "Não queremos que se repita aqui um outro Eldorado de Carajás", dizia José Boing.

Vitória - O presidente do Sindicato dos Trabalhadores

Rurais de Itaituba, Luis Ivan, considerou que o protesto, apesar de todas as adversidades, saiu vitorioso, pois alcançou seus objetivos. Luis, que se negava a assumir a responsabilidade pelo acampamento, avaliou que a demora na demarcação da terra estava deixando revoltados os colonos que "já não aguentavam mais ouvir promessas".

No começo da manifestação, Luis Ivan chegou a alertar para esse fato que poderia gerar um conflito social sem precedentes. Segundo ele, os pais de família não conseguem entender o processo burocrático do Inkra para desapropriar uma área de terra que não está servindo para produzir nada. Seu temor era que em maio passado, mas ainda não foram colocados em prática. Luzia disse não ter nenhum: previsão quanto ao: empréstimos do FNO para e pequeno produtor, este ano.

encontro, no início desta semana que teve o objetivo de discutir a ações do FNO Especial para este ano. O evento reuniu dezenas de lideranças ligadas ao trabalho rural, principalmente a associações de produtores, num promoção do sindicato de categoria. Esteve presente o presidente da FETAGRI no Pará Roberto Faro, que orientou a discussões sobre o assunto.

Segundo o presidente da STR, Luzia Fai, até o momento o Bessa e os outros bancos que administram o FNO ainda não se manifestaram quanto as linhas de crédito para este ano. Muitos acordos foram feitos durante o Grito da Terra Brasil, realizado em maio passado, mas ainda não foram colocados em prática. Luzia disse não ter nenhum: previsão quanto ao: empréstimos do FNO para e pequeno produtor, este ano.

Mato Grosso faz o estudo de viabilidade da BR-163



A iniciativa privada pode ser a alternativa de asfaltamento da Santarém-Cuiabá

A Associação de Desenvolvimento Regional para Conclusão da BR-163, que tem sede no município de Sorriso, no Mato Grosso, contratou os serviços de uma empresa especializada para realizar um estudo de viabilidade econômica da rodovia Santarém-Cuiabá. O trabalho, que começará brevemente, será realizado entre as cidades de Rondonópolis (MT) e Santarém. "Com esse trabalho nós pretendemos aglutinar o povo pró-conclusão da BR-163", explica o presidente da entidade, Jorge Antonio Baldo.

Segundo ele, o levantamento vai contabilizar toda a produção dos municípios que margeiam a estrada Santarém-Cuiabá, nos estados de Mato Grosso e Pará, fazendo uma projeção macroeconômica para os próximos 10 anos. Com esse projeto em mãos, o movimento pretende protocolá-lo no Ministério dos Transportes, reforçando a reivindicação do asfaltamento da estrada.

Conscientização - Jorge Baldo explicou que o principal trabalho da entidade que preside, é promover a conscientização do povo para que ele possa reivindicar o seu direito, através de suas entidades representativas. "Fazer com que as autoridades percebam que o povo está organizado e reivindicando a conclusão da estrada, como forma de promover o desenvolvimento sócio-econômico dessa população que já fez o progresso. Esse povo já colocou essas autoridades no poder e elas, agora, têm que praticar a reciprocidade com atos políticos em favor desse povo", disse ele.

custo do frete", disse ele, esclarecendo que o produtor paga atualmente 4 reais por cada saca de grão que sai pelos portos exportadores do sul e sudeste. Uma saca de soja é vendida atualmente por 10 reais, o que significa que o frete leva quase a metade do valor do produto. No contexto produtivo, só do município de Sorriso, onde a produção anual é de 12 milhões de sacas, o custo-frete representaria uma economia de 48 milhões que permaneceria circulando na região.

Alternativas - O presidente Jorge Baldo observou que a conclusão do asfaltamento da rodovia Santarém-Cuiabá está entre três alternativas. A primeira é cobrar do governo federal a promessa feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em Santarém e no Mato Grosso durante sua campanha eleitoral, de que faria o asfaltamento da rodovia durante seu governo.

Outra opção é a União permitir parcerias com a iniciativa privada para que ela possa realizar o serviço e explorar o potencial econômico de toda a sua extensão. Jorge acredita que a outra seria aliar-se diretamente para os empresários, uma vez que toda a área cortada pela estrada possui grande potencial econômico. Ele salienta, que só no município de Sorriso existem ainda 500 hectares para serem incluídos no processo produtivo da agricultura e pecuária.

No peito e na rapa - Por último, aquela liderança empresarial aponta como saída a união de forças entre todos os municípios situados ao longo da estrada para a formação de uma entidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM COORDENADORIA DE TERRAS DO MUNICÍPIO

EDITAIS DE AFORAMENTO

O Coordenador de Terras do Município, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 6.594/73 - SEC, de 14 de Agosto de 1973, artigo 5º, FAZ SABER, aos que do presente Edital vierem ou dele tiverem notícias que estão sendo pretendidos Aforamento no Bairro da Floresta (São Francisco) pelas seguintes requerentes, estando o Edital de Aforamento com informações detalhadas afixado no quadro de avisos nesta Coordenadoria:

- 1) DILMA DA COSTA CARNEIRO - Processo nº. 0441/96 - Terreno situado à Rua Arara Amarela, esquina com a Rua "B" (Quadra 06-lote nº 01) - Bairro da Floresta, medindo 16,00 metros de frente por 25,00 metros de fundo, limitando-se: ao Sul com a Rua Arara Amarela; ao Oeste com Maria de Fátima Souza (lote nº. 02); ao Leste com a Rua "B"; ao Norte com Maria das Graças Ferreira (lote nº. 15).
- 2) MARIA DILENA DA SILVA - Processo nº. 0442/96 Terreno situado à Rua Arara Amarela, entre as Ruas "B" e Castanheira, (Quadra 06-lote nº 03) - Bairro da Floresta, medindo 08,00 metros de frente por 25,00 metros de fundo, limitando-se: ao Sul com a Rua Arara Amarela; ao Oeste com Maria Dilena da Silva (lote nº. 04); ao Leste com Maria de Fátima Souza (lote nº. 02); ao Norte com Maria Guimaraes Silva (lote nº. 17).
- 3) DANIEL MACHADO SANTOS DA CRUZ - Processo nº. 0435/96 - Terreno situado à Rua dos Tucanos, entre as Ruas "A" e "B", (Quadra 07-lote nº. 22) - Bairro da Floresta, medindo 08,00 metros de frente por 25,00 metros de fundo, limitando-se: ao Sul com a Rua dos Tucanos; ao Oeste com Orlando Antonio Figueira de Andrade (lote nº. 23); ao Leste com Afonso Oliveira do Monte (lote nº. 21); ao Norte com Maria da Conceição Vasconcelos Corréa (lote nº. 47).
- 4) EXPEDITO ANTONIO DA COSTA - Processo nº. 0422/96 - Terreno situado à Rua dos Tucanos, entre as Ruas "B" e Castanheira, (Quadra 06-lote nº. 26) - Bairro da Floresta, medindo 08,00 metros de frente por 25,00 metros de fundo, limitando-se: ao Norte com a Rua dos Tucanos; ao Leste com Edmar Lima de Costa (lote nº. 25); ao Oeste com Maria Rosinete Pinto Corréa (lote nº. 27); ao Sul com Francisco Leandro Tavares Leal (lote nº. 12).
- 5) ADENILTON BENTES - Processo nº. 0438/96 - Terreno situado à Rua dos Tucanos, entre as Ruas "A" e "B", (Quadra 07-lote nº 06) - Bairro da Floresta, medindo 08,00 metros de frente por 25,00 metros de fundo, limitando-se: ao Sul com Rua dos Tucanos; ao Oeste com Rosa Maria Campos dos Santos (lote nº. 07); ao Leste com Raimundo Nonato da Silva (lote nº. 05); ao Norte com Raina dos Santos Albarado (lote nº. 31).
- 6) PAULO LOPES DE SOUSA - Processo nº. 0424/96 - Terreno situado à Rua Arara Amarela, entre as Ruas "A" e "B", (Quadra 05-lote nº. 20) - Bairro da Floresta, medindo 08,00 metros de frente por 25,00 metros de fundo, limitando-se: ao Sul com a Rua Arara Amarela; ao Oeste com Francisca de Lima Alves (lote nº. 21); ao Leste com Francisco Pinto de Queiroz (lote nº. 19); ao Norte com Luciana Brito (lote nº. 45).
- 7) JOSÉ RIBEIRO DE AGUIAR - Processo nº. 0434/96 - Terreno situado à Rua dos Tucanos, entre as Ruas "A" e "B", (Quadra 07-lote nº. 12) - Bairro da Floresta, medindo 08,00 metros de frente por 25,00 metros de fundo, limitando-se: ao Sul com Rua dos Tucanos; ao Oeste com José Alexandria Matias (lote nº. 13); ao Leste com Leonilson Guimaraes Oliveira (lote nº. 11); ao Norte com Elizia Mota de Oliveira (lote nº. 27).
- 8) MARIA DA RAÚDE NUCUEIRA DA SILVA - Processo nº. 0431/96 - Terreno situado à Rua Rousinol, esquina com a Rua "A", (Quadra 07-lote nº. 26) - Bairro da Floresta, medindo 08,00 metros de frente por 25,00 metros de fundo, limitando-se: ao Norte com a Rua Rousinol; ao Leste com a Rua "A"; ao Oeste com Francisco Cruz da Silva (lote nº. 27); ao Sul com Francisco Araújo Miranda (lote nº. 01). Convida os interessados ou quem se julgar prejudicado com a concessão do respectivo aforamento, para suas reclamações por escrito, dentro de 15 dias, para o endereço: Rua dos Tucanos, nº. 21, Bairro da Floresta, Santarém, PA.

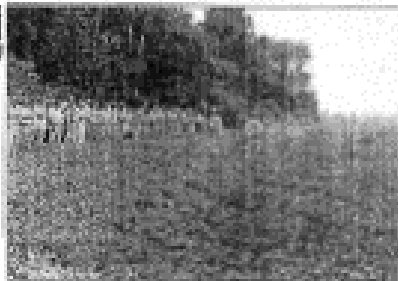
Soja - Uma esperança para Santarém

Por: José Augusto

Depois de décadas de luta, a agricultura em Santarém ganhou um novo horizonte. A soja chegou para ficar e se tornou uma das principais culturas da região. Isso representa uma grande oportunidade para o desenvolvimento econômico da cidade e para a geração de empregos para a população local.

Desde o ano 2000, a soja vem sendo cultivada em Santarém, inicialmente em pequenas áreas. Com o tempo, a cultura se expandiu e hoje ocupa uma grande parte do território municipal. Isso demonstra o sucesso da iniciativa e a importância da soja para a economia local.

Os produtores locais estão cada vez mais interessados em melhorar a produtividade e a qualidade da produção. Isso requer investimentos em tecnologia e capacitação dos produtores.



Trabalhadores rurais em um campo de soja em Santarém.

Para isso, é necessário que haja apoio técnico e financeiro. O Banco do Brasil tem se destacado nesse sentido, oferecendo linhas de crédito e programas de assistência técnica para os produtores locais.

Além disso, é importante que haja investimentos em infraestrutura, como estradas e irrigação. Isso é fundamental para garantir a produtividade e a sustentabilidade da produção de soja em Santarém.

Esses investimentos são essenciais para que a soja continue a crescer e se tornar uma das principais fontes de renda para a população de Santarém. Isso representa uma verdadeira esperança para o futuro da cidade.

Com o apoio do Banco do Brasil e dos produtores locais, a soja continuará a ser uma das principais culturas de Santarém. Isso demonstra a importância da parceria entre o setor público e o privado para o desenvolvimento econômico da cidade.

A soja representa uma grande oportunidade para o desenvolvimento econômico de Santarém. Isso requer investimentos em tecnologia e infraestrutura, mas o potencial é enorme.

Com o apoio do Banco do Brasil e dos produtores locais, a soja continuará a ser uma das principais culturas de Santarém. Isso demonstra a importância da parceria entre o setor público e o privado para o desenvolvimento econômico da cidade.



Um produtor rural segurando uma colheita de soja em Santarém.



Dois produtores rurais conversando em um campo de soja em Santarém.



Trabalhadores em um campo de soja em Santarém.



Um produtor rural em um campo de soja em Santarém.

Banco do Brasil
Um banco de braços dados com o progresso. Nós acreditamos em Santarém.

Banco da Amazônia
Pronto apoiar o desenvolvimento da Amazônia.

Derrota não abala Wirland. Veja à pág. 20

Itaituba

Tomázia Oliveira - Fotos: Paulo César

Taxista chama vereador de leviano. Veja à pág. 21

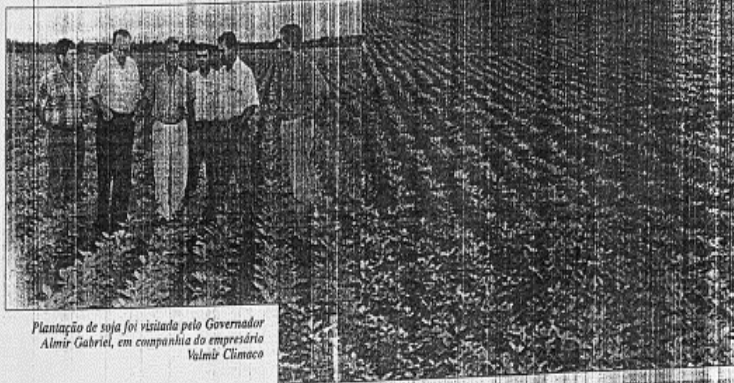
Soja deu certo na Transamazônica

▶ O plantio da cultura de soja no Km 23 da Transamazônica, de propriedade do agricultor Walmir Climaco, vai obtendo sucesso.

O plantio da cultura de soja no Km 23 da Transamazônica, de propriedade do agricultor Walmir Climaco, vai obtendo sucesso. De acordo com afirmativa de Walmir o seu plantio de soja já não é mais considerado apesar de lagartas e de não ter recebido apoio de políticos. Quando iniciamos o plantio com campos com 200 hectares e colhemus bons resultados, garante.

Para Walmir são três os fatores básicos para que investimento em soja de certo: trabalho, economia e tecnologia. Disse que plantando várias espécies de sementes o resultado é mais expressivo e mais lucrativo para a região, assegura o agricultor.

Confirma que o apoio que recebeu foi através da empresa Alma Santa, que recebeu recursos do governo do estado, além de ter investido na parceria conosco. A política agrícola do governo federal está errada. O agricultor brasileiro se atola em dívidas pagando altos juros para poder investir na agricultura.



Plantação de soja foi visitada pelo Governador Almir Gabriel, em companhia do empresário Walmir Climaco

além de ter que emprestar dinheiro junto a instituições bancárias, reclama Walmir.

E salienta que o governo paraense deveria fazer como acontece no estado do Amazonas, que compra o adubo, o calcário, a semente e investe na agricultura. Os resultados são excelentes. "Só em uma colheita foram colhidos 14 mil hectares de arroz de um projeto desenvolvido no município de Humaitá", exemplifica o agricultor.

Ouro e Madeira - Para Walmir Climaco o melhor investimento que se possa fazer na região ainda é através do ouro e da madeira. A agricultura ainda é um processo demorado. Mas existe

uma grande esperança de que ela se afirme como a futura redenção do setor agrícola paraense. E cita que a soja é o último produto a ser comercializado, isso porque antes vem o arroz, o milho e o feijão irrigado. Os prazos para produção são bem menores do que o da soja, assegura o agricultor.

Segundo ele, apesar do longo prazo para que a agricultura consiga ser forte, a única culpa em isso tudo é dos políticos que na hora de colocar em prática os projetos para o setor agrícola, fogem de campo e deixam os agricultores abandonados. Ainda assim acreditamos que tudo vai acontecer, sentencia Walmir Climaco.

JADER DESPISTA CANDIDATURA

Durante convenção estadual do PMDB realizada em Belém, na Assembleia Legislativa (domingo 24) o senador Jader Barbalho, por primeira vez desistiu acerca de sua possível candidatura ao governo do Pará. Disse ele que "estou ainda examinando a questão de me candidatar ou não ao governo do Pará". Foi a resposta que deu em seu pronunciamento aos convenções que se fizeram presentes ao plenário da Assembleia.

Disse que recebeu um pedido dos integrantes do PMDB na cidade para "ser uma presença mais firme a nível de política do bit", mas garantiu que tem recebido apelo para que se candidate ao governo do estado, apesar desse pedido. A manifestação de solicitação das mídias também pelos resultados que o colocam em primeiro lugar a frente do governador Almir Gabriel. O seu posicionamento será dado no curto prazo, garantiu o senador.

Sociedade

Os 15 anos de Waldinia



Lía e Iolanda - Foram as aniversariantes dos dias 3 e 11 deste mês. As duas receberam congratulações de familiares e amigos.

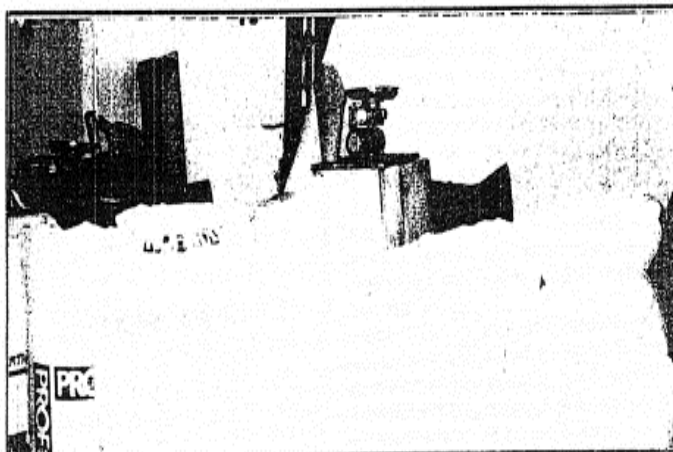
Lía e Iolanda, receberam parabéns dos amigos

— Produtor rural em festa —

Todo o produto básico consumido pela população passa pelas mãos calejadas do produtor rural. O feijão, a farinha, as variedades de verduras e legumes, a abóbora, a macaxeira e as frutas regionais... enfim, o trabalho, nem sempre reconhecido, do homem rural que optou pelo cultivo da terra está exposto nas feiras.

É ele quem está de parabéns, hoje. A data é festejada de forma diferente. Não há manifestação pública com pronunciamentos, mas uma "feira festiva", como intitulou a coordenação do evento.

Essa feira festiva, coordenada pela Associação dos Produtores Rurais de Santarém - Aprusan, consiste em animar a Feira do Mercado Dois Mil enquanto o consumidor faz suas compras de sábado. A coordenação também deve distribuir brindes em sorteios.



Farinha: do produtor para o consumidor. Essência na mesa do santareno.

Essa mesma programação deverá ser repetida em Cipoal, comunidade do prefeito Lira Maia e da presidente da Aprusan, Fátima Maia. Festejo maior dos produtores é o convênio que a associação firmou com a Secretaria

Municipal de Agricultura para realizar cursos de formação aos agricultores.

A Aprusan também deve presentear a Apae - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais, com a doação de alimentos para a entidade.

O desafio do produtor rural

Em tempos de tecnologia, sobreviver com trabalho primitivo e artesanal é um desafio. É esse desafio que assumem os produtores rurais. Eles formam a grande maioria que abastece a população de alimentos. São eles também que continuam a desenvolver o cultivo da terra desafiando todas as novas tecnologias e os investimentos em alto montante.

A região desponta como promissora para o cultivo da soja. O município dispõe de um plano acreditando nessa

cultura. Mas isso não fica para a grande maioria, pois requer investimentos, equipamentos e estudos mais eficazes da terra. Por isso, a maioria continua produzindo dentro de suas limitações.

A produção do município é tímida. Não em quantidade, mas em qualidade. Em termos de quantidade a produção chega a superar as expectativas. Em época de safra isso é evidenciado com os cítricos, como laranja. Por falta de indústria que possa aproveitar melhor a produção, uma variedade de frutas em

quantidade considerável é perdida.

Os produtores, por sua vez, reclamam que há falta de apoio nos financiamentos. Os bancos exigem uma série de critérios, de forma que eles vêm inviabilizados os financiamentos.

A iniciativa da Secretaria Municipal de Agricultura em promover um curso de formação dos produtores é uma ocasião em que eles poderão aproveitar para, não apenas atualizar seus conhecimentos, mas também implementar sua prática.

GOVERNADOR CONFIRMA PROJETOS DE PLANTIO DE SOJA NO PARÁ

Aproveitando a passagem por Belém quando da assinatura do termo aditivo ao convênio de cooperação técnica entre Governo do Estado e Banco do Brasil, semana passada, o governador Almir Gabriel aproveitou a presença do presidente do Banco do Brasil, Paulo César Ximenes, para anunciar as áreas de plantio de soja onde tendem a crescer no Pará

Além de lembrar que o Estado tem projetos direcionados ao plantio de dendê e cacau. Os números neste campo, ressaltou o governador, são grandiosos. Exemplo clássico são os três milhões de hectares disponíveis, no Estado, para o plantio do dendê, observou.

Disse ainda que as áreas para o plantio de soja também tendem a crescer no Pará. E que o Banco do Brasil terá participação efetiva no desenvolvimento desse setor. Paulo César Ximenes afirmou que "a ação do agente financeiro tem que estar em consonância com o Governo", e lembrou que o objetivo do Governo, que é de gerar emprego e renda, serão alcançados com o termo aditivo.

"Em muitos casos são pessoas marginalizadas", afirmou o presidente do Banco do Brasil, referindo-se aos trabalhadores beneficiados pelo Proger - Pro-



▲ Almir Gabriel em um projeto de Soja

grama de Geração de Emprego e Renda. Esse fato resalta a importância do convênio assinado entre o Governo do Estado e o BB. Paulo César Ximenes admi-

tiu, entretanto, que é difícil equacionar a competitividade do banco no mercado com projetos de desenvolvimento. Vários trabalhadores beneficia-

dos pelo Proger nunca sequer pediram empréstimo bancário. Por isso, declarou ele, "ficamos contentes com a parceria estabelecida com o Governo do Estado".

Municípios festejam visita do governador

Cerca de 1.500 pessoas, em cada um dos três municípios, receberam com alegria o candidato à reeleição.

Uma grande carreta marcou a visita que o candidato à reeleição pela Coligação "União pelo Pará", Almir Gabriel fez na manhã (dia 23, quinta-feira, ao município de Vizeu.

Receberam o candidato também os moradores dos municípios de Mãe do Rio e São Miguel do Guamá, na região Nordeste do Estado.

Na visita aos três municípios, Almir Gabriel sentiu de perto a receptividade da população, que chamava seu nome e cantava a música de campanha "Almir faz, Almir fica", com bandeiras nas mãos. Nem mesmo a chuva que caiu, duas vezes, durante o comício em Vizeu, afastou as pessoas do

local. No início da noite, já em Mãe do Rio, a chuva também se fez presente, o que não diminuiu a alegria das pessoas.

Com um discurso pontuado pelas realizações feitas durante sua administração e o pedido de continuidade para que o Pará alcance o pleno desenvolvimento, Almir Gabriel prendeu a atenção das pessoas durante os cerca de 45 minutos de duração de seu discurso, em cada município. A popula-

ção que participou dos comícios também participou, respondendo às perguntas de Almir Gabriel, dando um tom de descontração ao ato.

Nos municípios Almir recebeu o apoio dos três prefeitos à sua candidatura. Em Vizeu, a prefeita Astrida Cunha (PPS) afirmou que "dará o sangue para reelegê-lo". O prefeito de Mãe do Rio, Joel Nunes (PPB), não poupou elogios ao governo de Almir Gabriel, "que mais fez e faz pelos municípios paraenses". Já o prefeito de São Miguel do Guamá, Nenê Lopes (PL) enumerou as obras de parceria entre o Governo do Estado e Prefeitura, entre as quais pavimentação de ruas, estradas e recuperação da sede da



ALMIR LIDERA PESQUISAS

Duas recentes pesquisas de opinião pública mostram a preferência do eleitor paraense pelo candidato do Governo do Estado da coligação "União pelo Pará", Almir Gabriel (PSDB), que está em crescente vantagem sobre seus adversários.

A última foi realizada pela revista Isto É em todos os Estados da Federação. A pesquisa publicada na edição de 22 de julho, mostra que a candidatura Almir Gabriel representa 40,4% da preferência do eleitorado contra 36,3% do candidato do PMDB e 13,5% do candidato do PSB.

A pesquisa foi realizada nos meses de abril, junho e julho e teve uma margem de erro de 3,5%. A revista mostra ainda a situação da eleição para presidente da República nos Estados. No Pará, o candidato do PSDB, Fernando Henrique Cardoso continua na preferência do eleitor, passando de 31,4% em maio para 50,1%. Com essa porcentagem, o candidato aumentou a vantagem sobre Lula, candidato do PT, que tem 29% no Estado.

O Instituto Vox Populi

também realizou uma pesquisa no período de 13 a 16 de junho, publicada no dia 4 de julho por um jornal de circulação no Estado. A pesquisa mostra a preferência de 1.285 eleitores paraenses, sendo que 584 são eleitores de 38 municípios paraenses. Na pesquisa estimulada, Almir Gabriel aparece com 34% das intenções de voto, em seguida o candidato do PMDB, com 25% e do PSB, com 15%. O percentual de votos em branco e nulos foi de 3% e o total de indecisões, 7%.

A pesquisa espontânea mostrou que 27% dos 1.285 eleitores votariam em Almir Gabriel; 14% votariam no candidato do PMDB e 9% no candidato do PSB. Na capital paraense, Almir Gabriel continua com larga vantagem sobre os adversários com 42% de preferência em um total de 400 entrevistados, na pesquisa estimulada. Na pesquisa espontânea, a preferência continua com o tucano: 34% contra 12% do candidato do PSB e 10% do candidato do PMDB.



FATOS & FATOS

FATOS & FATOS

FATOS & FATOS

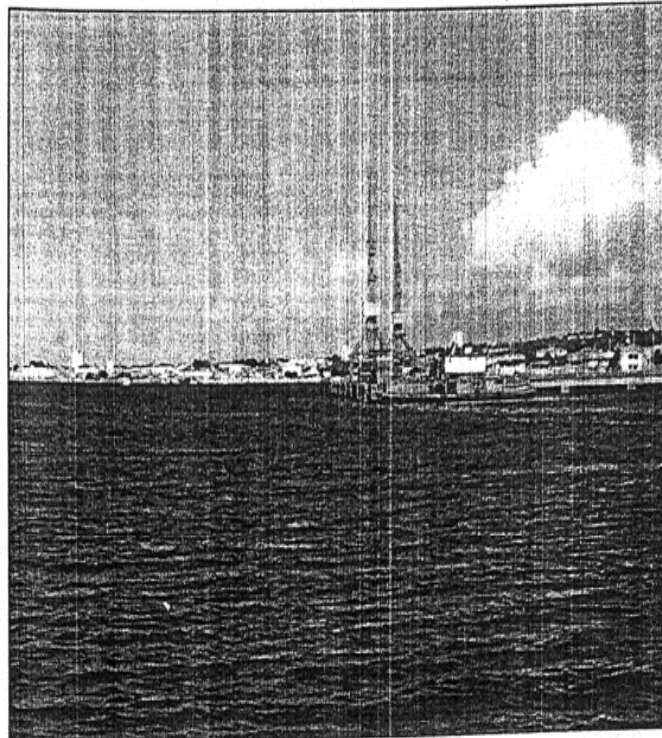
CELSO FURTADO

CELSO FURTADO

O preço do progresso custa caro

Parece que Santarém está marcada para ficar como está. Tudo porque um grupo de defensores do meio ambiente achou que deve embargar qualquer atividade que venha trazer o progresso para a cidade. Recentemente vários pedidos de empresários e apelos da população para reativar a ampliação do cais do porto foram feitos, e com muita política e espírito comunitário se chegou a conclusão de que é preciso aumentar o atracadouro e aparelharlo com modernas máquinas para facilitar o embarque de grãos que virão das plantações de soja da região, que hoje já se tornou uma realidade.

Esse projeto há muitos anos vinha sendo estudado para colocar Santarém no cenário agropecuário nacional, e com isso poder trazer recursos para a cidade. Várias idas e vindas de políticos à Brasília conseguiram transformar o sonho em realidade e colocar recursos do orçamento da União destinados à ampliação do porto de Santarém. Depois de tanto sacrifício, houve a vitória, e as obras iniciaram. Agora querem paralisar. Hoje surge uma organização não oficial, com sede em Santarém, levantando a bandeira da proteção do meio ambiente com a finalidade de justificar a tomada de dinheiro dos gringos, e quer com isso embargar a obra de tamanha importância para a cidade. Sabemos que várias entidades ecológicas que se instalaram por aqui, só querem aparecer às custas do progresso. São esses os métodos usados pelos seus diretores que procuram mostrar serviço às custas de barulho, é o que só sabem fazer. Pergunta-se:



Ampliação do Cais do Porto não é bem aceita por parte da população

ajudar combater a fome no mundo? Será que não tinha melhor repercussão? Não queremos aqui sermos radicais, mas apenas registar um pensamento de um santareno que quer ver a Pérola do Tapajós sair desse marasmo em que vive hoje.

Só para lembrar os esquecidos. A área do cais do porto de Santarém, anos atrás, era totalmente ocupada por moradores com direito de posse do seu pe-

mada em prosa e verso. Mesmo assim, ninguém falava em punir o dono do estaleiro, o saudoso Capiberibe, e a praia continuou servindo a população que já está consciente que dentro em breve irá sumir dando lugar a continuação do cais de arrimo ligando com a avenida Tapajós. Todos foram devidamente indenizados, depois de um levantamento minucioso dos técnicos da CDP. Quanto aos barraqueiros, todos sabem que em

até quando for possível, e logo que a Cia Docas do Pará precisar, eles terão que sair. Não é dessa forma que se protesta. É preciso apresentar alternativas. O meio ambiente em que vivemos deve ser preservado de forma educada e consciente. Quanto ao progresso, desde que seja ordenado obedecendo todos os padrões técnicos, deve ser bem vindo. Santarém precisa se expandir em todos os sentidos. Somente assim

SECRETARIA DE SAÚDE CADASTRA PRESTADORES DE SERVIÇOS

Com a municipalização da saúde em Santarém todos os profissionais da área estão sendo chamados para se cadastrarem junto ao SUS. Laboratórios e hospitais particulares que estiverem interessados em trabalhar em parceria com o município deverão se dirigir até a SEMSA para receber as orientações. Todo o sistema de saúde municipal terá uma central de internações, que facilitará o atendimento à população.

UM DOS RESULTADOS DAS MUDANÇAS NA SAÚDE

O SUS, Sistema Único de Saúde, tem

José Carlos Machado

Uma praga de lagarta (ou cigarrinha) está atingindo as plantações dos produtores rurais da comunidade da Rodovia Santarém-Cuiabá.

Produtores preocupados com pragas na plantação

O técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Enivaldo Rebelo afirmou que as chuvas irão contribuir para eliminar a praga. "A incidência não é alarmante, e segundo informações ocorreram em casos isolados, mas a situação está controlada", garantiu Rebelo, justificando que no caso da cigarrinha, o próprio controle é biológico. Não convém colocar veneno, porque com a chegada do pasto e consequentemente essa praga vai desaparecer.



Uma praga de lagartas deixa produtores preocupados

"Essa eliminação desaparece naturalmente", disse o técnico. Como a informação não chegou oficialmente à Emater, os técnicos vão procurar obter melhores informações sobre o assunto, pois neste período ocorrem poucos plantios.

Agro-indústria em Jacamin - A Emater/Pa mantém parcerias com a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SEMAB) e associação de produtores rurais, que trabalham juntamente com outros órgãos de assistência técnica para concluir um projeto de beneficiamento de café na região do Jacamin. De acordo o técnico da Emater, Enivaldo Rebelo, o projeto de agro-indústria para aquela

comunidade está orçado em 55 mil reais e os recursos constam no Orçamento do Estado, com contrapartida do município. "Neste projeto constam as dimensões dos galpões onde ficarão as máquinas de beneficiar arroz, com a eliminação da casca e outras impurezas, para com isso garantir melhores preços no mercado. No orçamento também consta a verba para aquisição de equipamentos, mão-de-obra e veículos, tudo bem estabelecido e completo. Não é um projeto caro e poderá servir de modelo para região," disse Rebelo. A partir de agora, o projeto depende da parte política para conseguir a liberação dos recursos.

Professores vão receber 12% de aumento salarial

UEPA implanta

Cargill é criticada por incentivar êxodo rural e a devastação do meio ambiente

Já são colocados graves problemas com a presença da empresa na região, como por exemplo a denúncia de contaminação de animais pelo uso de agrotóxicos

Por Paulo Leandro Leal Da Redação

Com a inauguração do porto graneleiro da Cargill, na próxima segunda-feira, 14, entidades da região reforçam o alerta de que a empresa é na verdade uma grande propulsora da devastação ambiental na região, e promove o crescimento desordenado. Além disso, já são colocados graves problemas com a presença da empresa na região, como por exemplo a denúncia de contaminação de animais pelo uso de agrotóxicos nas lavouras de soja.

O vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém - STR -, Raimundo Lima, disse que não é contra ou a favor da Cargill, mas a maneira como a empresa se instalou em Santarém. Raimundo Lima explica que há um grande desordenamento no campo, com uma fuga em massa para a cidade. "Nunca houve tanto êxodo rural em Santarém como agora", informa o presidente do STR. Segundo ele, a agricultura familiar está em extinção e a monocultura pode transformar a região num deserto, como aconteceu em outras áreas. Além disso, Raimundo alerta para a intensificação dos conflitos no campo, principalmente devido ao aumento da prática do grilagem de terras. "Até hoje tem um



O funcionamento do porto deverá provocar grande impacto ambiental

processo na Justiça Federal de embargo feito pelo Ministério Público em Santarém solicitado por algumas entidades ambientais e sociais, e este processo não foi julgado ainda", informou o diretor da Rádio Rural, padre Edilberto Sena. Ele continua criticando a Cargill dizendo que para quem tem o mínimo de bom senso, considera o porto uma invasão ao rio com um impacto ambiental. "Não se tem até o momento informação do que será feito com os restos de soja que cairão ali. Se fala de outras experiências, como no porto de Itaquariá, onde o mau cheiro é muito forte. Tudo isso são impactos ambientais", alerta Edilberto.

Desafio - Ele demonstrou uma preocupação ainda maior quanto à questão econômica e social. "O porto da Cargill vai servir meramente para transportar o grão da rodovia para o navio. Vai sobrar pouca coisa para a economia da região", explica o padre. Segundo ele, as multinacionais não têm nenhum senso nem conhecimento sobre a Amazônia e muito menos preocupação social e econômica com a população. "É simplesmente porque o porto de Santarém, para toda a produção de soja do Centro Oeste brasileiro, é o porto mais próximo da Europa, do Canadá e da América do Norte", alega Edilberto.

"É um desafio à Cargill e

anunciar no dia da inauguração que vai instalar ainda esse ano uma fábrica de esmagamento de soja para produzir óleo e carne de soja. Se isso acontecesse, eu tiraria o meu chapéu e retiraria todas as minhas críticas à Cargill", desafiou padre Edilberto. Para ele, o presidente Lula deve realizar seu compromisso de campanha, pois ele prometeu que ia dialogar com a Cargill para que houvesse esse agregamento de valor ao produto. "A minha maior crítica é que se faz uma violência ambiental e não tem garantia nenhuma de geração de emprego e renda para a juventude e para a população santarenense", finalizou Edilberto Sena.



Padre Edilberto Sena desafia



Raimundo Lima: "Cargill provocará extinção da agricultura familiar"

Plantio de soja mecanizado expulsa agricultor do campo

Cerca de quatorze famílias estão sendo ameaçadas de perder suas terras na região do Assentamento Itaquil. A informação foi repassada pela presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém - STR -, Ivete Bastos, na última quarta-feira. Segundo ela, um indivíduo chegou na região, em nome de uma corretora de imóveis, dizendo que a

terra já tinha dono. Ivete disse que o STR está recebendo inúmeras denúncias e uma delas dá conta de que 14 famílias da área do Tapera Velha podem perder suas terras por estarem sendo ameaçadas por esse indivíduo que inclusive ofereceu R\$ 100,00 por hectare para cada agricultor abandonar a área. "Nós não vamos tolerar esse tipo de coisa", disse Ivete, salientando que estava dando entrada no INCRA com pedido de informação e colhendo dados concretos para que as denúncias, que chegam ao sindicato, sejam apuradas. Provadas as irregularidades, ela disse que representará junto aos órgãos competentes.

Ivete Bastos informou que estão surgindo hipóteses de que alguns corretores estão comprando terras a baixo custo para depois revender para os plantadores de soja. Com a chegada da Cargill em Santarém, a preocupação geral está em saber se a empresa trará benefícios ou prejuízos para a região uma vez que esta multinacional será a compradora de toda a produção de soja da região do planalto santarenense e do Tapajós.

Campanha - Ivete Bastos informou também que no próximo dia 26 de abril, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém lançará, na sede do órgão, uma campanha de conscientização que envolverá a produção e distribuição de cartazes e folders nas escolas, entidades de classe e da sociedade civil organizada e em locais de acesso ao público. O plano do STR é conscientizar as necessi-

dades para que a população não vendam suas terras e fiquem o alerta para o que está acontecendo na região. Os danos à saúde e ao meio ambiente, motivados pelo uso dos agrotóxicos nas plantações e os danos sociais motivados pela "expulsão" dos agricultores de suas terras para a periferia de Santarém, o que poderá causar um problema social de natureza imensurável.

dades para que a população não vendam suas terras e fiquem o alerta para o que está acontecendo na região. Os danos à saúde e ao meio ambiente, motivados pelo uso dos agrotóxicos nas plantações e os danos sociais motivados pela "expulsão" dos agricultores de suas terras para a periferia de Santarém, o que poderá causar um problema social de natureza imensurável.

EXPULSÃO - O Sindicato dos Trabalhadores Rurais denuncia que pelo menos duas comunidades do planalto não existem mais

Comunidades estão desaparecendo por causa da soja



Bairros da periferia incham cada vez mais

■ POR JOGUELEITÃO
Colaborador

Comunidades das margens das rodovias Santarém-Jabuti e Santarém-Cuibá, no Planalto Santarémense estão desaparecendo por causa das plantações de soja. A informação foi dada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém e confirmada pelo padre Gilberto Pastana, coordenador de Pastoral da Diocese de Santarém. O tema foi alvo de debates na VI Assembleia Diocesana realizada no período de 18 a 20 de setembro em Santarém.

Edivaldo Santos Matos, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém

afirmou que as comunidades de Prata e Paca, antes situadas na rodovia Santarém-Jabuti, desapareceram, ou seja, os moradores de lá venderam todas as suas terras para os sojeiros e vieram para a cidade. No último levantamento feito pelo sindicato, em dois anos, 500 famílias abandonaram o campo e vieram para a cidade. De acordo com Edivaldo, eles abandonaram o campo de duas maneiras; por livre e espontânea vontade ou foram expulsos.

Os que abandonaram suas comunidades por espontânea vontade venderam suas terras 'por uma bagatela' e se mudaram

para o centro urbano. Os expulsos, saíram debaixo de ameaças de morte ou de dano, foram forçados a abandonar o campo.

De acordo com Edivaldo, alguns agricultores que venderam suas propriedades procuram o sindicato para que facilite o acesso a um novo assentamento do INCRA. "Neste caso nós não podemos ajudar pois eles venderam suas terras porque quiseram; só os casos de saída forçada 'expulsão' é que podemos intervir, encaminhando o caso às autoridades ou a projetos de assentamento", disse.

A situação vem se agravando nos últimos anos. "Um ano atrás, o se-

nhor Dário Coimbra expulsou 14 famílias da comunidade de Buerú (...). Isso aconteceu: às vezes o agricultor está morando no local há 12 anos é expulso por supostos donos que entram com documentos na justiça alegando propriedade do terreno e a justiça, na maioria das vezes, dá ganho de causa a esses supostos donos", disse ele, enfatizando que não resta outra alternativa para o agricultor senão mudar para a cidade e inchar os territórios da marginalidade. A Polícia Federal já está investigando participação de imobiliárias e corretores de imóveis em venda de terras da União e grilagem.

Serventes participam de confraternização

■ POR JOGUELEITÃO \ Colaborador

No dia 23, por ocasião da passagem do Dia do Servente, aconteceu, no auditório do Colégio São Raimundo Nonato, uma confraternização em homenagem dos professores aos que atuam na atividade de servente. De acordo com a coordenadora do evento, professora Sérgia Mafra, serventes que trabalham nas escolas da rede estadual de ensino lotaram o auditório para participarem de palestras e brincadeiras visando unir os profissionais do setor.

O evento também teve a coordenação da 5ª URE. De acordo com o professor Aldo Queiroz, a promoção foi produzida pela SEDUC através da 5ª URE. "O servente, além da sua atividade específica, também é um educador na escola, ele tem esse papel, ele faz parte do processo educacional", comentou.



Professores do Colégio São Raimundo homenagearam os serventes com brindes e mensagens

CORRERIA - No meio desta semana estudantes lotaram a agência do Banco do Brasil em Santarém para conseguirem comprar o formulário de inscrição da UEPA

Candidatos sofrem para fazer inscrição no vestibular

AVANÇO - A falta de regularização fundiária tem facilitado a expansão descontrolada da produção de soja na região.

Conflitos agrários facilitam avanço da soja na região amazônica

CONSCIÊNCIA
São Paulo

Os conflitos de terra que estouraram nas últimas semanas na capital de Roraima, Boa Vista, envolvendo fazendeiros, índios e diversos segmentos do governo, evidenciam uma das principais fontes dos problemas enfrentados na Amazônia. De forma semelhante, a falta de regularização fundiária tem facilitado a expansão descontrolada da produção de soja na região. Muito mais voraz do que qualquer outra cultura agrícola estabelecida no país, a soja avançou do Sul para o Centro-Oeste e já invade as fronteiras amazônicas impulsionada por empresários atraídos por investimentos públicos em infra-estrutura (estradas e portos) e uma total desordem fundiária.

No final de 2003, acompanhando a velocidade da expansão da soja na região, cientistas e sociedade civil se reuniram em Belém, no Pará, durante o seminário "Geopolítica da Soja na Amazônia", promovido pelo Museu Goeldi, Embrapa Amazônia Oriental e a organização não-governamental Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. Durante o evento, um dos pontos de consenso foi a importância de uma atuação enérgica sobre os conflitos fundiários na região: "Reforçar a presença do Estado para coibir a grilagem de terras públicas e a expropriação violenta de populações locais, para solucionar os conflitos sócio-ambientais, implementando o pleno Estado de Direito como condição para estabelecer as bases de negociação entre o conjunto dos atores no processo de Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE)".

O engenheiro agrônomo Paulo Galerine, da Embrapa



O avanço descontrolado da soja na Amazônia preocupa cientistas

Soja, explica que a soja é uma forte candidata a ocupar a Amazônia devido a sua rusticidade, que permite suportar situações de estresse e continuar produzindo. Entretanto, desde que a instituição iniciou suas atividades no Sul do Brasil já haviam problemas ambientais relacionados ao cultivo de soja. "Alguns estudos chegaram a alertar o assoreamento da represa da hidrelétrica de Itaipu por consequência de cultivos de soja nas margens", comenta.

Em geral, as plantações estão em áreas alteradas, especialmente pastagens improdutivas, sendo até vistas como uma alternativa interessante para ocupar áreas desmatadas. Mas, a crescente produtividade do grão, o desenvolvimento de novas variedades que se adaptam melhor à região e seu alto valor no

mercado internacional estimulam a invasão da soja nos cerrados e campos naturais, com biodiversidade endêmica, e na própria floresta nativa. Charles Clement, biólogo do Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia (Inpa), alerta que "as áreas de cerrado utilizadas hoje serão comprometidas pouco a pouco pelo fogo", indicando o avanço do cultivo de grãos nas áreas florestais.

Alternativas - Leandro Ferreira, biólogo do Museu Paraense Emílio Goeldi, acredita que uma das estratégias para impedir o avanço da soja seria a criação de um mosaico de unidades de conservação (UC). Quando se observa qualquer mapa de satélite, explica Ferreira, é possível notar que o que tem barrado a expansão dos desmatamentos em algumas áreas, pelo menos por ho-

ra, são as fronteiras das UC. Para isso, "também seria fundamental a conclusão do zoneamento econômico-ecológico especialmente sobre a região do arco do desmatamento (área tradicionalmente mais impactada na Amazônia", diz.

Outra alternativa seria obter uma certificação semelhante ao da madeira. O agrônomo Luis Fernando Guedes, do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), afirma que não existe certificação sem a legalidade da terra e as dimensões da área de cultivo poderiam ser limitadas. "Já existe soja orgânica certificada na Amazônia e, até então, nenhuma certificadora aceita produtos transgênicos", observa. Mas, a discussão é praticamente inexistente quando se fala da soja con-

vençional, que tem presença muito mais expressiva.

"A produção de soja está sendo terceirizada na Amazônia. Os grandes sojeiros fazem a compra antecipada da safra através de insumos e sementes, e os pequenos produtores pagam com grãos", comenta Bertha Becker, geógrafa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A pesquisadora diz ainda que os empresários precisam apenas da logística de escoamento para exportação, que parece estar sendo garantida nos planos de investimentos dos governos em infra-estrutura.

Para Becker, somente uma "revolução científica" poderia evidenciar o verdadeiro valor da floresta e de seus

povos tradicionais, impedindo a sua substituição por culturas exóticas. Durante o seminário "Geopolítica da Soja na Amazônia", o pesquisador do Inpa, Charles Clement, também questionou a inexistência de um valor concreto da floresta, remetendo-se à falta de investimentos em pesquisas de objetos da Amazônia. "Por que não se fazem pesquisas sobre a domesticação agrícola de acail, pupunha, cupuacu, urucum e guaraná, por exemplo? A bicipitararia aponta para demandas nacionais e internacionais dos produtos amazônicos e nós não vemos isso? A revolução científica é uma pré-condição para o desenvolvimento sustentável", conclui.